

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: os processos de subjetivação de jovens deficientes intelectuais no trabalho.**

Carlos Alberto Ribeiro

Belo Horizonte  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Carlos Alberto Ribeiro

**TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: os processos de subjetivação de jovens deficientes intelectuais no trabalho.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.a. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Belo Horizonte  
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R484t Ribeiro, Carlos Alberto  
Territórios em movimento: os processos de subjetivação de jovens deficientes intelectuais no trabalho / Carlos Alberto Ribeiro. Belo Horizonte, 2010.  
120f.

Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Trabalho – análise, 2. Avaliação de deficiência. 3. Esquizoanálise. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 331.054

Carlos Alberto Ribeiro

**TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: os processos de subjetivação de jovens deficientes intelectuais no trabalho.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

---

Roberta Carvalho Romagnoli (Orientadora) – PUC Minas

---

Heliana de Barros Conde Rodrigues – UERJ

---

Valéria Silva Freire de Andrade – PUC Minas

Belo Horizonte, 02 de julho de 2010.

## **AGRADECIMENTOS**

“Escancare, não fale só de raspão o que te convoca! Pode ousar que eu vou junto com vc!” Roberta Romagnoli, obrigado!

A todos que emprestaram suas vozes, sonharam, inventaram, falaram e descobriram: obrigado!

Aos amigos e companheiros de jornada: obrigado!

A minha família, parceiros de viagem para toda a vida: obrigado!

E assim, de obrigado em obrigado sou convocado a entender que a vida é ousadia, pelo menos quando se quer viver...

*“E, se o homem foi uma maneira de aprisionar a vida, não será necessário que, sob uma outra forma, a vida se libere no próprio homem?”*

*Gilles Deleuze*

## RESUMO

Essa dissertação tem como tema o estudo dos processos de subjetivação de jovens deficientes intelectuais inseridos em empresas no município de Belo Horizonte – Minas Gerais. Seu objetivo principal é cartografar a trajetória de quatro deficientes intelectuais, maiores de 21 anos, a partir dos seus encontros com o mercado de trabalho, procurando rastrear as forças que atuam nesses territórios e que operam tanto endurecimentos, quanto agenciamentos que possibilitam a invenção. Buscamos sustentação na Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze e Félix Guattari, também conhecida como Esquizoanálise, que aborda a realidade através de planos que coexistem simultaneamente, em estado de imanência, formas e forças. Escolhemos como conceito eixo para pensar essas realidades o de “território” entendido como segmento, estrato que se sustenta através das representações, mas também comporta fluxos, agenciamentos que permitem a expansão da vida. Buscamos deflagrar os devires através de entrevistas, não como um instrumento fechado, mas como porta de abertura para que os personagens iniciassem suas narrativas. Nessa trajetória, acompanhamos os espaços geográficos em que se produz o trabalho formal, territórios impregnados de história e espacialidade, ao mesmo tempo em que rastreamos a emergência da vida, experimentações micropolíticas que apostam na invenção diante do cotidiano atravessado pelo acontecimento, essa incorporalidade infinita que atravessa nossas existências, nossos encontros. Esperamos, dessa maneira contribuir para a criação de novas possibilidades de inserção dos deficientes intelectuais no trabalho.

**Palavras – chave:** Cartografia. Deficiência intelectual. Trabalho. Subjetivação.

## **Abstract**

This dissertation has as theme the study of the subjectivation process of young people with intellectual disabilities inserted in companies in Belo Horizonte – Minas Gerais. The main scope is to map the way taken by four young persons, early twenties, with intellectual disabilities, from their facing with the job market, trying to identify the forces that operates in these fields and have as results induration and agency that enables the invention. We look for basements in the philosophy of difference of Gilles Deleuze and Felix Guattari, also known as schizoanalysis that approaches the reality throught the plans that simultaneously exist in intrinsic status, shapes and strength. We have chosen as center line concept to think those realities the one of “territories”, understood as segment, stratum that supports itself through representations but also have flows, agency that permit the expansion of life. We have looked for the starting on becoming through interviews, not as a closed instrument but as an opening door where the characters start their story. In this way, we have gone along in the geographic spaces where are produced the formal work, territories full of story and spatiality, at the same time that we have followed the emergency of life, micro politics experiments that bet in invention against the daylife crossed by happening, this infinity incorporalidade that cross our lives, our meetings. We hope, this way, we have contributed for the creation of new possibilities of insertion of person with intellectual disabilities in the work.

Key - words: Cartography. Intellectual Disabilities. Work. Subjectivation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL PARA ALÉM DA CAPTURA.....</b>	<b>15</b>
2.1 O estrangeiro e o estranho: da diferença identitária a diferença que faz diferença.....	18
2.2 Das armadilhas da cartografia ou da fome de viver como antídoto.....	35
2.3 Do território visível às oficinas profissionalizantes.....	42
<b>3 TRABALHANDO E TECENDO UMA VIDA POSSÍVEL PARA ALÉM DA DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>49</b>
3.1 A empresa e a vida ou ande na linha!.....	52
3.2 Dirigindo e falando da vida.....	66
3.2.1 <i>Dirigindo a vida e a vida sendo dirigida</i> .....	67
3.2.2 <i>A fala da vida e a vida da fala</i> .....	75
<b>4 TRABALHANDO E INVENTANDO UMA VIDA PARA ALÉM DA DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>82</b>
4.1 Silêncio! Isso é quase um centro de compras.....	87
4.1.1 <i>O gerente da vida e a vida do gerente</i> .....	92
4.1.3 <i>A vida produzida e a produção da vida</i> .....	104
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>122</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Pátio interno da Escola Estadual “Pestalozzi” .....	44
FIGURA 2 Alunos trabalhando em uma oficina da instituição.....	46
FIGURA 3 Cartão produzido na oficina de cartonagem.....	47
FIGURA 4 Ex-aluno lavando ônibus na empresa visitada.....	55

## **LISTA DE SIGLAS**

CID – Código Internacional de Doenças

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação do Bem Estar do Menor

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

## 1 INTRODUÇÃO

*“Os conceitos, é preciso fabricá-los [...] é preciso que haja uma necessidade [...] um criador só faz aquilo de que tem absoluta necessidade”.*

Gilles Deleuze

A presente dissertação tem como tema o estudo dos processos de subjetivação de jovens deficientes intelectuais inseridos em empresas no município de Belo Horizonte – Minas Gerais. Seu objetivo principal é cartografar a trajetória de quatro deficientes intelectuais, maiores de 21 anos, a partir dos seus encontros com o mercado de trabalho. Nesses encontros procuramos rastrear as forças que atuam no território deficiente-trabalho e operam em favor dos endurecimentos produzidos, bem como os agenciamentos que possibilitam a invenção.

O interesse em desenvolver esse estudo nasce do encontro que se realiza há quase duas décadas entre o psicólogo, agora pesquisador, com esses universos que aprendemos a dizer “deficiente”. Encontro que em muitos momentos reproduz os discursos formatados e aprendidos na academia e nos livros, mas em outros se converte em pura intensidade com o diferente na e da vida. Assim, minha relação com essas subjetividades foi sendo construída e se convertendo em parte indissociável do meu fazer profissional. Mas para produzir uma pesquisa é preciso uma questão, uma pergunta, ela veio em 2006 durante uma visita a garagem de uma empresa na qual trabalham alguns jovens deficientes intelectuais que ajudei a preparar. Nessa visita emerge, por parte do gerente, o inusitado, através de questionamentos referentes a como proceder com esses jovens começando a formular indagações sobre o lugar reservado a eles. Percebi que essa situação não comporta apenas indagações pela faxina cotidiana como atividade oferecida para o deficiente, mas também se trata de um movimento de quebra da rotina laborativa, pois alguns jovens aprendem a dirigir os ônibus da garagem, produzindo usualmente pequenos acidentes. A esses eventos somam-se outros tantos sinalizando para a necessidade de tentar entender o que querem dizer esses jovens sobre os espaços abertos por força do Decreto n. 3.298 de 1999 ao estabelecer cotas para deficientes em empresas com mais de 100 (cem) funcionários (BRASIL, 1999). O incômodo

produzido em mim ao não entender a realidade desenhada foi o propulsor do desejo de desenvolver a pesquisa, pois, esses jovens ao entrarem nas empresas são descritos como “ótimos funcionários”, na prática isso significa não questionar a rotina. Contudo, esses atos sinalizam, no meu entender, para mudanças em suas subjetividades. Cabe destacar que esse meu incômodo reside também na possibilidade desses jovens serem excluídos dos espaços laborativos ao não atenderem as exigências das empresas.

É preciso lembrar ainda do cenário em que se dá essa inclusão social. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, existem no mundo 650 milhões de pessoas com alguma deficiência e desse total, 470 milhões apresentam condições de trabalhar, mas estão excluídas do trabalho (Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2007). Portanto, é preciso dar voz a esse segmento da sociedade para que se possa refletir sobre a inclusão no cotidiano, com suas adaptações e escapes. Esse movimento de dar voz, no caso desse estudo, consiste em uma (re) aproximação com esses jovens através da cartografia, tendo como intuito evitar o isolamento do observador de seu objeto, bem como permitir o acompanhar a vida no seu movimento, em cujo processo não há caminhos pré-escritos, mas sim linhas a serem desenhadas de acordo com tais movimentos.

Buscamos sustentação na Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze e Félix Guattari, também conhecida como Esquizoanálise, que aborda a realidade através de planos que coexistem simultaneamente, em estado de imanência, formas e forças. Escolhemos como conceito eixo para pensar essas realidades o de “território” enquanto uma sensação de sentir-se em casa através das representações que acreditamos serem fornecedoras da segurança de um nome, de uma profissão, dentre outras coisas formatadas, e também comporta a sensação do estranho. É a imanência que possibilita romper com esse território fechado e abrir para novos modos de vida, essa desterritorialização, na qual linhas duras e flexíveis se embatem para fazer emergir caminhos de fuga. Desse modo ao tratarmos dos conceitos ao longo do texto temos em mente que no mundo proposto por Deleuze e Guattari (1995) há sobretudo direção e movimento, o fixo, os lugares finais, são apenas uma forma de funcionamento da realidade. Na cartografia, os conceitos remetem sempre a um questionamento: o que fazer com eles? Utilizá-los para sustentar a dicotomia saber/não saber; natureza/história? Pelo contrário, o que se busca é aproximar esses conceitos do pensamento rizomático, da multiplicidade

enquanto constituinte da realidade e assim mudar a pergunta em face dos conceitos: para que servem?

A escolha pela filosofia da diferença se assenta na crença do devir enquanto entradas, saídas, orientações, direções. Aqui nesse movimento podemos pensar o desejo criando territórios existenciais e sustentando as diversas conexões que formam o desejante, ou nas palavras de Haesbaert (2006, p. 118): “[...] nunca desejamos só uma coisa, desejamos sempre um conjunto de coisas”. Portanto, essa dissertação narra o conjunto de desejos que ganha visibilidade através de um olhar rizomático que em alguns momentos também endurece na forma ao rastrear o território trabalho/deficiência intelectual. Entretanto, a idéia de rizoma proposta por Deleuze e Guattari (1995) permite não ficarmos nos endurecimentos, pois o rizoma não tem começo, nem conclui. O rizoma é aliança e seu tecido é a conjunção “e...e...e”, desse modo, tentamos, ao longo desse estudo, não fixarmos nos aprisionamentos do “ou”, essa conjunção da binaridade fundamental para formatar os corpos e as mentes.

Partindo das considerações de Gauthier (1999, p. 14) “[...] pesquisar é criar devires, exprimir o virtual incluído em sua situação, lançar multiplicidades que não podem ser presas nas grandes máquinas estatais, geralmente binárias”, buscamos criar os devires através de entrevistas, não como um instrumento fechado, mas como porta de abertura para que os personagens iniciem suas narrativas. Nessa perspectiva, acompanhamos os espaços geográficos nos quais se produz o trabalho formal, territórios impregnados de história e espacialidade onde ressoam velhos conceitos, ao mesmo tempo rastreamos a emergência da vida desconsertando as certezas conceituais, experimentações escapando da macropolítica, trazendo consigo a necessidade de fabricar novos conceitos diante do cotidiano atravessado pelo evento, pelo acontecimento, essa incorporalidade infinita que atravessa nossas existências, nossos encontros.

No movimento de cartografar essas vidas, os entrevistados fazem emergir os personagens através de enredos originais, pois indicam que a vida não somente se repete, a vida se inventa e reinventa. Ao surgir o personagem é preciso que ele ganhe um adjetivo capaz de sintetizar sua história, afinal estamos também num mundo formatado. Desse modo, um personagem fala do que parece aprisioná-lo, outro dirige para além de um ônibus, há o que sonha em gerenciar e aquele que descobre. Respectivamente ganham vida nas páginas dessa dissertação o *Falante*,

o *Motorista*, o *Sonhador* e o *Descobridor*. No surgimento desses personagens nossa viagem cartográfica é empreendida, nesse deslocamento, o “eu” e o “nós” se misturam, o tempo passado se confunde com o presente e tenta sentir o futuro. São os verbos se confundindo ao lembrar que muito do passado histórico ainda nos habita. Assim, a viagem cartográfica proposta nessa dissertação tem três portos de parada para reflexão.

A primeira paragem, o Capítulo I, apresenta os territórios que se pretende rastrear através de meu encontro com a deficiência no outro, esse estrangeiro que até então habitava os conhecimentos adquiridos na academia e nos livros durante minha formação como psicólogo. Tento dar visibilidade para as forças que atravessaram meu território existencial ao encontrar com aqueles territórios existenciais supostamente tão distantes. São os meninos dispositivos convocando o rompimento do meu conhecimento formatado e produzindo um encontro com o vivo. Nesse mesmo capítulo procuro delinear os espaços em que meus personagens foram preparados para entrar no mundo do trabalho: as oficinas profissionalizantes da Escola Estadual “Pestalozzi”.

Na próxima paragem, o Capítulo II, pretendo lançar um breve olhar sobre o contemporâneo, esse cenário efêmero e narcisista no qual as vidas bailam num constante convite para estabelecermos o binário, a fronteira. Mas se viajar é atravessar fronteiras, então, aqui emergem as primeiras histórias do encontro dos territórios trabalho/deficiência intelectual. O *Motorista*, lavando ônibus, faz mais. Dirige o ônibus, faz mais, produz um acidente. Nesse encontro, o evento “dirigir” circula para além do painel do ônibus, do que se espera de um deficiente, e a vida pede passagem. O *Falante*, ao beijar uma colega de trabalho talvez tenha confirmado nos discursos formatados a “fúria sexual dos deficientes”, não, parece ter feito mais, deixou de lado a fala denunciadora de sua deficiência ao usar o beijo como um modo de resistir a nossa pouca capacidade de incluir (a pessoa beijada lhe havia colocado um apelido). Visitadas essas paisagens é preciso continuar...

Na última paragem, o Capítulo III, retoma-se a indagação inicial, por que viajamos? Seria para tentar ver esse grande espetáculo que se converteu a vida? Esses encontros artificiais em que palavras viram clichês para aquietar nossas vidas? Nossa viagem nos conduz a dois espaços que parecem vitrines do contemporâneo: um supermercado e um hospital destinados a classe média. Lugares em que se desenvolvem os últimos enredos. O *Sonhador* enquanto confere

mercadorias com data de validade vencida e ou danificadas em um supermercado, sonha em ser decorador e empresário. O *Descobridor*, fazendo faxinas em um hospital, encontra a deficiência produzida no outro. Acostumado a ouvir de sua deficiência “*todo mundo já falou*” de sua deficiência, mas não falaram que nesse hospital algumas pessoas podem dormir “normais” e acordar “sem perna”. Sentir a tristeza do outro, que pode ser a própria.

Finalizando a viagem/pesquisa avistam-se as considerações finais, mas já advirto que trago dessa viagem não respostas, ou como lembra Maurice Blanchot, as respostas podem ser a má sorte das perguntas, afinal, podem indicar o fim da estrada (BLANCHOT, 2001). Ao contrário, espera-se que ao final da viagem se pergunte: para que serve isso? Desse modo, espero que cada pessoa ao ler esse texto encontre seu sentido singular para as paisagens visitadas, sentidos provisórios e abertos para novas possibilidades de viver e inventar o vivo na relação com a deficiência.

## 2 A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL PARA ALÉM DA CAPTURA...

*“Suporta eu ti dizer que Deus não é belo, só o acabado é belo”.*  
*Clarice Lispector*

Se a história é sempre escrita do ponto de vista dos sedentários e em nome de um aparelho unitário do Estado como assinalam Deleuze e Guattari (1995), devemos empreender uma fuga e sair em busca de uma história menor tecida no cotidiano, nos encontros efetuados singularmente. Como disse certa vez o poeta “[...] caminho por uma rua que passa em muitos países...” (ANDRADE, 2007, p. 134). Somos como lugares povoados pelas paisagens, seus rótulos e formas. Falamos línguas que em alguns momentos parecem incompreensíveis, fronteiras demarcadas pela macropolítica, mas produtoras e produzidas de micropolítica, essas pequenas irregularidades, pois “Tudo é política, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 90), dimensões imanentes que coexistem em nosso cotidiano. A macropolítica do que está estabelecido e instituído, composta por formas visíveis e a micropolítica cotidiana, das forças moleculares e invisíveis. Distinções não de dimensões, macro e micro, grande e pequeno, mas qualitativas, de modos de funcionamento. Macro que iguala, que recorta, segmenta, e molecular que faz fluir, que quer conectar. Macro e micro que coexistem e se expressam conjuntamente em todas as situações.

Um dos elementos que nos faz sedentários é viver a história que contamos, recontamos e registramos, reproduzindo fatos e situações. Por outro lado, um ponto que pode nos levar a deslocamentos é inventar essa mesma história. Afinal, a mobilidade das vidas decorre do devir e ele necessita da história para não manter sua diferença, contudo, escapa dela ao irromper no tempo, pois o devir não se reduz a história, é também ilimitado e subversivo. É fluxo, movimento, transformação, esquiva do igual e construção de outros territórios.

Como cartografar esses movimentos? Como observar as linhas que atravessam os territórios dos homens/países; das mulheres/nações; dos pesquisadores/confederações? Como aproximar velhos instrumentos de pesquisa como as entrevistas, geralmente usadas majoritariamente nas pesquisas qualitativas em Psicologia, com um novo olhar, olhar implicado com o movimento que escapa

aos rótulos, aos decalques e formas prontas? Como trazer esse outro olhar para o estudo da deficiência intelectual? Primeiramente, no meu entender, introduzindo as diferenças não identitárias em contraponto as diferenças identitárias com suas características específicas que nos permitem dizer “os deficientes” para distingui-los dos demais. As diferenças identitárias trazem o corte “a/normal” e o corte a estigmatização daqueles que fogem da norma, o anormal. Essa entidade que permite configurar o lado de cá da fronteira como o que não é anormal, a diferença como critério de classificação social pela qual um grupo ou indivíduos identificam o outro através de atributos seletivamente reconhecidos pelo sujeito classificante como negativos (GOLDWASSER, 1974). É a diferença sendo construída pela impossibilidade, ou seja, o negativo se exprime nesse cenário através dos “atributos” enquanto marcadores da deficiência como incapacidade.

Ao contrário dessa contraposição buscamos por “[...] diferenças no sentido daquilo que justamente vem abalar as identidades, estas calcificações de figuras [...] diferenças que fazem à diferença” (ROLNIK, 1995, p. 01). Ou seja, diferenças que não se curvam à função repressiva da categorização. Também não se esgotam quando representadas e/ou interpretadas, continuando a buscar conexões, a estabelecer agenciamentos à procura do que está por vir. Além dessa busca, em seguida, nessa trajetória, é preciso rastrear os espaços onde essas diferenças emergem e os abalos produzidos por elas.

Essa cartografia é possível por que o mundo é território, território visível, o espaço mesmo, recortado, classificado, sedimentado. Mas é também território invisível, é afeto, é ruptura, transbordamento. Linhas distintas que moldam esse território, e nas quais estamos existindo nesses mundos misturados e produtores da vida. Desse modo, estamos iniciando uma viagem cartográfica mergulhados em territórios que são mundos em movimentos, contornos prontos para serem rompidos ou endurecidos, territórios ora cristalizados, ora nômades, desejo pedindo passagem.

O território é aqui entendido de uma maneira mais ampla, e não somente em sentido geográfico, mas enfatizando as suas dimensões subjetivas:

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido, no seio do qual o sujeito se sente “em casa”. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

Sentir-se em casa, o território é esse espaço atravessado pela macropolítica que define família, escola, trabalho, deficiência, mas também atravessado pela micropolítica com sua flexibilidade. Assim, se o território produz uma subjetivação que pode ser fechada em si mesma, promovendo comportamentos e investimentos que podem endurecer, também é o lugar onde se há abertura para novas possibilidades de construções sociais, culturais, estéticas, cognitivas, dependendo das forças atuantes nesse plano, dos encontros efetuados.

As fronteiras territoriais sinalizam para a existência de outros mundos, assim, o território é um permanente “tornar-se” e “refazer-se”. São essas fronteiras que indicam a possibilidade de outras formas de existir. Portanto, a territorialidade existe concomitantemente com um movimento de saída, de desterritorialização enquanto “[...] passagem de um território a outro rompendo os limites entre estética, ética e política” (HAESBAERT, 2006, p. 100). Viver uma história é estar aberto a essa possibilidade de escapar do estabelecido ou como já indicaram Guattari e Rolnik (1986), estamos sendo convocados permanentemente para abandonar nossos territórios, nossa sensação de “sentir-se” em casa, pela ação das forças que agem sobre nossa subjetividade e nos chamam para a processualidade da vida. Entretanto, sabemos que abandonar a segurança de nosso território significa assumir um movimento nômade, buscar o desconhecido, encontrar com o “fora” que faz uma intersecção com as linhas duras e a ilusão de que não fomos escravizados pela profissão centrada nos conceitos que repetimos e reproduzimos como fonte de *status* e saber. Desterritorializar é tornar outra coisa, e não se torna outra coisa sem se abrir, sem que sejamos agenciados. Por isso, o agenciamento é territorial e procura descobrir a territorialidade que o envolve de modo a produzir a desterritorialização, ou simplesmente, possibilitar o abandono das certezas. Assim, cartografar é mapear os movimentos condutores para a intersecção com o “fora”, é buscar os agenciamentos produtores de linhas de fuga que constroem novos territórios. Segundo Romagnoli (2006) são essas linhas que compõem o território existencial, abrindo a possibilidade de invenção e criação processual da vida.

A história que estamos escrevendo não é sedentária, embora em algum momento possa assumir essa forma, afinal é a nossa mesma também, mas é preciso lembrar que é também as impressões e os afetamos produzidos nos encontros. Aqui já posso lançar uma atenção que busca rastrear o espaço, ou seja, entrar no campo imprevisível e acompanhar os movimentos que se fazem entre as

formas que habitam os espaços. Para Kastrup (2007) rastrear é um gesto de varredura do campo no qual se busca uma espécie de meta, um alvo móvel. Assim, na primeira parte da dissertação se busca por esse alvo, essas territorialidades definidas pela macropolítica binária do saber/não saber; deficiente/eficiente... O visível e macro com seus endurecimentos livrescos e o invisível e molecular introduzido pelas pequenas partículas que cada um dos personagens produz, e que circulam nos encontros como efeitos. Essa é a história menor a qual nos reportamos, ou seja, a história como aposta no escape dos livros, dos conceitos, dos preconceitos, dessa grande engrenagem macropolítica, embora essa forma de funcionamento esteja sempre presente, de forma imanente, como assinalamos acima. Ao contrário, a história menor é sobretudo pequena, micro, pois é imperceptível e dissolve os contornos, mas nem por isso menos potente.

## **2.1 O estrangeiro e o estranho: da diferença identitária a diferença que faz diferença**

A casa “Bem me Quer” ficava situada na unidade Especial da antiga Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM) numa área periférica da cidade de Belo Horizonte, isso em 1990. Em 1995, a FEBEM foi extinta e no ano seguinte surge o programa Pró – Vida baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo implantadas as casas lares como processo de desinstitucionalização desse segmento da população (BRASIL, 2000) <sup>1</sup>.

A instituição, destinada a abrigar crianças e adolescentes com deficiência e abandonadas, tinha por norma separá-los por sexo e idade. Naquele período eram adolescentes portadores de deficiência. Como lembra Sassaki (2003), portar uma deficiência é como um detalhe da pessoa, como se carregassem uma deficiência,

---

<sup>1</sup> A FEBEM era formada por unidades de atendimento dotadas de escola formal, pequenos ambulatórios, esporte, lazer, mantendo excluídos da comunidade as crianças e adolescentes, contrariando seu principal objetivo – de socialização. Nesse sentido, as críticas recaíam sobre sua estrutura de controle social. Com o advento das Casas Lares as crianças e adolescentes sem referência familiar ficam abrigados em casas sob a tutela de “mães sociais”.

uma carteira de identidade <sup>2</sup>. Segundo o autor, cada época utiliza termos cujos significados sejam compatíveis com os valores vigentes. Atualmente o termo “com deficiência” revela os princípios da luta pela inclusão dessas pessoas na sociedade: “Não esconder ou camuflar a deficiência [...] não aceitar o consolo da fala idéia de que todo mundo tem deficiência; combater neologismos que tentam diluir as diferenças” (SASSAKI, 2003, p. 05). Feito esse esclarecimento, retorno ao meu encontro com aqueles meninos.

Perto de trinta garotos com deficiência e idade variando entre 12 a 14 anos habitam essa casa. A casa, assim como seus habitantes, era estranha para mim porque estava iniciando minha trajetória profissional e aquela realidade não fazia parte do meu cotidiano, nem tão pouco se inscrevia como perspectiva de atuação na minha graduação. Os muros da faculdade estão aquém do concreto, são abstratos, em geral, distantes da vida, atolados nas teorias. Assim, encontrar essa realidade era como pular o muro do conhecimento acadêmico hierarquizado e cheio de certezas e penetrar na vida com seus fluxos que desconhecem o estabelecido pelo saber científico, arriscar. Ao desconhecer o que se guarda além muro, restava usar os sentidos para colar nas retinas e depois fixar na memória o cenário em que aqueles territórios ganhavam contornos.

Entrava-se por um corredor no qual a primeira imagem era de um imenso banheiro coletivo, para em seguida visualizar uma sala retangular com bancos encostados pelas paredes e uma televisão que ficava ligada na maior parte do tempo e da lateral da sala via-se um quarto com várias camas.

O odor do lugar era próprio, melhor, impróprio. A limpeza que os olhos anunciavam era contraditória com aquele odor. Percebo que a estética, a aparência física não é restrita ao olhar, os cheiros guardam sentidos estéticos. Sentir os odores das flores é viver a flor passada, mas aquele cheiro era inumano para mim, embora fosse resultado de dejetos puramente humanos, da fisiologia humana. Os livros de “Fisiologia Humana Básica” usados na formação do psicólogo descrevem o sistema digestivo, não os odores, como aqueles que eu começava a reconhecer.

Depois de atravessar o corredor encontro pela primeira vez o tal do deficiente, não na pluralidade, mas no plural. Havia naquele momento o medo de não saber

---

<sup>2</sup> No maior evento (“Encontrão”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000, os deficientes conclamaram o público a adotar o termo “pessoas com deficiência”. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.

aproximar, lidar com toda aquela diferença pensada por mim a partir de forma identitária e livresca. As diferenças, como o que escapa do “normal”, surgiam naquele momento grafadas nos corpos. Como um artista impregnado pela técnica desejava que aqueles corpos fossem como figuras de xilografias, reproduções em relevo daquilo que já conhecia, do meu próprio corpo <sup>3</sup>. Essa foi a primeira impressão, o estranhamento e um sentimento judaico cristão impelindo a ter repulsa e piedade ao mesmo tempo. Talvez seja a repulsa que sentimos de nos mesmos diante da imperfeição que nos habita e a piedade que nos acalma quando a transferimos para o outro. Era o meu território existencial sendo convocado a penetrar num outro mundo, era um convite para deixar ser atravessado pelo estranho e assim sentir o estranhamento que a “primeira vez” provoca, retirando o véu que encobre o desconhecido e revelando o mistério como uma realidade que esteve presente todo o tempo paralelamente aos conhecimentos formatados pela graduação de psicologia que eu acreditava serem os únicos e verdadeiros. Desse modo, aquele encontro se anunciava como um convite, mas não se aceita um convite sem antes nos deixar afetar, sem que antes encontremos uma porta de saída para as certezas cristalizadas e naturalizadas.

Eu era o estrangeiro vindo de fora com fantasias de encontrar o exótico e não sendo esse o seu lugar, produz um encontro artificial com os nativos. O que aqueles garotos revelavam era o meu desconhecimento de que, ao classificar como patológico um sintoma, esquecemos que aquilo que os faz patológico é sua relação de inserção na totalidade orgânica na qual a doença se torna uma espécie de mal:

É de um modo bastante artificial, parece que dispersamos a doença em sintomas ou a abstraímos de suas complicações. O que é um sintoma, sem contexto, sem pano de fundo? O que é uma complicação, separada daquilo que a complica? Quando classificamos como patológico um sintoma ou um mecanismo funcional isolado, esquecemos que aquilo que os torna patológicos é sua relação de inserção na totalidade indivisível de um comportamento individual. (CANGUILHEM, 1990, p. 64-65).

Nessa direção, Canguilhem (1990) parece sinalizar que o “ser doente” torna-se “viver uma vida diferente”, transformando-se a doença em uma forma diferente de

---

<sup>3</sup> A técnica exige que se entalhe na madeira, com ajuda de instrumento cortante, a figura ou forma (matriz) que se pretende imprimir. Em seguida usa-se um rolo de borracha embevecida em tinta, tocando só as partes elevadas do entalhe. O final do processo é a impressão em alto relevo em papel ou pano especial, que fica impregnado com a tinta, revelando a figura.

vida. Ao estrangeiro falta conhecer a totalidade do nativo, se é que podemos conhecê-la. No meu caso, diferente dos turistas que vem com panfletos que desvelam os pontos turísticos, os livros diziam desses deficientes. Nos livros que havia lido estavam todos homogêneos e separados pelas descrições dos sintomas, pela história da ciência e da produção do normal e do patológico.

De um lado o saber produzido pela academia em que emergia um deficiente sobre o qual cabe aos especialistas falarem. Afinal como lembra Canguilhem (1990) o que nos interessa enquanto acadêmicos é o diagnóstico e a cura, ou seja, voltar ao normal. Eu era o estrangeiro simmeliano “[...] alguém que vem de fora, se estabelece, mas não se torna membro pleno do grupo” (PAIVA, 2007, p. 69). Por outro lado, as pessoas denominadas deficientes ganhavam as formas do inesperado ao se moverem no meu entorno e ao não atenderem o determinado nos livros. O movimento escapa da descrição que permite dar contorno ao deficiente, algo que não se encontra nas páginas do registro científico... Meu estrangeirismo consistia em interferir sobre o corpo e a mente, normalizando, consertando e programando. Segundo Canguilhem (1990) na perspectiva do normal e do patológico o homem só é sadio quando capaz de muitas normas. É como retornar ao artista e sua xilografia ou seria xenofobia? Esse medo do que vem de fora. Interferir nos corpos é aproximá-los do pretensamente original. Fazer com que esses corpos aceitem as normas, mesmo sem entendê-las. Afinal, buscamos a segurança de que todos estejam adaptados e nada saia do controle. Corpos e almas devem ser controlados para que a grande engrenagem não saia dos trilhos. E assim, não apenas nas fábricas, mas em todos os lugares, ajudamos a produzir os corpos dóceis denunciados em Foucault (2004).

É como estrangeiro/psicólogo que realizo o meu primeiro encontro com o deficiente. Minha presença produz uma agitação no ambiente. Sim, nesse primeiro encontro vejo a deficiência, a negação da estética do belo, a sensação de impotência, do “não saber o que fazer” diante do deficiente. Medo do desmanche de um território seguro e conhecido e de me transformar em outra coisa. Esse é o problema: sempre querer ter o controle das situações, pelo menos naquele momento não entendia que a desestabilização produzida naquele encontro conduziria a uma nova territorialidade, a um novo modo de ver e entender o que se anunciava naquele instante. O que desestabilizava meu território era ver materializada a figura anormal e patológica, era encontrar cara a cara com o dogma da cientificidade endossada

pela biologia e pela medicina. Eu, o normal, essa entidade descrita em Canguilhem (1990) como ponto de referência em relação àqueles anormais que esperavam, conforme preconizado pela ciência moderna, serem classificados.

Depois de entrar na “Bem me Quer” e ser convocado a toda a agitação, consigo sentar e vários meninos querem o meu colo e sou agarrado. Deficiente, odor, medo, essas são as marcas daquele encontro. Entretanto, ao sair daquele lugar um dos meninos/dispositivo, faz reverberar as linhas sensíveis de meu território amarrado até então em meu estrangeirismo: “Vai embora não tio!”. Aquele estranho que “[...] não compartilha a tradição do grupo, não reconhece a autoridade do estoque de conhecimento à mão...” (TEXEIRA, 2000, p. 25) fez com que eu percebesse não mais um deficiente, mas um menino que atribuía, ao contrário do que eu imaginava, um sentido para nosso encontro. Assim, estava quebrado meu primeiro endurecimento: a certeza de que aqueles “deficientes” não atribuíam sentidos para o mundo. Naquele menino/dispositivo as linhas seguiam direções e produziram desequilíbrio em mim, acho que naquele momento tornei-me menos estrangeiro e eles menos estranhos. Outras forças fazem ceder meu território, as linhas outrora duras, abrandam. Forças que atuaram como um dispositivo:

[...] um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente [...] as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a variações de direção – e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a derivações. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vectores ou tensores (DELEUZE, 1996).

A noção de dispositivo nos permite pensar em termos de movimentos e vetores, na tentativa de rastrear o que acontece “entre”, perseguindo as intercessões. Aquele menino/dispositivo deu visibilidade às múltiplas linhas que atravessam o território deficiência, primeiramente as linhas duras que antecederam o encontro e diziam do saber, do poder, da verdade encastelada na ciência e ganhavam visibilidade nos movimentos e nas limitações. Por outro lado, o encontro produziu uma descontinuidade dessas linhas duras e o próprio medo presente anunciava uma quebra nos paradigmas, novas direções, linhas de atualização que desestabilizam meu território, permitindo sentir o corpo vibrátil que não se sujeita ao

saber definido, ao transcendente. O vibrátil dos corpos, como lembra Rolnik (2006), é a emergência da nossa vulnerabilidade em face do outro que não se reduz a uma projeção de imagens pré-estabelecidas, ao contrário, é uma presença viva, produzida e produtora de forças capazes de atravessar nossos territórios como abalos sísmicos fazendo rachar nossas fronteiras, misturando corpo e mundo para além das figuras de sujeito e objeto. Eu e o menino...

O menino fazia ver e falar de um determinado tempo histórico no qual vivemos “[...] numa cultura que nos orienta a seguir modelos, identificar-se, cultivar em pequenos grupos parecer ser o mesmo, nos dispõe instantaneamente como elite ou massa” (PASSETTI, 2004, p.9). O menino era um objeto a ser visto e o que se via era o efeito de um conjunto de práticas discursivas que anunciavam a posição de um sujeito e os conceitos que foram produzidos sobre ele. Mas igual ao tecido alimentado pelas veias e artérias, esse território também era atravessado por linhas que possibilitavam a fuga do limiar do objeto a ser visto, uma fratura em que o sujeito que olha o objeto que está para ser olhado encontra um objeto que olha o sujeito. O convite para retornar abalava porque dava visibilidade à incerteza e imprecisão do discurso legalizado e legitimado pela academia e pelos livros.

No retorno, procuro pelos meninos e não mais pelos deficientes. Algo mudou. A proposta era desenvolver um projeto voltado para o brincar. Ao longo do tempo o odor já não incomodava, pois a estética buscada na aparência física foi dissolvida junto com as certezas de saber o que era belo. Mas havia também momentos de endurecimento, de ativação de contornos insensíveis, impermeáveis. Um menino que ficava num canto da sala com vários decalques que me incomodavam: “hidrocefalia”, “cego”, “surdo”. Esse território desemboca num quadro descrito cientificamente pela presença de líquido cérebro-espinhal (líquor) em excesso ao redor do cérebro e da medula. O visível era a cabeça grande, uma dilatação inchada em cima da cabeça, ausência de visão e audição. Aqui retorna o objeto a ser olhado, observado, classificado. Minhas linhas duras se sustentavam num discurso da impossibilidade de comunicar com um objeto pensado por mim como incapaz de entrar em contato com o mundo, ser suspenso cortado pelas linhas rígidas e inflexíveis.

Estranhava-me o fato de que os meninos costumavam brigar, mas aquele era intocável, nenhuma criança se aproximava dele... Eu também não! Mais uma vez tinha medo de romper com a outra dimensão que havia acabado de construir em

que já era possível comunicar com meninos que viam no mundo “[...] um significado diferente do que é captado pelos indivíduos ajustados” (VELHO, 1974, p. 28). Mas ele estava lá, sempre esteve, continuava um estranho e eu o estrangeiro. Era preciso visitar essa paisagem, superar o medo da construção de uma nova dimensão. O silêncio funcionava como uma força que conclamava pela aproximação, embora também operasse um afastamento. Mas eu precisava do ver e do falar para aceitar o encontro. E ele veio, não nessa ordem, não com discursos, significado, mas veio pelo choro, também dispositivo. Eram as forças que atravessam o território convocando para a aproximação “[...] o ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas” (FOUCAULT, 2003, p. 208). Era o poder de normalizar pelo distanciamento, já que não havia o que ser dito a quem não ouve e não enxerga, sendo confrontado com o chamado. Vetores sedimentados se encontrando com novos caminhos, produzindo fluxos, trançando novas rotas, outras forças circulando. Mais uma vez ganha visibilidade o medo de ver rompido os contornos realizados ao longo da formação acadêmica, a urgência que tal vazamento produz do novo que comporte a descontinuidade de comunicar com aquele que não escuta nossas palavras, não vê o movimento de nossos lábios. É o choro chamado, nem sei ao certo se era um choro. Era um som que nos massifica, mas também nos transforma no singular.

É no endurecimento mesmo que me aproximo sem jeito e ao tocá-lo, sou surpreendido com seu rosto sendo levemente depositado em minha mão, aquela cabeça que parecia ser imensa foi sendo revestida de uma humanidade de pura intensidade, pura emoção, chamado do vivo. Desmanche de fronteiras outrora rígidas, sensação, convocação para recompor os contornos, os limites.

Uma das últimas lembranças da “Bem me Quer” foi de uma festa que organizamos. Nela perceberia: sempre seremos estrangeiros diante do outro. Os meninos preferiram jogar fora os doces para brincar com os papéis que protegiam os bombons, lembro-me da decepção que sentimos. Isso porque estamos sempre esperando que o outro haja como nós queremos, como imaginamos que devam fazer, principalmente se esse outro for “deficiente”.

Ainda na década de 1990 comecei a trabalhar como psicólogo em uma instituição especializada para crianças e adolescentes deficientes físicos <sup>4</sup>. Já não era totalmente estrangeiro, mas era o recém – chegado descrito em Paiva (2007) como aquele que precisa definir sua localização e sua representação no mundo. Isso porque o corpo nessa instituição ganhava lugar privilegiado e era alvo constante da intervenção dos especialistas (ortopedistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos) e de toda uma parafernália que aprisionava os corpos com o intuito de preservá-los. A questão que emerge a partir dessa nova experiência não é a produção de sentido do deficiente, mas o fato de não escutamos o que eles têm a dizer. Não raro era solicitado para conversar com as crianças que se recusavam a colocar aparelhos, aceitarem o tratamento prescrito ou para acalmá-las porque algum funcionário havia, por engano, trocado as cadeiras de roda.

A recusa do tratamento ou dos aparelhos se inscrevia, primeiramente no incomodo produzido, mas fundamentalmente porque as crianças não dispunham de informação sobre o tratamento ou utilidade dos aparelhos, e assim acabavam não dispendo de informações sobre a suas situações pessoais (GOLDWASSER, 1974). Era um corpo invadido, manipulado em nome do bom tratamento médico. Era o corpo tratado e medicalizado. Não se entendida o porquê da indignação das crianças quando suas cadeiras eram trocadas, faltava perceber que aquele objeto, mais que garantir o movimento, ou talvez por isso mesmo, era extensão do próprio corpo. Corpo máquina com rodas e engrenagens colocando a vida em movimento e que em alguns momentos contraria o diagnóstico médico, que por sua vez enclausura, imobiliza. Era na ruptura com as previsões definitivas que tais corpos funcionavam como dispositivos promovendo outras conexões. Desse modo, um caso emblemático foi da menina “alface” que ao não saber do diagnóstico “ficaria como vegetal” resolveu ser apenas uma menina, deixando a alface para o mundo vegetal.

A menina “alface” nasceu com 10% da massa encefálica, logo viveria como vegetal, no campo médico equivale a dizer que teria apenas as funções vitais (respiração, digestão e excreção). A mãe, diferente do grupo, não aceitou a classificação, essa combinação de um conceito/vegetativo com uma imagem/

---

<sup>4</sup> Escola Dr. João Moreira Salles, fundada na década de 1960, voltada para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência física de etiologias diversas (lesão cerebral, doenças genéticas, má formação congênita, dentre outras).

paralisia. Rótulo de fácil acesso ao grupo e regularmente buscado para promover símbolos de estigma (CHINELLI, 1974). O que fazer em face ao fatalismo? Respondeu a mãe com uma busca incitante, com estímulos para além do preconizado pelo campo médico e assim a menina que era para ser alface, conseguiu, diferente do vegetal, sorrir e responder com o movimento dos olhos. Mais uma vez o corpo deficiente se anunciava como dispositivo no encontro com o inusitado.

É o corpo deficiente escapando ao determinismo médico, ao discurso da estética e rompendo com a premissa de que “[...] condições patológicas de um sistema social vão gerar os comportamentos individuais desviantes” (VELHO, 1974, 28). Evidentemente não se trata no caso de um comportamento desviante na etimologia do termo. Mas o comportamento desviante nesse contexto é a não aceitação do estabelecido, é transformar as condições do que chamo de patologia discursiva “vida vegetativa” em algo breve, para regar a vida em sua potência.

Em 2005, o corpo deficiente deixa de ter uma centralidade na minha prática profissional, agora é a deficiência intelectual. Se o corpo não denuncia a presença da deficiência, é preciso procurá-la no discurso, no comportamento. Pela primeira vez os testes padronizados entram na minha relação com os deficientes. Na Escola Pestalozzi de Belo Horizonte é norma a utilização de testes padronizados para realização de diagnóstico. Essa situação é fortalecida pelo discurso oficial da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais ao exigir nos documentos enviado a ela que conste “diagnóstico” e quem o atesta. Evidentemente que a “busca pela deficiência” não se resume aos testes padronizados, afinal “[...] qualquer comportamento pode ser invocado como sinal e prova de anormalidade” (SCHNEIDER, 1974, p. 59). Como bem lembra a referida autora, esse procedimento de avaliação da inteligência se configura como um tipo de teste cultural para selecionar indivíduos que podem reagir adequadamente ao nosso péssimo sistema educacional. Mas no caso da deficiência intelectual buscamos fragmentos de um sujeito/objeto universal em sua substância, esse alvo da ciência moderna e que Foucault (2004) alerta para se ter certo ceticismo. Buscamos por marcas capazes de trazê-los para as verdades universalizantes e ao fazer tal movimento escancaramos o que os distanciam de tal universalidade, pelo contrário, é nesse movimento que estigmatizamos. Mas como lembra Foucault (2004, p. 237) é preciso “[...] interrogar sobre as condições que permitem, conforme as regras do dizer verdadeiro ou falso,

reconhecer um sujeito como doente mental”. Mas não se chega a essa imanência sem que nos atolemos nas vidas concretas, nos assujeitamentos que enunciam a verdade de um sujeito e o liga a uma determinada identidade.

Mais uma vez a sensação de estrangeiro se fez presente, agora num movimento de “[...] estar distante e próximo ao mesmo tempo” (PAIVA, 2007, p. 69). Isso porque tecnicamente a deficiência intelectual é compartimentada no discurso médico através de leve, moderado, grave. E o aprisionamento dessa multiplicidade no diagnóstico permite apontar o desviante e isso não se faz sem procurar na criança e no adolescente os sinais da sua deficiência. Logo, o distanciamento é produzido pelo decalque psicólogo/avaliador *versus* deficiente/desvio. Contudo esse movimento comporta a aproximação/encontro e produz escapes que cada um é capaz de empreender naquilo que já chamei de diferença que faz diferença, momento em que se pode abalar a lógica imperante em nossas práticas modernas nas quais “[...] o normal depende do anormal para sua própria satisfação, tranquilidade e singularidade, o anormal depende do normal para sua própria segurança e sobrevivência” (VEIGA-NETO, 2001, p. 113).

O corpo deficiente cede lugar à deficiência a ser procurada na fala enquanto expressão do pensamento, sendo uma transição do olhar para escutá-lo. Desvio de sentidos em que a deficiência se torna relativa à existência de um mecanismo social capaz de atribuir a limitação expressa pelo sujeito um valor de morbidade, ou nas palavras de um jovem ao falar do motivo de estar sendo avaliado: “Tenho QI baixo” e ao ser convidado a explicar o que é isso “o médico que falou, deve ser porque eu não sei ler placa”. São os mecanismos sociais atribuindo valores comparativos, portanto, relativos. Se eu não leio placas na Alemanha, afinal não falo alemão, seria eu deficiente intelectual? É a fala voltando também como um dispositivo convocando a buscar novas saídas, abrindo para outras conexões. A necessidade de amolecer as linhas duras, ativando as flexíveis para que os caminhos de fuga se façam e apontem uma nova territorialidade. Linhas duras sustentadas pelo Código Internacional de Doenças – CDI 10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS, 1997):

F 70 – F 79 Retardo mental

Parada do desenvolvimento ou desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizados essencialmente por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência, isto é, das funções

cognitivas, de linguagem, da motricidade e do comportamento social. O retardo mental pode acompanhar um outro transtorno mental ou físico, ou ocorrer de modo independentemente. (p. 361)

Essa parada no desenvolvimento que se busca na avaliação como meio de classificação não impede a emergência dos afetos com seus efeitos invisíveis e potentes, pois de um lado temos o CID 10 (OMS, 1997) aprisionando esses sujeitos na deficiência, e por outro, o olho no olho, os encontros, as experimentações, fazendo emergir o “entre”.

O desenvolvimento que parou ou não se completou produzindo um estado permanente que precisa de uma lei capaz de controlar as formas, as evoluções possíveis, a organização permitida, a língua que desconhece a gagueira capaz de interromper a fluência e a temporalização da fala: linhas duras tentando preservar nossa territorialidade acadêmica/profissional. Mas a vida não se conjuga no pretérito, se há o formatado organizando nosso território, também há o tempo presente fazendo ponte com o futuro, há movimento, repouso, velocidade, inércia... Existe a seiva que corre e nutre o tronco formatado sem antecipar os caminhos. A vida é assim também, bole com as linhas flexíveis e abre-se para as linhas de fuga.

Se a deficiência foi aprisionada nos códigos internacionais, aqui ela se libera nos afetos, na recusa da própria deficiência pela família, que pode, em determinadas circunstâncias, abrir outras possibilidades. Não raro, nos processos de avaliação somos convidados a olhar nos olhos dessas mães que até então buscaram no sagrado a justificativa para as limitações de seus filhos. O filho é anunciado como um presente, aquele que não escolhemos, apenas recebemos sem nem ao menos sabermos se o desejamos. Assim, a impossibilidade circula nas falas como um devir de reconhecimento celebrado como dádiva dos abnegados. Sim, é a vontade de Deus concretizada no presente, o sagrado sustentando a promessa que não se cumpre. Na concretude do cotidiano a dança dessas palavras se traduz nos discursos em que ter um filho deficiente é uma escolha do campo do divino, como emerge em algumas falas: “Deus não escolhe qualquer uma para ter esse filho”. Assim, os filhos são como bênçãos de Deus e elas, as “escolhidas” para terem filhos especiais, afinal, possuem mais condições que as demais mulheres.

Contudo, o diagnóstico ao buscar aprisionar também sinaliza para a recusa do estabelecido fazendo com que o afeto se libere do sagrado e imploda as certezas, pois o que até então abrandava a alma é pensado no diagnóstico como algo

negativo, num duplo sentido. É a deficiência como impossibilidade e um negativo como oposto do que entendemos ser o verdadeiro, como o negativo de uma foto. São os testes padronizados, a anamnese e a leitura de laudos fabricados anteriormente. Temos que buscar a impossibilidade do presente divino. Fazer um raio-X da bondade de Deus ao fazer sua “escolha” por essas mulheres, vasculhar nesse presente um defeito que justifique sua inserção na instituição. O diagnóstico é uma quebra do presente, o desvelar de uma captura que estamos empreendendo ao dizer de uma falha no desenvolvimento cognitivo.

É quando olho em seus olhos e vejo a relutância em meio às palavras que metralha e a pouca esperança no que nós, os especialistas temos a anunciar. A esperança emergindo da desesperança. Nesse momento somos três: o especialista, a teoria e a família, os dois primeiros capturando os fluxos da vida em uma fôrma classificatória, aguardando o que a família vai fazer com esse segmento. Um campo de tensão onde o F71 - código da deficiência mental presente no CID10 - é descrito e insistentemente explicado para a família que escuta e não reconhece em seu filho a impossibilidade. Desse modo, atravesso o deserto da certeza aprisionada nos livros que me ensinaram a dizer da impossibilidade e vejo as linhas flexíveis se revelando diante da deficiência. Agora é a família e seu filho, tentando romper com a fôrma, é a possibilidade de contrariar o especialista e seus livros. A potência que atravessa o diagnóstico é o movimento vivo que não conhece pontos fixos ou definitivos, a parada no desenvolvimento se confronta com as diversas camadas de universos que foram sendo incorporadas pelas subjetividades envolvidas e que podem produzir à afirmação ou a negação dos conceitos que trazem a estabilidade e a tranquilidade para nosso território de especialista. Assim linhas duras nos permitem pensar o mundo como forma e representações: Ela não conseguiu decifrar os códigos da língua escrita, não fez as operações matemáticas exaustivamente ensinadas na formalidade da escola, assim, sua mãe aprendeu que ela não conseguiria deixar o lugar reservado para aqueles com “parada no desenvolvimento”<sup>5</sup>. Os livros ensinam que a vida está sentenciada ao limite de um viver quase possível. Desse modo, circunstanciamos a existência dela. Mas o mundo é um plano de forças em que os territórios são afetados por coisas outras, novas fronteiras

---

<sup>5</sup> A jovem foi encaminhada para uma entrevista de trabalho e a mãe, ao acompanhar a entrevista, relata sua emoção ao descobrir que a filha podia conseguir um emprego.

produtoras de vitalidade. Numa entrevista para o trabalho, a mãe chorou ao ver que se a filha não podia escrever nem operar os números que exigem reservas na matemática, ela podia mais, era a vida sem reserva. Podia trabalhar e produzir e consumir. Desse modo, uma palavra “reserva” pode ser atravessada pela linha dura da matemática e pela linha flexível que redimensiona a vida, ou seja, é a “reserva”, termo matemático para definir uma técnica usual de fazer adição e exige a compreensão do sistema de numeração decimal. É a “reserva” necessária para a adição, para o transporte de uma dezena, uma centena, pura matemática. Mas é também o termo sendo atravessado e se transformando em outra dimensão para designar a vida que não se prende ao domínio do código matemático.

O que se anuncia é o paradoxo entre o território estabelecido e sua possibilidade de ruptura, entre o indivíduo centrado em si mesmo e o coletivo que também somos. Nesse sentido, percebemos o campo da experiência oscilar entre o preconcebido e aquilo que libera a potência do viver, do sentir. É o olho no olho, território de circulação dos afetos que pressiona os contornos das formas vigentes e acena para um novo desenho, mas como lembra Rolnik (2002), existe uma tensão entre o movimento de tomada de consistência de um novo território e a permanência no território já existente. Desse modo, não abandonamos um território abruptamente, sendo preciso percorrer as linhas que o atravessam e levando marcas do território abandonado. Nesse movimento emerge o coletivo agenciador que se difere da idéia de substituir, imitar ou identificar-se com o outro ou o grupo. Ao contrário, agenciar-se é estar no “entre”, na fronteira dos territórios e assim criar algo ainda não habitado, o novo (ESCOSSIA; KASTRUP, 2005). Assim o olhar no olho é coletivo porque não vejo no meu olho, aqui não há espelho. O que há é a intercessão, o espaço em que circulam os territórios, o movimento que desintegra e refaz novos modos de pensar, desterritorialização como abandono do território, uma fuga, mas há também a reterritorialização na qual nos lançamos num movimento construtivo de novos territórios (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Aqui sou convocado pelas palavras do olho a retomar o sentido e o pensar, sendo apanhado no cotidiano profissional porque, em alguns momentos, me limito a efetuar as formas socialmente disponíveis, modelando nossa existência em conformidade com os códigos vigentes, mas é aqui que também introduzo a minha pequena irregularidade.

É olho no olho que escancara as possibilidades de fuga, ou seja, fazer fugir “[...] como quando se arrebenta um cano ou um abscesso.” (DELEUZE, 1992, p. 30)

É o afeto, o que me afeta, o que não me afeta, a invenção e a repetição. O olho anuncia a dança do modelado, do afetado, do reproduzido. É a verdade mesmo, pensada em Deleuze (1992), é a verdade criada, o falseamento do preestabelecido. Mas é também a repetição, a aceitação do formatado. Acordar às 4 horas da manhã para atravessar a cidade e aguardar pelo atendimento especializado semanal do filho. Rotina, rota que não exaure o caminhar. Assim, começa o dia da mãe e de seu filho. Anunciado como única marca da genética familiar, filho único, herdeiro de sonhos e expectativas, não de patrimônios mensuráveis. Ela insiste que é preciso encontrar caminhos para o filho trilhar, não um caminho perfeito que passe pelas universidades, é a felicidade não renunciada mesmo e buscada através de um aprender possível. É a mulher/mãe que aprendeu sobre a lei “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania [...]” (BRASIL, 1996), e assim cobra o seu cumprimento. Mas é também a outra mãe/mulher que exaure e se rende ao veredicto instituído, é o filho que anda bem na frente com passos apressados como que dizendo “deixe-me andar sozinho, o caminho eu encontro”. Essas são imagens que tenho visto em meu cotidiano de trabalho e que desvelam os endurecimentos e as aberturas que a vida convoca. Esse o coletivo que agencia, no qual estamos no meio, sobre a linha de encontro de mundos que são estrangeiros, mas também podem produzir um território novo, inventar conceitos, romper com a naturalização do sujeito deficiente. É o coletivo desestabilizando o campo “psi” e nos afastando do lugar da neutralidade científica, fazendo emergir, através do exercício simultâneo de saber e poder, novas práticas que tomam o aspecto histórico, contingente, inacabado e múltiplo como afirmação de novos modos de existência (ESCOSSIA; MANGUEIRA, 2005).

Mas não sejamos inocentes. Não atravessamos as fronteiras de modo pacífico, assim os corpos podem ser dóceis, aceitando as formas, mergulhando na impossibilidade, permanecendo na inércia. Muitas vezes a linguagem, como assinalou Deleuze e Parnet (1998), não foi feita para ser acreditada, mas para ser obedecida. Aqui não é o olhar e sim o falar que recusa a licença para o desejo passar. Muitos pais absorvem o discurso da deficiência, da impossibilidade.

Ao narrar esses fragmentos, o que quero? Simplesmente anunciar a cartografia que já estava lá, era um território composto por segmentos e devires, um chamado para apreender o movimento emergente da tensão resultante entre as

representações e os fluxos que escapavam da organização resultante da formação acadêmica/profissional. Território que permitiu o desenvolvimento de formas transcendentais, desenhos, de leis capazes de manter a organização, a educação desses sujeitos. Entretanto, nenhum território é suficientemente seguro diante do coletivo, pois estamos nos movendo no “entre”, nessa linha em que os mundos se encontram e sinalizam para algo que não é meu e nem do outro e revelando um plano de possibilidade existencial em que as relações conhecidas são: “[...] de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, entre elementos não-formados, relativamente não formados, moléculas e partículas levadas pelos fluxos. Ele não conhece antecipadamente os sujeitos...” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 114). Diante do produzido pelas linhas duras, a vida responde com a imanência, a garantia do devir. Segundo Rosa e Silva (2007), Deleuze entende a vida como pura imanência por que para o autor a diversidade de existências, de modos de vida, de formações sociais, de sentidos e mesmo de sujeitos não precisa de recursos exteriores a si para existir. É a emergência provisória da vida em movimento.

Esses são os primeiros movimentos da cartografia, essas são as primeiras linhas atravessadas para a produção de um texto sobre a deficiência, ou seja, é preciso explicitar as forças que penetraram em meu território e abalaram as certezas acadêmicas da minha formação inicial e me colocaram a falar, ainda que provisoriamente sobre a deficiência. É o provisório que estive no início de minha trajetória e permaneceu e continua na atualidade, talvez porque a vida também o seja. Procurar as forças, os fluxos que correm pela vida constituem um desafio para superar a tentação de fixar nos territórios conhecidos e há muito habitados, lugares das representações falsamente protetoras. Em outras palavras, se deixar capturar pela certeza/verdade, máxima da cientificidade moderna. Ao contrário, em meu estudo busco mergulhar no provisório de minha produção. Esse é o primeiro desafio encontrado na elaboração de uma pesquisa que pretende escutar a vida na sua potência inventiva, mesmo que os modelos estabelecidos insistam em povoá-la com as formas prontas e homogêneas que endurecem a vida. É tentar sentir o coletivo nas histórias vividas no meu cotidiano profissional, olhar para essas vidas e sentir as linhas que as atravessam, mais uma vez é o coletivo agenciando e produzindo tensão entre as linhas duras através da mãe que fantasia sua filha como uma boneca, são as tranças, o vestido de babado infantilizantes, o eco que sufoca o desejo de crescer. É a mãe que brada ao ver a passagem do tempo, que tenta,

inutilmente, impedir que a vida avance. Mas são também as linhas flexíveis indicando o caminho da fuga pelo grito da filha com o corpo e o desejo que irrompe como a lava do Vesúvio, o conflito entre a vida endurecida na parada do desenvolvimento descrito nos códigos internacionais de doenças para designar esses sujeitos e a lava incandescente escapando aos babados e anunciando a mulher/menina.

Acredito que a cartografia só emerge na medida em que, aos rastreamos as forças e fluxos que engendram a vida, faça falar aqueles historicamente privados da voz, mas que não deixaram de produzir suas existências. Então como definir os sujeitos com os quais dialogamos nessa pesquisa, aqueles a quem procuramos dar voz? Dar voz aqui significa escutar a multiplicidade que somos e que também está presente nesse outro. Portanto, entendemos que a multiplicidade não se deixaria aprisionar em discursos formatados, por que as linhas de fuga estão presentes e nos convocando para novos encontros, agenciamentos. A forma é sempre interina e está sujeita há outras conexões.

Poderíamos recorrer ao código internacional de doenças – CID 10 - para definir as pessoas que buscamos dar voz nesse trabalho (OMS, 1997). Contudo, não buscamos capturas em formas prontas e definitivas, aqui, de novo, estamos mergulhados no provisório, mesmo que em alguns momentos sejamos também capturados pelas formas. É preciso ousar outro caminho, tentar pensar rizomaticamente. O rizoma, termo biológico, circula no texto de Deleuze e Guattari (1995), para introduzir no olhar sobre o viver a possibilidade de mapear pontos de fuga, possibilidades de invenção, de subjetivação, ou seja, pura multiplicidade. Desse modo, ao escrever não estamos buscando significar, mas cartografar os movimentos da vida e as regiões ainda por vir (DELEUZE; GUATTARI, 1995) <sup>6</sup>.

É preciso, enquanto cartógrafo, estar atento às estratégias das formações do desejo, sendo minha tarefa dar língua para esses afetos. Pois a cartografia revela um tempo, um tempo presente e ao fazê-lo aponta para um devir, a isso entendemos como pensar rizomaticamente, ou nas palavras de Deleuze e Guattari (1995):

---

<sup>6</sup> Rizoma é a extensão do caule que une sucessivos brotos. Nas epífitas é a parte rasteira que cresce horizontalmente no substrato. Ele pode ser bem extenso e semelhante a um arame ou bem curto, quase invisível. Dele partem o caule, pseudobulbos e raízes.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio. (p. 04)

Na cartografia não enfatizamos o tronco, a dureza que segura a árvore. Esforçamos-nos para perseguir as ramificações que insistem em perguntar "para onde vamos?", é como um entroncamento nos levando a uma multiplicidade de lugares. E o movimento cartográfico não tem começo nem fim, reside no meio, no rastreamento dos desejos que impulsionam o movimento. Dessa maneira, os sujeitos da pesquisa não emergem de entrevistas prontas e formatadas, esses se manifestam nas linhas duras que estão nos livros, nos discursos acadêmicos, mas também nas linhas flexíveis que ganham visibilidade com seus movimentos nos espaços das oficinas que os preparam e das empresas que os recebem, estão fundamentalmente nas fugas que encontram diante do formatado e que serão apresentadas ao longo da dissertação. Oficinas Profissionalizantes que complementam a escolaridade dos alunos deficientes e visam prepará-los para o trabalho formal através de espaços prontos para ensaiar as exigências laborativas<sup>7</sup>.

Desse modo, os sujeitos da pesquisa se definem na vida, nos movimentos, nas circunstâncias em que se expressam. É o agenciamento coletivo que usa também da entrevista como estratégia para colocá-los a falar, do diário de bordo do cartógrafo e suas impressões ao ver o encontro entre os territórios "trabalho e deficiência" e as tensões produzidas pelos múltiplos atravessamentos que permitirão e não permitirão inventarmos, como já lembrava Rolnik (1989), as pontes para fazer nossa travessia, ou seja, pontes de sensações, mais do que elos de representações e significados. Entretanto, não nos assustemos, pois se os caminhos são provisórios é possível retornarmos e construir outros caminhos, ou, esperar que aqueles que virão depois possam indicar novos caminhos, não menos provisórios. Isso porque de certo modo, continuamos meio estrangeiros e estranhos diante do que nos escapa e

---

<sup>7</sup> A legislação que embasa o funcionamento das Oficinas, bem como sua organização e funcionamento, serão tratados mais adiante, no tópico 2.3 - Do território visível: as oficinas profissionalizantes.

a cada nova desterritorialização produzida no encontro deixamos vaziar um pouco das certezas e mergulhamos no encontro menos estrangeiro.

## **2.2 - Das armadilhas para a cartografia ou da fome de viver como antídoto**

Se a cartografia busca desenhar um rizoma, ela, cartografia, diz de certo território existencial atravessado e constituído de forças e ao traçá-la se busca um mapa em que se capturam as linhas e movimentos heterogêneos (econômicos, políticos, sociais, tecnológicos). Nesse sentido, a prática da cartografia deve também criar condições para a transformação das relações entre os vetores micro e macropolíticos. Segundo Kastrup (2008) cartografar requer uma suspensão da posição pessoal do pesquisador, marcada por interesses, expectativas e saberes anteriores. Como alcançar essa suspensão pessoal do cartógrafo? Como falar de um campo de sensações percebidas/experimentadas e des-subjetivar? Como evitar que a emergência do poder de normalização aprisione os sujeitos alvo da cartografia em conceitos prontos? Acredito que estar implicado com a cartografia enquanto estudo da dimensão processual da subjetividade é uma saída. Pois desse modo evitamos pensar na divisão sujeito – objeto, ao contrário, a implicação com a pesquisa indica que ela é produzida num espaço coletivo e desestabiliza os pólos sujeito – objeto, devendo assim responder pela transformação dos envolvidos (KASTRUP, 2008).

Nesse sentido, a primeira armadilha é a formatação, definição dos sujeitos alvo da pesquisa. Foucault (2002) fornece o caminho provisório para narrarmos à produção de um discurso que possibilitou a captura do deficiente, como no caso da definição apresentada pelo Código Internacional de Doenças – CID 10 (OMS, 1997). Ressalto que ao dialogar com Foucault (2002) não busco reproduzir o autor e sim explicitar o que ele convoca a construir sobre a deficiência. Desse modo espero romper, de certa maneira, com o aprisionamento em conceitos fechados e me aproximar de Deleuze (1992) na tentativa de buscar a intensidade da obra e tratá-la como caminho inventivo, recusa de uma reflexão que se insere na interminável repetição sobre um dado autor e seu texto. Fazer de cada território existencial, de cada encontro um intercessor que nos coloque a falar. A importância do termo

deleuziano (1992) reside na ruptura com a dicotomia do vivo/não vivo; do pensante/não pensante, pois para o autor, o intercessor, essa fonte de criação, não se reduz a uma pessoa, mas também as coisas, as plantas.

A primeira passagem do livro *Os anormais* que nos convoca o pensar é aquela em que Foucault (2002) discursa sobre o poder da normalização:

“Essa emergência do poder de normalização, a maneira com se formou, a maneira como se instalou, sem jamais se apoiar numa só instituição, mas pelo jogo que conseguiu estabelecer entre diferentes instituições, estendeu sua soberania em nossa sociedade.” (p.32).

A emergência do poder de normalização a que se refere o autor não seria o que se busca ao conceituar a deficiência? Esse evento, a rotulação, traz no seu lastro algo de grotesco que tanto Foucault (2002) tenta explicitar? Devemos destacar que na primeira parte dos “anormais” o autor procura discorrer sobre o encontro do ordenamento jurídico com o discurso médico, situação que “salta aos olhos” o que ele denomina de elementos biográficos (imaturidade psicológica, preguiça, dentre outras denominações utilizadas no diagnóstico médico). Nesse ponto, dentro de uma pesquisa que pretende rastrear as linhas duras, as flexíveis e as linhas de fuga que apontam para a reprodução e invenção, é preciso escutar o referido autor e tentar encontrar em minha prática cotidiana as forças dessas linhas que ajudam a configurar meu território/especialista e o território/deficiência desses jovens. E assim tentar dar visibilidade aos territórios rastreados para sentir o quanto escapa às constantes e às regras gerais, trazendo à cena testemunhos da alteridade que constitui a subjetividade para tentar resgatar os encontros realizados ao longo dos anos em que atuo profissionalmente.

Refletir através de Foucault (2002) como um intercessor que faz ver emergir o poder de normalização descrito pelo filósofo e que não se apóia em uma única instituição, ao contrário, todos nós o exercemos e somos seus duplos guardiões, vigiamos nossos comportamentos e denunciemos o comportamento do outro. Mas é também ver essas forças circulando no meu encontro cotidiano, como no caso de um jovem em uma de nossas reuniões semanais para discutir sobre o mundo do trabalho. Na referida reunião, o jovem discursa sobre o preconceito das pessoas em

relação a sua deficiência<sup>8</sup>. É uma figura exótica para nossos padrões porque inventa seu modo de vestir, não segue a moda, a norma exigida nos ambientes de trabalho, insiste em ser empresário e recusa a possibilidade de exercer as atividades que as empresas oferecem para os deficientes intelectuais (embaladores, serviços gerais, dentre outras atividades manuais). Brada que ninguém o aceita nas entrevistas por que não sabe ler e escrever. Finalmente, o eloqüente orador recebe apoio unânime dos colegas: sim, as pessoas têm preconceito. Algo falta no discurso dele, falta dizer que nos últimos meses sua presença tem sido certa em entrevistas de empregos que exigem experiência e ensino médio. Desse modo, ele tenta forjar uma formatação capaz de torná-lo igual a todos que recorrem às entrevistas e não consegue produzir um furo que faça vazar, ou seja, não inventa uma possibilidade de inserção. Mas se as linhas flexíveis apontam para necessidade de sair desse território, as linhas duras também estão circulando e se fez em verbo quando uma colega se manifesta de forma desconexa e pouco compreensível suas inquietações sobre o preconceito. Imediatamente os presentes ironizam e pedem para ela se calar, afinal também temos nossos microfascismos.

E os meus microfascismos? Até que ponto não estou, no processo de conceituar a deficiência intelectual visando inserção no trabalho, reproduzindo essa aproximação do ordenamento jurídico com o discurso médico? Ou, em que minha prática profissional, ao abordar o trabalho e a deficiência, busca “conhecer a alma [...] para poder pegá-lo com suas perguntas [...] e lhe extorquir a verdade” (FOUCAULT, 2002, p. 107). Um exemplo dessa situação é encontrado através de orientações dos médicos do trabalho que solicitam a presença de “[...] pelo menos três características da deficiência mental em conformidade com a lei”<sup>9</sup> para que o deficiente seja contratado. Ou seja, o Decreto n. 3.298/99 (BRASIL, 1999) define no capítulo I, artigo 4, que o deficiente mental é aquele que apresenta limitações em duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho. Logo, uma das exigências feitas pelas empresas é a explicitação de pelo menos duas ou três dessas limitações.

---

<sup>8</sup> As oficinas profissionalizantes da instituição possuem carga horária semelhante a da escolaridade comum, tendo como objetivo preparar os maiores de 14 anos para o trabalho formal, o número de jovens atendidos por oficina não pode, por lei, ultrapassar 15 alunos.

<sup>9</sup>Trecho de solicitação dos recursos humanos de uma empresa de Belo Horizonte.

Evidentemente não estamos aqui reproduzindo Foucault (2002) ao pensar no “monstro”, posto que o autor em *Os Anormais* desvele essa figura num período anterior ao século XVIII. Contudo, o que suspeito é que algo daquela prática aqui se faz presente sendo “[...] uma infração que se coloca automaticamente fora da lei” (FOUCAULT, 2002, p.71). Nesse cenário, as palavras são perigosas, pois guardam no microcosmo as marcas da história que as ligam aos rituais, as sociedades do discurso e as apropriações sociais. Passamos a buscar no diagnóstico garantia para traçar uma estratégia de vida, justificativas para uma medicalização que coloque a sociedade a salvo do “fora” da ordem e assim estabelecemos relações de poder escondidas e produtivas da verdade do próprio indivíduo. O “colocar na lei” seria atingido pelas técnicas de poder orientadas para os indivíduos com o objetivo de dirigi-los de forma contínua e permanente, ou seja, ao identificar a infração oferecemos a correção através do aparato educacional que visa aproximar o deficiente do universalismo “eficiente” atingido pela virtude da obediência à vontade de alguém em particular (o psicólogo, o pedagogo, o professor).

Por isso, nos relatórios enviados para as empresas grafamos as infrações que colocam fora da lei:

“Trata-se de jovem com deficiência intelectual, quadro comprovado pelo insucesso escolar, limitações no campo da linguagem (léxico pobre dificuldade em compreender enunciados que envolvam complexidade....” (RIBEIRO, 2007, p. 01)

O relatório sustentando as linhas duras que ajudam a configurar um espaço de ordem que atua como elemento informador de saberes formadores de objetos, indica a posição do sujeito e distribui conceitos, assim, produzimos um transcendental histórico. Como escapar dessa armadilha? Apostando no limiar de desencantamento possível falado por Rolnik (1989) no qual buscamos avaliar o quanto as defesas usadas servem para proteger a vida. Paradoxo em que o aprisionamento num território endurecido reside concomitantemente com a possibilidade de fuga, através da resistência e inventividade. Em outras palavras, apostando na inserção no trabalho enquanto um devir de multiplicidade, pensando a abertura para a vida que cada um se permite (ROLNIK, 1989).

A flexibilidade que também compõe o território existencial surge quando este se abre para o coletivo, esse movimento entre territórios que indubitavelmente nos

faz perguntar quem são os sujeitos da pesquisa? Quem são essas pessoas que transitam em minha prática há quase duas décadas? Os “anormais” produzidos pela história? Podemos responder recorrendo às linhas duras, mas podemos recorrer ao olho no olho, ao encontro, narrando às forças que cortam nosso território existencial. Se as palavras podem ser perigosas ao descreverem a aridez da vida, podem ser também revestidas de delicadeza ao serem traduzidas:

É curioso como não sei dizer quem sou. Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer. Sobretudo tenho medo de dizer por que no momento em que tento falar não só não exprimo o que sinto como o que sinto se transforma lentamente no que eu digo (LISPECTOR, 1995, p. 28)

Assim, sou tentado a entender o movimento desses sujeitos no trabalho, mas preciso antes rastrear as forças e os afetamentos que nos aproximam e talvez eu saiba algo que não consiga exprimir, provavelmente tenha ficado ausente desse encontro de quase duas décadas a preocupação em saber quem são esses sujeitos.

Na primeira entrevista, em um dia perdido no mês de janeiro de 2009, o silêncio do ambiente foi quebrado pela presença eufórica do *Falante*, meu primeiro entrevistado. Essa não foi a primeira vez que o entrevistado, já estive com ele no momento da inserção na instituição, na preparação para o trabalho, após sua demissão da empresa em que foi trabalhar. No entanto, devo confessar que diante de seu atraso senti certo alívio, suspenso com sua chegada. Era uma entrevista diferente das que estava habituado a fazer, nela entenderia melhor o critério do cartógrafo, ou seja, o encontro com o *Falante* revelaria o meu grau de abertura para a vida que permitimos.

A história do *Falante* será uma das cenas que pretendo apresentar ao longo do trabalho. Aqui, vou reportar-me a uma pergunta que fiz ao entrevistado: “o que é deficiente?”, nunca havia perguntado a uma pessoa aprisionada na deficiência o que era esse aprisionamento, talvez tivesse medo de me sentir o carcereiro<sup>10</sup>. Diante da pergunta, ele busca no outro a deficiência “[...] *que anda de cadeira de roda, eu ando, sou normal, meu problema é de falar*”. O jovem apresenta um comprometimento na articulação motora da fala que torna difícil compreendê-lo. Contudo, reconhece que as pessoas o tratam diferente: “[...] *todo mundo me pergunta que eu tenho, dá raiva, ai eu deixo pra lá*”.

<sup>10</sup> Para conhecimento do roteiro das entrevistas ver Apêndice A

A deficiência vai girar em torno da fala enquanto denunciadora da diferença, lugar de sua captura, determinante do “não – lugar” na medida em que os diversos dispositivos discursivos atravessam a fala da instituição e do deficiente, através da patologização da vida e de sua multiplicidade (RÍOS, 2002). Como não pensar no poder que intervém materialmente, atingindo nossa realidade mais concreta: o corpo (FOUCAULT, 1979). “*Todos me perguntam*” desvela o foco no corpo com seus hábitos, instintos, sentimentos. Ponto de lutas inerentes ao saber na produção de poder. Por isso a fala aprisiona, mas também libera a compreensão das regras de dizer a verdade e o falso sobre nós, a raiva como resistência ao sujeito constituído pelos livros em oposição ao sujeito vivo, uma constituição que se dá no presente. O *Falante* ao se recusar a falar de sua deficiência no interrogatório de “*todo mundo*” produz uma irregularidade que o aproxima das histórias de Kafka que sempre iniciam “[...] pela emergência de um acontecimento, que instaura a ruptura com a rotina, que estabelece a singularidade de uma situação, que anuncia a diferença lá onde só havia repetição” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p. 13). O *Falante* não repete a história de sua deficiência, mas vive o estrangeirismo da fala como a metamorfose é vivida por Gregório, personagem de Kafka (2004) que ao acordar se descobre barata, distanciamento do estabelecido, pura ruptura com as normas e a lenta rejeição do que não entendemos. É o medo que todos nos temos de deixar a porta aberta e depararmos com o inesperado, o grandioso que nos escapa e pode mudar nossas vidas.

É a fala mesmo aproximando e distanciando, é o aspecto físico que Foucault (2002) descreve como o anormal pálido alvo da ciência, e que anteriormente tinha sido alvo da proteção do divino. Gregório, o personagem de Kafka (2004), expõe a diferença do corpo e da fala, mas vai além ao desvelar certo parasitismo que se nutre do igual e repele o diferente. A insistência do *Falante* em apontar para a “fala” como fator discriminador, mas não como marcador de uma deficiência, é como o aprisionamento. É Gregório emprestando sua fala ao *Falante*: “[...] como ninguém compreendia o que ele dizia, nunca lhes passara pela cabeça [...] que ele pudesse percebê-las”. (p. 30). Sim, ele entende e resiste e reproduz e endurece e subjetiva... Resiste ao recusar a deficiência, reproduz ao não aceitar a diferença, endurece quando confirma a falha da fala como sua prisão. Relações que coexistem, novelo de linhas que se desfaz através das forças coletivas produtora de inflexão das forças que vem de fora, criando um interior que guarda dentro de si nada mais que o fora

(DELEUZE, 1998). O *Falante* e Gregório entendem que os movimentos que compõem seus territórios pedem uma saída possível, por isso Gregório tenta o contato, o roçar da pele barata na outra pele, mesmo correndo o risco de ser destruído, talvez por isso o *Falante* “deixa pra lá” a insistência de “todo mundo” em vê-lo confessar sua deficiência. São as forças do vivo impelindo para outras formas de existir. “Todos perguntam” é o questionamento de como nos reconhecemos a nós mesmos como sujeitos de uma dada verdade, e a recusa em fornecer a resposta fazendo um vácuo no discurso do outro.

Acredito que Gregório e o *Falante* entendem que ao se perguntar “o que é isso?” cria-se uma fresta no discurso do verdadeiro e do falso. É o medo retornando diante da diferença e convidando para não cairmos na armadilha de capturar a deficiência em linhas duras que formatam corpos que só podem ser inscritos na ordem social pelas disciplinas, essas “[...] agulhas finas de cristal do rastelo responsável por escrever o teor da sentença nos corpos sentenciados” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p. 19). É a agulha injetando nos corpos o mal estar que insiste em narrar um bloqueio das funções e não raro aparece em discursos psi como a debilidade, uma maneira particular de o sujeito lidar com o saber, ou enquanto patologia na qual o sujeito se fixa numa posição débil, de total recusa de apropriação do saber (BATISTA; MANTOAN, 2007). Escapar dessa armadilha é pensar que a maneira particular do sujeito lidar com o saber seja uma outra possibilidade de produzir uma irregularidade no discurso pronto da normalidade que tanto circula em nossos discursos de especialistas. Ato de confronto com nossa lembrança e representação concreta de incompletude, imperfeição e certeza de que nunca seres perfeitos:

A deficiência [...] é uma situação criada pela interação entre a limitação física, sensorial, mental ou comportamental e o obstáculo social que impede ou dificulta a participação nas atividades da vida cotidiana (PINHEIRO, 2003, p. 112)

Em alguns momentos, essa lembrança da imperfeição que somos pode convocar para a vida na medida em que permite buscar novos caminhos, em outros, essa lembrança não convoca a vida por que realça a incompletude. Como escapar dessas forças que apontam para o realce da incompletude? Aproximando o fazer da pesquisa dos movimentos que são traçados no cotidiano.

O cotidiano aprisiona, mas também libera, faz correr, confirma e nega, faz e desfaz e refaz. Nele, cotidiano, não há receitas prontas que garantam a verdade ou o falso, tudo está para ser transformado. Desse modo, o caminho de escape da armadilha de conceituar os sujeitos da pesquisa se faz no coletivo que não sou eu/especialista “parada no desenvolvimento” nem é o outro “parado no desenvolvimento”, aprisionado no discurso do insucesso escolar, no F71 que pode ser percorrido numa “cadeia significativa” até F 79. É antes, ruptura com esses aprisionamentos, tentativa de exprimir a possibilidade de ir além... Se os encontros são bons, o além dobra as esquinas, espera no semáforo para dar passagem ao que ameaça, mas segue para um outro lugar. Lembro-me da história menor de um jovem deficiente intelectual ensinando como fazer para chegar à oficina diante dos atravessamentos impostos pela “sua relação particular com o não saber”, pois não nomeava as cores, os números, as letras. Seu ensinamento desconcerta ao lembrar como podem ser frágeis nossas linhas duras e a formatação delas decorrentes, pois o jovem ensina que não precisa saber os nomes das cores para entender que não se pode seguir nos sinais vermelhos, os carros avisam com seus movimentos e quanto aos números, não os conhece, apenas sabe o caminho que leva aos lugares.

O coletivo sinaliza a saída da armadilha conceitual, dando visibilidade aos sujeitos da pesquisa, seja através das linhas duras que os aprisionam no F do CID-10 ou das linhas flexíveis que agenciam no e pelo cotidiano desses sujeitos. Essas pessoas estão no campo da pesquisa e acabam por me expor a inúmeros elementos que convocam a minha atenção. Mas esses sujeitos não existem dispersos, eles estão inseridos em cenários. O primeiro deles, as oficinas profissionalizantes que os preparam para o trabalho, e o seguinte o locus laborativo.

### **2.3 Do território visível: as oficinas profissionalizantes**

Helena Antipoff, citada por Campos (2003, p. 221), descreve o cenário que antecede a criação da instituição alvo da pesquisa: “Como admitir este espetáculo aqui, em Belo Horizonte, em noites plenas de calma, sem terremotos ou revoluções? Porque será que este punhado de menores tem de passar tamanhos aperto e degradações?” Eram meados da década de 1930. Helena Antipoff (1892 – 1974),

educadora e psicóloga nascida na Rússia, chegou ao Brasil em 1929 a convite do governo do Estado de Minas Gerais para participar da reforma do ensino, denominada Reforma Francisco Campos – Mário Casassanta <sup>11</sup>.

O crescente processo de seletividade da escola pública acabaria por produzir um grande número de crianças rejeitadas pelo sistema educacional, desse modo, em 1932 a educadora lidera a criação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais que atenderia as “crianças excepcionais”. Cabe ressaltar que o termo “excepcional” foi introduzido no léxico da psicologia pela educadora em substituição ao “retardado” (CAMPOS, 2003). No início dos anos de 1940, com a recusa de renovação do seu contrato pelo Governo de Minas, Helena Antipoff parte para o Rio de Janeiro, retornando para Minas Gerais em 1951 e prosseguindo suas atividades na Fazenda do Rosário (construída em Ibitaré – Minas Gerais no período em que liderava a Sociedade Pestalozzi).

Belo Horizonte, 2009, 7 horas da manhã. As atividades das oficinas da Escola Estadual “Pestalozzi” estão começando, apressados os alunos começam a chegar. Já não são os excepcionais descritos por Helena Antipoff, agora são os deficientes mentais definidos na Orientação 01/2005 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEEMG) como aqueles de:

[...] desempenho intelectual geral significativamente abaixo da média própria do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho que resultam em lentidão para aprender; confusão de idéias, falhas de decisão, de interpretação das condições de segurança e de orientação no meio ambiente. O aluno necessitará de clareza e simplicidade na organização dos espaços e das atividades; instrução de códigos aplicáveis e serviços complementares. (SEEMG, 2005)

Esse é um dos espaços que a instituição disponibiliza:

---

<sup>11</sup> Reforma de 1931, que marca o início do processo de centralização do governo em relação à educação, pois até então inexistia uma política nacional que subordinasse os sistemas estaduais. Também, esta reforma pode ser considerada a síntese da proposta escolanovista.



Figura 1: Pátio interno da Escola Estadual “Pestalozzi”

Fonte: Acervo da Escola Estadual “Pestalozzi”

As oficinas profissionalizantes são definidas pela Orientação 01/05 (SEEMG, 2005) como um serviço complementar a escolaridade, ou seja, os alunos devem freqüentá-las no contra turno da escolaridade. Tecnicamente esses espaços são designados como “Oficinas Pedagógicas de Formação e Capacitação Profissional” e devem ser implantados em escolas comuns ou especiais, exigindo a presença de professores habilitados ou capacitados. Complementa a Orientação 01/2005:

Destinam-se ao desenvolvimento de aptidões, habilidades e competências de alunos com deficiências e condutas típicas, mediante atividades práticas e laborativas nas diversas áreas do desempenho profissional. Para o funcionamento das oficinas, as escolas devem atender grupos de alunos de várias escolas da região e dispor de espaço físico, equipamento e mobiliário adequados à natureza da oficina. (SEEMG, 2005)

A instituição disponibiliza no período da manhã quatro oficinas: um salão de beleza; a marcenaria; a cartonagem e a reciclagem de papel artesanal. 07h10min da manhã, as atividades começam nesses espaços que guardam poucos vestígios de Helena Antipoff, além de alguns mobiliários da década de 1930 existe um retrato na

parede, mas em preto e branco. Sempre achei divertido aquele retrato, fico me questionando se uma vida pode ser resumida numa foto amarelada naquela parede e isso faz a vida parecer besta, mas não menos divertida.

As pessoas que circulam pelas oficinas são reais, Helena Antipoff já virou um quadro em preto e branco. Por serem reais é preciso uma norma, um parâmetro que garanta o funcionamento institucional, que o legitime. Assim, Viégas (2003), reproduzindo a legislação vigente, destaca que o regime de aprendizagem nas oficinas para deficientes intelectuais inicia-se a partir dos 14 anos de idade nas Escolas Especiais, o tempo de permanência dependerá do processo de avaliação objetiva da equipe interprofissional. No caso da instituição que trabalho o tempo de permanência atrela-se a inserção do jovem no trabalho, através de empresas parceiras e ou de Organizações não Governamentais com as quais temos contato.

Os alunos que estiverem nas Oficinas Pedagógicas devem cumprir quatro horas acadêmicas e quatro horas com atividades preparatórias para o mundo do trabalho, isso porque a oficina é complementar a escolaridade. Logo, tem que estudar para freqüentá-la. Esse é o primeiro furo produzido no Plano da Organização, situação vivida por um rapaz com 24 anos de idade, sendo 17 anos dedicados a tentar aprender ler e escrever, ao procurar a instituição visando ser preparado para o trabalho, escuta que terá que se matricular numa escola comum. Aqui a legislação apresenta uma formatação dividindo os homens entre os que sabem e os que precisam saber, exigindo um falseamento: matricule e não freqüente. Em outras palavras, se matricule em escola comum e não freqüente as aulas, pois quer apenas a declaração de matrícula para poder freqüentar as oficinas.

Normalmente a partir das 8 horas, quando todos já estão em seus espaços, as vidas cotidianas começam a se manifestar para além do formatado. Isso porque, como lembra Oliveira e Fonseca (2007) ao se reportarem a Deleuze, a instituição e a subjetivação são dobras de um plano social constituídos na continuidade entre o que lhe é exterior e interior, são efeitos, resultados “dos jogos entre os encontros entre formas e forças que habitam o mundo” (OLIVEIRA e FONSECA, 2007, p. 133).

São também as forças que a constituem lutando, o instituído e naturalizado buscando aprisionar o processo vital através da normalização, de formas homogêneas prontas e que visam preservar o poder e os processos instituintes, mas há as forças inventivas de alteridade que afirmam as potências do viver.

Esse é o macro território da educação e que Corrêa (2004) vislumbra como sendo espaço do exercício próprio da comunicação enquanto imobilidade:

[...] aprendemos pelo hábito, os modos muito particulares que a escola tem de nos oferecer um conhecimento do mundo implicado no isolamento deste mundo [...] nestas celas aprendemos os lugares e o fluxo vertical do conhecimento marcado por hierarquias (CÓRREA, 2004, p. 46).

Mas quando penetramos nesse espaço vemos:



Figura 2: Alunos trabalhando em uma oficina da instituição

Fonte: Acervo das oficinas da Escola Estadual “Pestalozzi”.

No caso de uma das oficinas, é um imenso salão demarcado por divisórias, há algo do passado contaminando o ar, há algo de moderno que reveste essa prática de esperança, quase uma espera de herança, uma promessa a ser cumprida quando somos tragados pela inércia que acomoda e preserva a mesmice dos discursos, dos gestos. O que vemos: uma grande mesa no centro, armários dando visibilidade ao produzido. Circulando entre as cadeiras uma professora orienta os trabalhos dos “fazedores” de cartões. São pessoas com deficiência entre 14 a 30 anos, alguns até mais. Uma primeira olhada nos trabalhos surpreende pela beleza, captura do capitalismo que vende. Logo é possível ouvir que determinado aluno “só faz coqueiro”, foram anos aperfeiçoando seus coqueiros, moldando a mesma imagem, a mesma forma de ser. É estranho pensar a invenção quando “só faz coqueiro”. Entretanto, existe uma simetria nas formas dos coqueiros, na perfeita

combinação das cores, tudo muito bem formatado. Buscamos formar treináveis, esses corpos dóceis em que a educação opera para transformar selvagens em civilizados (CORRÊA, 2004). É a oficina preparando os corpos para o trabalho, sendo preciso que os corpos adormeçam ao som das normas. O sorriso fácil deve ser contido, as palavras que parecem sem nexos devem ser silenciadas. O mundo do trabalho, por intermédio da legislação, clama pelo deficiente, mas em número limitado, conforme inscrito no Decreto 3.298/99 (BRASIL, 1999). Coqueiros e almas precisam ser forjados numa simetria que comporte nos espaços laborativos como as matizes usadas nos cartões. Matizes não suportam a esperança, traduzem o sonho de quem às produz. É na simetria das formas e na rigidez das cores que a concretude da vida brota, quando acreditamos que a formação se completa é que se rompe o que nos escapa. Mas essa mesma engrenagem é ineficiente diante da proximidade dos corpos que produzem mais do que comunicação.



Figura 3: Cartão produzido na oficina de cartonagem  
Fonte: Acervo das oficinas da Escola Estadual “Pestalozzi”

Se por um lado insistimos que os corpos devem ser dóceis e esperar pela formatação do civilizado, da cópia do normal, por outro, esses corpos buscam

saídas, mesmo que na fantasia. Enquanto convidamos os jovens para fazer cartões, um deles produz para além da simetria das palavras, esse refugio das representações. É fazendo uso da simetria verbal que ele anuncia seu novo emprego num grande hotel de Belo Horizonte. Intensas e longas são as narrativas que anunciam sua nova posição, seu contato com um mundo globalizado no qual se comunica em inglês com criaturas forjadas em outros mundos. Nada estranho, afinal ele fala inglês fluentemente, herança dos anos em que foi lavador de carro nos Estados Unidos. Como promessa grafada no evangelho, a boa nova foi anunciada. Apenas um detalhe escapou: o único contato do jovem com o hotel foi quando levou um currículo e nunca obteve resposta. É o silêncio produzindo a vontade de dizer, a repetição de Fuganti (1990) quando nos convoca para despertar os homens, não todos. Apenas aqueles que sabem que o mundo real não existe, precisa ser inventado, afinal:

A realidade não é algo acabada cujo peso devemos carregar. Mundo real? É preciso que o inventemos. A realidade é produção desejanste, não acomodação resignante. A adaptação é uma suposta realidade já configurada é uma tendência própria daqueles que gostam de se conservar, de se preservar, de se proteger; é a inércia preferida pelos corpos impotentes, cujo desejo faliu e que precisam se garantir contra o devir, na estupidez de um modo de vida burguês (FUGANTI, 1990, p. 69).

Se a oficina procura moldar corpos dóceis, a vida responde com a possibilidade de invenção, com o sonho de Fuganti (1990). O sonhar, verbo no infinitivo, trazendo uma vida diferente que brota da aridez de um mundo inacabado. Pois os territórios que habitamos estão em permanente contato com outros territórios e assim não há uma adaptação possível na qual atrevêssemos nossas existências como faróis a lançar luz sobre um mar imenso e distante, ao contrário, estamos envolvidos nesse mar de forças que ora nos puxa para o imprevisível, ora nos mantém temporariamente submersos em certezas que se diluem ao chamado do coletivo. O vivo não se deixa capturar nos conceitos, nos preconceitos, nas oficinas. Esse é o território existencial que buscamos rastrear no trabalho. Essa é a deficiência para além da captura.

### 3 TRABALHANDO E TECENDO UMA VIDA POSSÍVEL PARA ALÉM DA DEFICIÊNCIA

O Decreto n. 3298 regulamenta a reserva de vagas nas empresas para as pessoas deficientes (BRASIL, 1999). Esse evento emerge em um período específico denominado por alguns de pós-modernidade. Para não entrar numa discussão teórica, opto pelo termo contemporâneo que facilmente pode ser designado como aquilo que é do tempo atual <sup>12</sup>. O que é o atual nesse contemporâneo? Economicamente, somos ávidos por consumo, nossos valores são calcados no prazer de usar bens e serviços, o *shopping* é o altar (SANTOS, 1986). Emergimos em um contemporâneo cuja marca da cultura são os bens e os locais de compra. É um espetáculo em que o consumo não pode estar dissociado do ver e ser visto. Nesse sentido, as mercadorias criam vínculos ou estabelecem distinções sociais. Kumar (1997) lembra que esse mundo do tempo atual vive o presente como eterno, sem origem ou destino, onde tudo é temporário, mutável, sem estruturas profundas. Subjetivamente, o tempo atual é o da inquietude, da queda de um estandarte tão caro ao passado: o sujeito universal. Assim, a contemporaneidade é um terremoto nos territórios, abrindo brechas para o efêmero, o fragmentado e o caótico. Sendo esse o tempo que convoca os deficientes para transitarem no mundo do trabalho.

Nesse tempo presente o deficiente atravessa as portas do trabalho e ganha uma corporeidade, ou seja, deixa de ser o ente abstrato, descrito no decreto e entra em cena na labuta cotidiana. Se o primeiro movimento é o cumprimento da legislação, o segundo consiste em conviver com o que existe no dia-a-dia dessas subjetividades, uma ordem aparentemente inapreensível, pois escapa dos livros, dos decretos, das histórias contadas nas quais se aprendem a definir, conceituar e que no caso desse estudo é o deficiente intelectual que deixa de ser descrita nos papéis e passa a ser vivido, o gosto ou o desgosto pelo vivo começa a circular. Observo, na minha experiência profissional, que as empresas se aproximam desses novos atores

---

<sup>12</sup> 1 O termo “pós-modernidade” apresenta-se bastante polêmico dentre os sociólogos., possuindo diferenças conceituais e uma discussão essencial acerca da ruptura ou continuidade com a era moderna. Não é nosso objetivo nessa dissertação entrar no mérito dessas questões, mas pontuar uma era singular que possui características distintas, tais como a fragmentação, o pluralismo e o individualismo, que afetam a subjetividade. A pós-modernidade pode também designada modernidade líquida, assim conceituada por Zygmunt Bauman, de capitalismo tardio, como pontua Ernest Mandel, sociedade pós-tradicional como é chamada por Anthony Giddens, ou até mesmo condição pós moderna, termo defendido por Jean-François Lyotard, dentre outras denominações.

sociais com uma interrogação, sinal de dúvida quanto à capacidade produtiva em face do que se produziu discursivamente sobre esses corpos como se fossem alienígenas, habitantes de um planeta não distante. Corpos sobre os quais se teceram fantasias e cultivaram-se medos e agora é chegada a hora de confrontar o pensado/imaginado com aquilo que ganha corporeidade, contorno e movimento.

É o estranhamento produzido diante do que não se conhece, antes, se ouviu falar ou se leu em algum lugar. E nesse encontro é mais seguro lançar mão do que já se “conhece”, dos rótulos e estigmas que enlaçam o deficiente, o quase alienígena que assume uma forma quase humana, quase normal. Embora algo escape. É o espanto comedido, a dúvida diante do desconhecido, a desconfiança gerada pela necessidade de um decreto para produzir o encontro. Agora fica decretado que o normal se encontra com o anormal, mas em número reduzido, traduzidos em cotas pré-estabelecidas. Pura ebulição! Se para cessar a ebulição temos que retirar o calor dos corpos líquidos, aqui a tentativa de interrupção desses afetamentos se dá através do controle pelo qual se tenta conter os medos desse encontro. Controle que se exerce na designação de alguém para acompanhar os novos empregados, inseridos pelo decreto, no exercício das atividades repetitivas. Os discursos oscilam entre uma suposta aceitação “politicamente correta” e uma certeza de que o acompanhamento é necessário, afinal é o deficiente. Essa imprecisão produz caminhos e descaminhos, monta e desmonta discursos, explicita e encobre os preconceitos.

Se por um lado o contemporâneo, através da fragmentação e da velocidade das mudanças pulveriza as identidades, fazendo com que novas identidades surjam lutando por legitimidade, embate entre a massificação que nos tornamos e a diferenciação que desejamos, por outro lado, lembra Rolnik (2000) que essa dissolução ocorre concomitantemente com a produção de figuras-padrão nas quais a subjetividade é levada a se reconfigurar em torno dessas figuras delineadas *a priori*. Assim, os jovens que acompanho na cartografia chegam ao trabalho no qual uma figura padrão da incapacidade circula como fantasma, com corpo, invisível aos céticos, mas presentes em práticas que emprestam forma a produção da dissociação entre pensar e fazer: uma parcela existe para “por a mão na massa” e a outra para “pensar o por a mão na massa”. Ao deficiente intelectual, aos homens e às mulheres com “baixa escolaridade”, a esses, reserva-se a limpeza e a cozinha. Parece simples, basta seguir o padrão determinado, mas na prática, existem forças

que também podem convocar para pulverizar, não apenas as identidades, mas também as figuras-padrão, deformando ou transformando corpos.

Essa é a segunda parte da história contada nessa dissertação: como a aproximação do território deficiência/trabalho pode produzir, na micropolítica, novos territórios existenciais. Em que medida a visão limitada, formatada que se produziu do diferente enquanto algo negativo pode potencializar a ruptura, mesmo quando visa à captura. Uma história que parece simples e amparada no seguinte tripé: um decreto nacional que determina a presença do deficiente no mundo do trabalho, uma empresa que precisa cumprir a legislação, um deficiente intelectual que precisa apenas seguir instruções. Assim, começa a história de dois jovens encaminhados para uma empresa de transporte coletivo intermunicipal de Belo Horizonte – Minas Gerais. O primeiro deveria limpar os ônibus na garagem da empresa, tudo certo e aparentemente simples, até que em uma noite manobra um dos ônibus no pátio e provoca um acidente, sem vítimas. Pelo contrário, o acidente faz nascer o *Motorista*. O outro jovem contratado pela mesma empresa para auxiliar na cozinha, estava ali para descascar, limpar e lavar, trabalhando na cozinha, até que em uma manhã: agarra uma colega de trabalho e desestabiliza o ambiente, surge o *Falante*.

Duas histórias inusitadas porque não esperávamos, eu e tampouco a empresa, que as normas fossem quebradas. O que se produz nesse cotidiano e rompe com o esperado/estabelecido? Que forças circulam no encontro do *Motorista* e do *Falante*? Duas histórias que acontecem num mesmo período de tempo e contexto. Desse modo, a cartografia parte para rastrear o campo em que os territórios deficiência/trabalho se encontram. Visito suas construções concretas e de concreto, seus vidros que deixam passar mais que a luminosidade ao permitirem ver o fazer da clausura. Encontro com as práticas discursivas que se alimentam dos mecanismos de divisão e de classificação científica e penetram nas subjetividades, as dentadas da história reproduzindo e produzindo modos de ser e viver. Procuo as marcas do passado e do presente, do capitalismo, do consumismo da vida, da gerência do dia-a-dia, tudo sendo registrado no diário de bordo. As impressões, as palavras, os livros lidos, todos esses registros parecem tentar se incorporar no território existencial, ou até mesmo alterá-lo, insistindo por respostas. Perguntar não é buscar resposta? Não é abalar o conhecido apontando para o desconhecido? Mesmo que não a encontremos fica a desestabilização decorrente do ato de perguntar, da dúvida geradora. Se as respostas não aparecem, menos mal, significa

que podemos continuar perguntando. Foi perguntando que penetrei nesse espaço, perguntando aos livros lidos: o que há nesse espaço de concreto que fala da reprodução e da invenção? O que há nas vozes que circulam e que anunciam a história dos livros e a nossa história de cada dia?

Com uma indagação muito maior quero experimentar isso que aconteceu/acontece e continua persistindo como se fosse para além do tempo, fica voltando no discurso, confirmando e negando e repetindo e também criando o existir. O que é isso no qual mergulho tentando ser afetado para enfim construir algum sentido. Que cores são essas que surgem ao andar e que nomeio de verde, branco, essas cores aderidas aos corpos estranhos clamando por atenção? Uniformizando e dando formas aos lugares estabelecidos. Essa movimentação de cores que anuncia os lugares a serem ocupados produz em mim uma variedade da atenção cartográfica proposta por Kastrup (2007), ou seja, ao pensar “o que é isto?”, sei que sou atraído, não apenas pelas cores, mas pelo movimento e odores que povoam esse lugar. Talvez essa pergunta seja dirigida ao que penso ser o mundo do trabalho e isso me preocupa, afinal recorro de ter lido que a cartografia “[...] requer a suspensão da posição pessoal de pesquisador, marcada por interesses, expectativas e saber anterior” (KASTRUP, 2008, p. 472), embora insista na implicação, no que a realidade estudada convoca no pesquisador e que diz respeito à relação que desenvolvemos com a instituição. Ainda segundo essa autora, a cartografia não busca as causas e sim os efeitos, portanto, espero que minha subjetividade se abra para os afetos e rastreie os efeitos da passagem dos deficientes nesse espaço de trabalho. Abre-se um campo de sensações...

### **3.1 A empresa e a vida ou ande na linha!**

Belo Horizonte, 06 de maio de 2009, a tarde estava apenas começando quando iniciei minha visita para rastrear, ouvir as vozes circulantes sobre a passagem desses jovens no trabalho, pois esse é um dos cenários em que dois dos entrevistados estiveram. O primeiro, chamarei de *Motorista*, adjetivo que tenta sintetizar os resultados das forças que convocam para transformação do seu território. O outro, *Falante*, circulou com seu jeito próprio de falar ao mundo e viveu

os efeitos de não atender a um padrão tido como normal para o humano. Trata-se da oficina mecânica da garagem e o refeitório de uma empresa de transporte intermunicipal de passageiros. Antes de mergulhar nas histórias do *Motorista* e do *Falante* procuro no local em que trabalharam marcas que ajudem a compor o cenário em que as vidas se transformam e as inscrevem num universo de relações sociais, de classe, de poder. Assim, acredito, será possível encontrar o que faz sentido para o *Motorista* e o *Falante* em relação à dinâmica da existência. Voltemos um pouco no tempo para entender como esses jovens chegaram nessa empresa. Com o Decreto n. 3298 as empresas passaram a compor seus quadros de funcionários com um número de deficientes previsto no referido instrumento legal:

Art. 36. A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social, reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

I - até duzentos empregados, dois por cento;

II - de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;

III - de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou

IV - mais de mil empregados, cinco por cento (BRASIL, 1999).

Inicialmente, essas vagas eram preenchidas preferencialmente por deficientes visuais, auditivos e físicos. No caso da Escola Estadual “Pestalozzi” foram sendo feitas parcerias com empresas privadas com a finalidade de incluir nossos alunos no mercado de trabalho. Desse modo, começaram a ser ofertadas pelas empresas vagas de empacotadores, auxiliares de serviços gerais, dentre outras vagas, focando atividades mecânicas e repetitivas, que não exigem uso de “habilidades” associadas ao saber acadêmico (ler, escrever, realizar operações matemáticas). Assim, nossos jovens passaram a empacotar em supermercados, carregar e descarregar mercadorias em lojas de departamentos, realizarem limpeza de espaços diversos, como no caso da garagem e auxiliar em cozinhas. Sempre que as empresas precisam cumprir a cota estabelecida pela legislação nacional, somos contatados para indicar um candidato.

Voltando ao presente, a primeira demarcação do espaço da empresa que impressiona é a orientação para andar “somente na faixa branca”, pois os ônibus circulam entre o lugar em que são lavados e a oficina de reparos, e o ponto de referência para os manobristas é a faixa branca, caminho determinado para as pessoas circularem com segurança. Aqui, embora não seja a fábrica do final do

século XVIII descrita em Foucault (2004) em que se buscava controlar o vetor tempo e espaço para que os corpos “aprendessem” a produzir num locus fechado e num período determinado, há algo da disciplina narrada pelo autor e que metaforicamente a “faixa branca” explicita. É a disciplina enquanto elemento do poder instituído para controlar e sujeitar os corpos, visando à emergência do dócil e útil (FOUCAULT, 2004). Em outras palavras, o início da visita para conhecer o locus em que a trama profissional dos meus personagens acontece é marcado por uma advertência: “ande na linha”!

Enquanto observo esse cenário com vidas que se movem entre as construções e maquinários, pergunto-me se eu deveria caminhar à frente do tempo ou retornar ao passado. Afinal, o ambiente da garagem é muito diferente do local em que o *Motorista* e o *Falante* foram preparados para o labor, ambos freqüentaram a oficina de cartões, processo artesanal de produzir. Através dessa lembrança sou compelido a pensar nos artesões pré-capitalistas descritos em Huberman (1986). Segundo o autor, havia um mundo em que não se precisava de muito capital para produzir os utensílios necessários no cotidiano. Nesse mundo, bastava um espaço na própria casa e a habilidade da arte(são) e o freguês que comprasse o produto forjado pelas mãos e ferramentas. Os homens que dominassem a técnica e se tornassem conhecidos pela população poderiam aumentar a produção, contratando um ou dois ajudantes (HUBERMAN, 1986). Evidentemente não é esse o contemporâneo que se apresenta aos meus olhos, pois a história foi sendo produzida para além do artesão ao se seguir uma lógica onde somente quando os trabalhadores são separados da terra e das ferramentas, eles, aceitam trabalhar para outra pessoa. O capitalismo nos seus primórdios deve ser entendido como o processo que toma ao trabalhador a posse dos meios de produção.

Mas o capitalismo faz mais, ele descodifica tudo o que foi codificado e sobrecodificado, desterritorializando todos os fluxos, destruindo códigos e pondo tudo a correr, inclusive o profano, ao mesmo tempo submete tudo à lei do valor, à axiomática do capital. Ou seja, o importante é que tudo entre em um regime de produtividade e consumo, inclusive a própria subjetividade. O concreto e as máquinas com o odor de graxa fazem parte da produção de vidas. Segundo Deleuze e Guattari (2004) tudo que nos cerca é processado pela produção composta de superfícies afetando e sendo afetado. Assim, o lugar convida para captar as sensações e rastrear suas superfícies. A superfície de registro de controle,

correspondendo às formas que a vida se apresenta, territorializando seus fluxos através do verde dos macacões que predominam na paisagem e da figura masculina. Vejo poucas mulheres lavando ônibus, ocupando esse espaço imenso com seu cheiro de óleo diesel deixando sua marca no chão e na atmosfera, pois o ar é impregnado pelo seu cheiro. Linhas duras visando uma padronização que não suporta as singularidades, em que todos são homens ou mulheres, mecânicos ou limpadores de ônibus, heterogeneidade que pode assumir várias composições, diversas formas de ser homem e mulher. Como nos lembram Campos e Romagnoli (2007, p. 85) “[...] esse plano é composto por estratos, segmentos, que encapsulam a vida de determinada maneira”. Vidas encapsuladas em uniformes padronizados, leitura visual do fazer, do lugar que cada um ocupa na engrenagem do labor. Se no contemporâneo, conforme foi dito anteriormente, as identidades são pulverizadas e novas formas de ser homem e mulher e outra coisa buscam por legitimidade, a primeira olhada na garagem da empresa parece indicar um perfil-padrão de homem e suas funções. Músculos ligando homens e máquinas, fertilidade ligando mulheres ao alimento.



Figura 4: Ex-aluno lavando ônibus na empresa visitada

Fonte: Acervo das oficinas da Escola Estadual “Pestalozzi”

Desse modo, entro no mundo do trabalho e reconheço o verde dos macacões como marca do lugar ocupado nesse locus, passaporte para circular nesse espaço. O cinza e sua graduação indicam que os corpos dirigem ônibus, o branco aponta

para a cozinha. São as roupas uniformes hierarquizando e produzindo lugares demarcados, controle das funções, dos espaços a serem ocupados por cada ator. Bem, mas não é apenas essa superfície que garante a produção da vida. Os uniformes não podem conter o fluxo, as singularidades se articulam nesse encontro, conectando-se. Segundo Deleuze e Guattari (1995), somos sempre um corte do fluxo, um ponto de partida para uma produção de fluxos, ponto de chegada para uma recepção, não importando qual tipo ou ainda uma interseção de múltiplos fluxos. E aos poucos começo a sentir uma superfície de produção inventiva da vida em que tais fluxos fluem livremente, caminhando para uma possível desterritorialização e outras conexões. São as criaturas de verde e branco que riem e ignoram o uniforme, o cartão de ponto, são misturas produzindo uma tonalidade mais viva. São homens e mulheres se desconectando das máquinas para se conectarem com outros homens e mulheres. Mas não fica simplesmente nisso. Os vidros da construção de concreto deixam ver esses movimentos e os olhos atentos dos supervisores formam também uma superfície que deseja consumir a invenção como meio de apropriação das novas vidas. É quando o uniforme que engessa os corpos assume no discurso dominante, a impressão de uma organização necessária para que o trabalho flua, e o riso é consumido pela empresa como uma concessão: “aqui somos como uma família”, discurso repetido pelos funcionários. Logo, essa família ganhou dois membros deficientes intelectuais e é preciso ouvir o que a instituição produziu sobre eles.

Enquanto caminho até a sala do supervisor lembro-me da primeira visita feita a esse espaço no final de 2006. Naquela ocasião essa paisagem colorida não despertou o interesse das minhas retinas, agora é o primeiro registro que faço. Observo, enquanto caminho pela faixa branca, aquela construção formada por um imenso pátio. A primeira visão é da ducha em que dois ônibus são lavados. No outro extremo, vários ônibus enfileirados e cercados por homens que os consertam, esses homens com seus macacões verdes parecem extensões das máquinas que consertam embora o verde dos ônibus se misture com o branco. Ao fundo é possível ver uma construção de concreto com as paredes frontais de vidro e que oferecem uma visão privilegiada para quem deseja controlar o trabalho. A atenção que esse espaço desperta é para além da apreensão dos objetos e corpos que atravessam meus olhos. Segundo Kastrup (2007) a função da atenção não é simplesmente a seleção de informações, e seu funcionamento não se identifica ao ato de focalizar

para preparar a representação das formas dos objetos. Ao olhar, é preciso atravessar a percepção e chegar à sensação que desperta o visto. A possibilidade de detectar os signos e forças circundantes. É atenção que garante a cartografia ao produzir a indagação “o que é isso?”, “como isso se produz?”. Portanto, não é ver o verde, é sentir o verde dos macacões. É o poder emergindo para controlar os corpos. É retomar meus intercessores, Deleuze e Guattari (1995), para indagar se essas marcas aparentes denunciam o medo do capitalismo ao sentir que alguma coisa não codificada pode emergir como não codificável, uma desterritorialização capaz de inventar outra coisa que não responde a nenhum código.

O encontro com o supervisor, agendado no dia anterior, tem como pauta uma entrevista sobre os acontecimentos ligados aos “membros deficientes da família/empresa”. Se tudo é produção, bastaria a meu entrevistado repetir a produção da reprodução, ou seja, nesse encontro poderia o rapaz ter ficado com a definição de deficiência descrita no Decreto n. 3298, IV, e assim repetir:

IV – deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer, e
- h) trabalho (BRASIL, 1999)

Mas alguma coisa incomoda e desequilibra. O quê? Um momento de grande desconfiança parece o tomar. O rapaz solícito tem dificuldade em nomear os deficientes. Fala “dessas pessoas”, “deste tipo de funcionário”. Ao tentar ser cuidadoso, explicita o nosso preconceito travestido de uma generosidade quase humana “[...] tenho dó destas pessoas, fico evitando punir”. Essa “generosidade” me faz lembrar um estatuto das corporações de ofício de 1346 “[...] se qualquer pessoa do dito ofício sofrer de pobreza pela idade, ou porque não possa trabalhar... terá toda semana 7 dinheiros para seu sustento” (HUBERMAN, 1986, p. 56). Mais uma vez me pergunto “o que é isto?”. Isso parece ser o presente, mas também o passado aprisionado nos livros, nas entrevistas já realizadas, passado/presente sinalizando para o futuro que terá fragmentos do vivido. É uma anti-produção bloqueando a criação, angústia de falar do vivo que escapa.

Mas também é preciso pensar até onde essa “dó” não despotencializa os deficientes nos encontros? Mina suas capacidades? Ao cristalizar e estratificar os deficientes e seus lugares como o “dos incapazes”. Romagnoli (2003) lembra que a potência da vida possui uma dimensão criadora, intensa, heterogênea que pode emergir nos encontros e efetuar agenciamentos, produzindo acontecimentos através da singularidade. Contudo, essa “dó” pode paralisar, formatar o fluxo da vida em piedade, e assim, empobrecer o território do trabalho “[...] que se torna enfraquecido pela ânsia da mesmice e do igual, e indisponível para suportar o movimento e as diferenças” (ROMAGNOLI, 2003). A ilusão do igual aquietta, sossega, nos dá segurança, e, por outro lado a diferença incomoda, perturba.

Retornando ao supervisor, a conversa começa versando sobre o *Motorista* e outro funcionário que também foi aluno da instituição, os dois manobraram ônibus na garagem e provocaram acidentes, escapando completamente do que foi designado para suas atividades pela empresa. Diante do inesperado, a empresa/família aposta no consumo da produção, ou seja, tenta fechar esse ciclo de desterritorialização em que os limpadores dirigem, recorrendo a uma advertência e uma ameaça de demissão. Mas na dúvida de não ter sido entendido o discurso da instituição, é feito o pedido para que explicássemos aos jovens as possíveis conseqüências da repetição do ato. Quero saber como foi possível esses jovens aprenderem a dirigir os ônibus. Esse questionamento é marcado por uma intencionalidade, pois na visita de 2006 fui informado que apenas o supervisor conhecia o diagnóstico de deficiência intelectual, e o tipo de trabalho executado (lavar ônibus e peças da parte mecânica) era um labor destinado a pessoas com baixa escolaridade, situação semelhante aos jovens encaminhados pela Escola Estadual “Pestalozzi”. Talvez essa situação tenha permitido ao *Motorista* e a seu colega serem reconhecidos como semelhantes. Para Pain (1999) a transmissão do conhecimento exige o reconhecimento daquele que se apresenta para aprender como um membro da família humana, logo, o outro não é igual, mas é semelhante no direito a participar do ritual humano. Ainda segundo a autora, o que nos faz humanos é o ritual, pois não aprendemos a comer, e sim como comer. Essa é a emergência do humano e o modelo de humanidade forjada pelo aparelho de Estado. Então, Suspeito que no locus de trabalho a expectativa é de que o território existencial desses jovens seja bem contornado, prisões cujas grades nomeadas de “não saber” sejam suficientes para que não se questione ou ameace a

ordem vigente. Não é vida na sua multiplicidade que se espera, é a cápsula humana em que a vida é forjada e ao sê-lo, o conhecimento é reproduzido.

Nesse momento não estamos na inclusão do diferente, apenas vivemos a ilusão de conviver com o igual, afinal “apenas o supervisor sabe”. O paradoxo torna possível essa ilusão, digo paradoxo porque ao mesmo tempo em que reconhecemos uma diferença buscamos retirá-la de sua condição, traze-la para normalidade. Essa engrenagem acaba por explicitar que: “isto respira, isto aquece, isto come. Isto caga, isto fode [...]” (DELEUZE e GUATTARI, 2004, p. 07), ou seja, isso é vivo e estabelece ligações e conexões. Essa coisa deseja, se liga a outras coisas, produz, tem uma forma conectiva “e”, e vai para o trabalho e vai trabalhar e vai falar e vai dirigir e vai fazer o desejo correr, e corre e corta. Tudo é produção, não uma produção da interioridade ou da exterioridade, mas do “entre”, esse espaço coletivo enquanto aquilo que não é meu, nem do outro, e sim o que se produz na brecha do eu com o outro. Dimensão em que o que corre são fluxos que se conectam, é mais que o axioma capitalista que solta tudo e depois liga ao capital, é a proposta de inventar territórios e não clones. O correr, verbo no infinitivo, é o próprio movimento. E para haver movimento tem que haver o corte, desconectar para buscar novas conexões. Correr, e assim produzir o não codificável pensado em Deleuze e Guattari (1995) aquilo que ameaça e tende a ser incorporado, aprisionado e vigiado para deixar de ser uma ameaça a universalidade da lei e ao capitalismo com seu axioma. Em outras palavras, o incidente e o acidente produzidos respectivamente pelo *Falante* e *Motorista* revelam que se o capitalismo libera os fluxos para que todos possam entrar em cena e assim produzir e consumir, ele, capitalismo, precisa controlar, embora nem sempre com sucesso, que o capital não escape por todos os lados. Assim, o deficiente pode entrar no mundo do trabalho, mas em número reduzido e acompanhado para evitar que o capital sofra perdas com sua presença, como no acidente provocado pelo *Motorista*.

Talvez por isso o Decreto n. 3298, no artigo 36, estabeleça o número de deficientes que podem circular nas empresas, número de deficientes aparentemente possíveis de ser controlado (BRASIL, 1999). No meu cotidiano profissional é grande o número de jovens deficientes que desejam entrar nessa numeração oficial, mas não há vagas para todos. A legislação não garante a inclusão de todos, mas de uma porcentagem que atenda características previamente definida e sinalizada pela legislação.

E dessa maneira, os deficientes entram no mercado de trabalho. O *Motorista* e o *Falante* passam a ocupar um cenário novo e acidentes acontecem no período da noite. Um corte é produzido na rotina na medida em que os funcionários da faxina, ao limparem os ônibus, se fascinam e acabam aprendendo, com a conivência dos manobristas, a dirigir. Na noite, a vigilância cede lugar ao desejo que está a espreita, esperando a oportunidade de correr, cortar, isso a noite:

A primeira noite é aquela que devora e faz sumir as coisas do mundo, tal como a escuridão da noite efetivamente apaga o contorno dos seres. Essa é a noite da ausência e do silêncio, onde "aquele que dorme não o sabe, aquele que morre vai de encontro a um morrer verdadeiro", onde o esquecimento é um repouso. Todos nós buscamos essa noite [...] (PELBART, 1989, p.76).

Todas as noites parecem ser as primeiras, o desejo não tem calendário, data certa. Assim, na escuridão da noite na garagem os contornos são apagados, os limpadores deixam de ser detentores somente dessa função, e podem no silêncio das palavras dirigirem os ônibus. Algumas noites, na vida do *Motorista*, as linhas duras repousam, cansadas de funcionarem como represas a conter o correr do desejo, noite fazendo vazar as formas, sempre como se fosse a primeira vez. O *Motorista* já havia feito esse movimento outras vezes, mas naquela noite acabou batendo na traseira do outro ônibus. Peço para o supervisor narrar como reagiu o jovem diante do acidente. Aqui também faltam palavras, explicações: o que havia eram as marcas dos ônibus danificados e um registro feito durante a madrugada grafando o ato do jovem que queria ser motorista. Insisto em saber como o jovem se posicionou em relação ao acidente e mais uma vez nossa quase humanidade emerge de um discurso formatado. Descubro que muitos dos motoristas começam na faxina, contudo, questiono quais seriam as chances do jovem se tornar um motorista: “nenhuma”, aqui emerge o *socius* do capitalismo, codificando os fluxos do desejo, inscrevendo e registrando o desejo na impossibilidade. Se esse *socius* é o próprio capital que não pode se deixar escapar, o correr torna-se possível porque a vida sinaliza com outras possibilidades para além do ver:

Não há dúvida que cada máquina-órgão interpreta o mundo inteiro a partir do seu próprio fluxo, a partir da energia que dele flui: o olho interpreta tudo em termos de ver – o falar, o ouvir, o cagar, o foder... Mas a sempre uma conexão que se estabelece com outra máquina, numa transversal onde a primeira corta o fluxo da outra ou vê o fluxo sendo cortado. (DELEUZE; GUATTARI, 2004, 12)

Por isso é preciso da noite, do silêncio. A reprodução do existente, ou seja, a “nenhuma” possibilidade de ser outra coisa exige uma saída que faça sentido a essa recusa do sonho de dirigir. A conexão com outros territórios produz o coletivo enquanto um “entre” que não pertence a nenhum dos participantes, rompe com o indivíduo e assim se produz a conspiração inventiva: inventa-se o motorista. O coletivo busca um sentido, mais busca o efeito de sentido, que nada tem haver com uma resposta, mas uma pergunta que deixa uma fresta para o devir possível (LÉVY, 2001). Pois os efeitos da noite invadem o dia e o *Motorista*, quebrando a hierarquia do lugar, procura o diretor da garagem para perguntar: “por quê eu não sou promovido?”. O jovem usou o ver e o saber para produzir esse questionamento. Afinal, durante quase um ano, viu vários colegas sendo promovidos na garagem. Alias, essa pergunta devir circulou no encontro que a equipe técnica da Escola Estadual Pestalozzi teve com o diretor. “O que responder?” essa foi a indagação do mesmo. A lei não estabelece o que responder quando o deficiente intelectual resolve perguntar, afinal, a lei não sabe do coletivo motorista, nem nos sabíamos. Estávamos amparados num discurso pronto de que o trabalho traria autonomia, autoestima, dentre outros benefícios, não que seja uma inverdade. Diante desse episódio, só não pensávamos no coletivo motorista. Mas a pergunta foi feita, estava lá, circulando, atemporal, ecoando em nosso encontro, confrontando nossas expectativas bem delineadas, surpreendendo.

O que responder ao excepcional, que virou deficiente mental, portador de deficiência, até aportar na deficiência intelectual? O que dizer a esse agora campo aberto que não sustenta um saber do outro, pede um novo saber? Que escapole das práticas discursivas vigentes? Pelbart (1989) tem uma discussão sobre o “não” que cerceia a vida louca e que parece pertinente diante do “o que responder?”. Curiosamente, no senso comum, o deficiente intelectual é confundido com o louco, pois assim como o louco, bradamos que ele não sabe: não sabe o que fala, não sabe que não sabe, não fala o que é, não, não. A conjunção “e” retorna para aprisionar, tentativa de captura, ele não sabe e não pode: gerir bens, ser eleito, situar-se numa relação de forças, dirigir, perguntar. Entretanto, o “e” proposto por Deleuze e Guattari (2004) não é gramática, complementação da língua, é vida, conexão, imanência. Não se tem resposta, porque não se fez a pergunta primeira, o

que é isso? Se isso come, respira, caga, isso sou eu, é você, somos nós que escapamos da forma da lei, do padrão ou não.

Mas o encontro com o supervisor não é apenas uma entrevista, assim, saímos para ver de perto os ocupantes dos macacões verdes e transitar pela faixa branca com sua segurança. O definível está na construção, na faixa branca, nas mãos que unem o odor do óleo diesel com o preto das graxas, anunciando um dos vetores presentes na produção dos corpos dóceis: o controle do espaço com seu concreto cinzento, seu excesso de vidro que permite ver os corpos como num processo de desnudamento no qual o desnudar, a exposição não é da ausência da roupa, mas dos gestos laborativos. A faixa branca, marca da segurança, permanece impassível à espera que a pisemos, disso pode depender não os modos de viver exigidos pelo mundo do trabalho, mas a própria vida. Se o cheiro de óleo retorna ao ar, a formatação do discurso também está amarrada no diálogo, ou seja, sou apresentado aos deficientes que quase não parecem denunciar a própria deficiência. É desse modo que sou apresentado aos deficientes, eles, os funcionários deficientes, quase não aparentam ter deficiência. Tudo isso parece formar uma massa quantitativa de “mais ou menos 20 deficientes”. Esse é o número traduzido da cota, pelo menos na empresa que visito. A hierarquia se reproduz na relação com os deficientes fazendo com que eles sejam divididos em funções. Segundo o supervisor “esse tipo de pessoa”, faz referência ao deficiente intelectual, aquele mesmo que não soube nomear anteriormente, trabalha na limpeza. Já aquelas pessoas com problemas, mais uma vez para o supervisor faltam palavras e sobram gestos. Pelo gesto sou convocado a entender que ele se refere aos deficientes auditivos, visuais e físicos que costumam trabalhar no escritório da empresa. Devo dizer que as palavras do supervisor só aumentam o leque de impossibilidades dos deficientes intelectuais, afinal estamos diante da reprodução dos discursos livrescos/científicos em que há uma parada no desenvolvimento, uma diferença como negativa. Se por um lado temos o aumento do leque de impossibilidades recheando o discurso do supervisor, por outro, temos a geração constante de novas realidades, um processo incessante do novo que não é visível num primeiro momento aos vidros que vêem os trabalhadores, embora seja possível sentir que algo de novo está presente. O sentir diante do novo é como uma “satisfação nervosa” diante da inesperada eleição de um ex-aluno da Escola Estadual “Pestalozzi” para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). O

desconforto dessa eleição tenta ser invisível aos olhos e aos ouvidos, pois, entre sorrisos amarelos ouve-se o quanto a empresa é inclusiva. Mas o que escapa aos olhos e aos ouvidos talvez seja o tal povo por vir. Essa legião que não se mede em número, em quantidade, mas sim pelas intensidades dos encontros.

Quando me encontro com o eleito da CIPA lembro-me que era calado, mas gostava de observar o entorno, quem sabe procurando esse povo por vir que ao ser expulso do lugar da certeza tem que vagar a procura de um novo território, pousada provisória da vida. É uma marcha em direção ao devir, sair do “sentir-se em casa” em busca de uma nova morada provisória, mas com os pertences transportados da casa vivida. Essa eleição faz oscilar o discurso sobre a minoria (deficiente) e da maioria (não deficiente), mesmo porque a minoria e a maioria não se medem por números. A minoria capaz de eleger o deficiente se produziu coletivamente, diante de algo que não pertencia a nenhum dos presentes no encontro. Retornemos mais uma vez ao passado para entender a idéia de minoria e maioria. Entre 1814 a 1820, a duquesa de Sutherland <sup>13</sup>, na Escócia, expulsou 3.000 famílias camponesas da terra, isso numa localidade que possuía 15 mil habitantes (HUBERMAN, 1986). Em números podemos dizer que a maioria foi expulsa do lugar. Contudo, nos ensina Deleuze (1992), não é pelos números que distinguimos as minorias e as majorias. É pelo devir minoritário, por que ele foge de uma forma, um modelo molar que encobre a produção molecular ou nas palavras de meus intercessores:

[...] O que define então uma minoria não é o número, são as relações interiores ao número. Uma minoria pode ser numerosa ou mesmo infinita; do mesmo modo uma maioria. [...] a minoria se define como conjunto não numerável, qualquer que seja o número de seus elementos. O que caracteriza o inumerável não é nem o conjunto nem os elementos; é, antes a *conexão*, o “e”, que se produz entre os elementos, entre os conjuntos, e que não pertence a qualquer dos dois, que lhe escapa e constitui a linha de fuga (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 173).

Desse modo, a duquesa de Sutherland não era ninguém e era maioria por que detinha um modelo, as três mil famílias tornaram-se processo, um devir. Um povo por vir, buscando escapar de uma captura que atravessa a história, uma minoria por não ter modelo, torna-se promessa que busca se cumprir. Por não ter modelo, o eleito da CIPA e seus eleitores são a minoria, embora possam ser numericamente maioria. Então, para evitar o que escapa, talvez seja preciso tentar

<sup>13</sup> Marquesa de Strafford (1765-1839), a partir de 1833, Duquesa. Grande proprietária agrária da Escócia.

exercer um controle sobre os corpos. Em Giacometti *et al* (2003) os autores fazem uma referência a Foucault quando o filósofo trata do vetor temporal no qual o tempo do homem é transformado em tempo de trabalho, produção de corpos automatizados.

O caminho para se tentar produzir esses corpos automatizados parece ser a criação de uma rotina marcada pela repetição de atividades. Segundo o supervisor, é difícil trabalhar com “essas pessoas”, mas depois, com a repetição da rotina, eles trabalham direitinho. Qual a relação desse discurso simplista com o discurso científico? E os efeitos que produz na política de inserção desses jovens no trabalho? Conforme lembra Rodrigues (2008) é preciso encaminhar para uma política crítica que reflita e intervenha sobre as condições de existência, inserção e funcionamento dos discursos científicos, sendo que no caso da pesquisa é o labor do deficiente intelectual. Desse modo, a produção da pretensa rotina como facilitadora da execução do trabalho reforça a parada no desenvolvimento em que as limitações devem ser supridas pela repetição de uma única atividade, ficção científica que pensa produzir uma inteligência artificial, apta para realizar uma ação sem sentido e atemporal. Temo que o efeito disso para a inserção do deficiente no trabalho seja a fixação, como já ocorre, de tarefas repetitivas que excluam mais que incluam essas pessoas no trabalho. Esse modo simplista impede uma reflexão sobre as demandas formuladas pelos deficientes e acaba-se fixando nos efeitos das ações e não se tenta inseri-las num contexto de complexidade própria da vida. Como exemplo, o *Motorista* não foi o único deficiente intelectual que aprendeu a manobrar ônibus e a provocar acidente na garagem. Mais uma vez, só havia o registro da madrugada e os danos materiais produzidos. Esse outro jovem desapareceu do trabalho três dias e ao retornar negou que tivesse provocado aquele acidente. Nesse caso, a providência adotada foi afastá-lo dos ônibus, o que não significa afastá-lo das forças que o convocam. Após visitar esse local e ouvir o supervisor observo que, para a empresa, não existe uma história a ser contada sobre os acidentes, mas fatos tão mecânicos quanto às atividades oferecidas aos deficientes intelectuais. Simples registros em um livro no qual são grafadas as ocorrências que fogem da rotina e formam uma memória externa sobre o deficiente e seu acidente.

Terminando a visita a garagem, dou uma última olhada no entorno e dois homens e seus macacões quase verdes mergulham na graxa, no óleo e limpam

peças. Não é difícil pensar no desejo de dirigir ônibus quando se limpa peças. Devo ter sido confrontado com meus próprios preconceitos diante do excesso que impregna meus sentidos, minha subjetividade como parte da engrenagem do estabelecido, funcionando para reproduzir hierarquizações profissionais, *status*, posições. Mas ao mesmo tempo é possível ver que dirigir ônibus rompe com a repetição da limpeza das peças. Enquanto me despeço desse cenário, procuro pelo contemporâneo entre esses homens que dominam a técnica de limpar peças. Mas o contemporâneo e sua tecnologia de regulação não buscam apenas à técnica, procura produzir modos de ser. É olhando para esses homens que questiono quais os modos de viver esperam dos nossos corpos a contemporaneidade. Para Giacomel *et al* (2003, p. 140) “[...] na sociedade contemporânea não é mais o corpo que é posto a trabalhar disciplinarmente, e sim a alma”. Entretanto, ao olhar no entorno, vejo os corpos em movimentos repetitivos. A alma é invisível e deve se revelar no ato de se dizer, no silêncio da noite. Fica evidenciado que os autores, ao resgatarem a idéia da alma, não retomam a dicotomia corpo/alma, mas sim buscam trazer para o campo de discussão as relações de afeto e os “[...] diferenciais de produtividade que agora são o cérebro das pessoas que trabalham” (GIACOMEL *et al*, 2003, p. 140), ou seja, a própria vida posta em produção.

Conforme percebo nessa vista, as vidas do *Falante* e do *Motorista* chegam à empresa para ocupar lugares hierarquizados dentro da deficiência, cabendo ao deficiente intelectual com o seu “não saber” os trabalhos repetitivos e sem invenção. O território trabalho já estava esperando suas chegadas, e a dos outros deficientes. Tudo organizado, o surdo pode ocupar atividades que exigem concentração, afinal o barulho não interfere. Embora eu não tenha entrado em detalhes sobre as atividades dos outros deficientes, pois não era tema da pesquisa, imagino que provavelmente o surdo não se ocupe da escriba, pois deve ter problemas com a gramática<sup>14</sup>. O deficiente físico pode desempenhar qualquer função no escritório, devendo ser feitas adaptações, na maioria das vezes arquitetônicas.

Mas em relação aos deficientes intelectuais parece que suas histórias estão determinadas, mas não. Ao propor lugares determinados espera-se ver gestos repetitivos (limpar, empacotar) e desse modo cumprir o prescrito para garantir uma territorialidade definida por estereótipos. Ver não é sentir, por isso, ao se confrontar

---

<sup>14</sup> A LIBRAS, língua dos surdos, possui a sua própria estrutura e gramática através do canal comunicação visual. Assim, o texto do surdo parece ao leigo repleto de erros gramaticais em relação a língua portuguesa.

o território trabalho/deficiência, é possível ir além do estabelecido e sentir a instabilidade dos territórios, a produção de perguntas e as múltiplas saídas para que os deficientes atuem. Talvez por isso se tente controlar a alma, fio condutor das forças, das linhas que formam a vida. Enquanto o eleito da CIPA lavava peças, os olhos que o cercavam viam contornos seguros: o deficiente intelectual com gestos inofensivos, as peças e seus clichês. O que não viam eram as linhas que se quebravam e faziam conexões com outros pontos, emergindo e sustentando o eleito da CIPA. Pura surpresa de se ver um “estrangeiro” vindo de fora e produzindo algo próprio dos “conhecidos” pela empresa. Esse é um aspecto que a lei não pode resolver, ou seja, tornar o estranho familiar. Acredito que é no embate cotidiano que essa mudança acontecerá ou não, em determinadas circunstâncias, em certos encontros. Por isso, foi preciso rastrear a passagem desses jovens pelo trabalho, visitar os espaços percorridos e ouvir suas histórias capazes de produzir um conhecimento a partir de seus discursos sobre a concretude de suas vidas. Produzir um saber que não é dado *a priori*, mas construído cotidianamente no coletivo.

Deixo a empresa para trás e sigo rumo ao encontro com o outro lado das histórias. Reencontro o homem contemporâneo e sua história contemporânea. Não sem esquecer que a história se faz por rupturas permitindo introduzir o fortuito, o imprevisível, o novo, o dinâmico e o revolucionário. Contudo, fica a impressão de que o contemporâneo mergulha no interstício da palavra, procurando letras, sílabas para produzir o dizer, mas como visto, ainda faltam formar novas palavras com novos significados. Estamos todos no interstício da história, ou como lembra Barraclough (1964) não saímos, necessariamente, de um período da história e entramos no seguinte. Pelo contrário, permanecemos num entre períodos procurando entender as mudanças produzidas, as forças que convergiram para a transformação.

### **3.2 Dirigindo e falando da vida**

Ao olhar para uma história não devemos buscar as semelhanças com outras já contadas, mas acreditar nas diferenças, naquilo capaz de fazer as diferenças. Assim, Barraclough (1964) propõe que se estude a história buscando as diferenças

que se produziu, pois nesses pontos existe a invenção, mesmo que nos falte visão para identificá-las. Duas histórias: o *Motorista* e o *Falante*. Movimentos de vidas esbarrando nos pequenos fascismos que todos nos cultivamos. Então é preciso cuidado ao pisar no terreno em que essas vidas circulam e ter, como lembra Lispector (1998), uma pata quase humana ao mexer no vivo. A pata quase humana é necessária porque ao narrar estou dando vida e contorno para o já existente. É preciso estar atento à anti-produção, essa angústia que me toma ao produzir palavras, frases que de algum modo faz as figuras existentes na vida, passarem a existir também pela escrita.

Só se conhece a pata com que tocaremos no vivo no próprio encontro. É o narrador sendo atravessado pela indagação sobre a existência, pela precariedade que toda resposta é capaz de produzir e uma busca pelo “não sabe o que” escapando da entrevista formatada. Sentados: eu e o entrevistado, no meio, as perguntas previamente formuladas, e preenchendo o ambiente nossas histórias anteriormente produzidas. Momento em que é preciso dialogar para além da entrevista, deixar que palavras se encontrem com outras palavras e produzam frases se ligando com outras frases para formar uma história, e assim, o entrevistado se transforma em personagem, permitindo que adjetivos se colem ao corpo para explicitar o contemporâneo, esse interstício de um tempo passado, presente e indicando caminhos para formação do futuro.

Vidas que ao serem narradas passam a existir em palavras grafadas, mas não se deixam impregnar pelo determinismo, desse modo, apresento as duas primeiras histórias.

### **3.2.1 *Dirigindo a vida e a vida sendo dirigida***

O *Motorista* tem 23 anos e trabalhou durante dois anos na garagem da empresa de ônibus como auxiliar de serviços gerais, sua função era lavar os veículos no quase silêncio da madrugada. Em 2007 o jovem começa a circular na fala dos outros empregados da empresa ao questionar o lugar ocupado. Afinal queria saber por que alguns colegas haviam sido promovidos e ele não. No mesmo ano se envolve num acidente: manobrou um ônibus no lava jato da empresa, e ao

fazê-lo bateu em outro veículo. Assim o reencontro, antigo aluno preparado pelas oficinas da Escola Estadual “Pestalozzi”, havia sido enviado para o trabalho e após o acidente o departamento de Recursos Humanos da empresa entrou em contato conosco para informar sobre o ocorrido e pedir para que se conversasse com o jovem sobre o acidente. Nesse encontro perdido no tempo guardo não a exatidão das palavras, mas a emoção do jovem ao dizer que continuaria a dirigir por que havia descoberto o queria ser: motorista de ônibus. Desse modo, o *Motorista* acabou sendo demitido meses depois.

Abril de 2009, os telefones que tenho para entrar em contato com o jovem já não atendem e ao procurar a empresa para confirmar o endereço descubro que o ele havia sido readmitido em novembro de 2008, provavelmente para garantir o cumprimento da cota, pois o Ministério Público tem autuado as empresas que não a cumprem. Porém, antes de completar um mês de trabalho teve um Acidente Vascular Cerebral e não havia retornado <sup>15</sup>. Agora estava afastado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e tratando das seqüelas produzidas pela doença no Sistema Único de Saúde (SUS).

24 de abril de 2009, estou a caminho do encontro com meu entrevistado e a referência passada é uma igreja de uma certa Nossa Senhora que ninguém no trajeto consegue me informar. A rudeza do lugar com suas construções provisórias contrastam com a gentileza das pessoas que tentam ajudar e as numerações das casas que não obedecem a uma organização própria das linhas duras definidoras não apenas dos territórios existenciais, mas também dos espaços geográficos com suas indicações seguras. A numeração dança sem se preocupar com o crescente, decrescente, par e impar. Naquele lugar, descobriria muito rápido que os números não são importantes, mas os nomes das pessoas sim. É pelo nome da mãe do entrevistado que encontro aquele muro espremido entre muros e que ao se abrir desvela um mundo quase parecido com um poema “[...] o mundo é grande e cabe nesta janela sobre o mar” (ANDRADE, 2007, p. 1278). Não que tenhamos mar, em Minas Gerais ouvimos falar do mar, atrás daquele portão havia um mar de gente, casas, de sonhos... Enquanto caminho pelo corredor de casas, tenho como companhia a estranheza de conhecer/desconhecer aquele jovem, sou estrangeiro diante dessa paisagem geográfica em que aquela vida está mergulhada, embora

---

<sup>15</sup> O AVC resulta da restrição de irrigação sanguínea ao cérebro, causando lesão celular e danos nas funções neurológicas.

conhecido do moço. Assim surge o *Motorista* e os adereços que insistem em circundar a vida, não bastasse o aprisionamento na deficiência intelectual, agora um novo rótulo gruda em seu corpo, mais visível: a hemiplegia à esquerda <sup>16</sup>.

Sentados na pequena sala da casa começamos a entrevista, buscando o invisível e o visível produzidos no encontro desse jovem com o trabalho, e seu ritmo ditado pelas limitações físicas dele. Mas o tom da conversa acaba sendo ditado, não pelas limitações físicas, mas pelo desejo do *Motorista* em lembrar do ônibus, esses são os momentos em que revejo o brilho no seu olhar. O ônibus é um meio de transporte coletivo, porém não para ele: “*é uma coisa muito grande, tem um painel cheio de botões, o volante... era uma coisa que você põe na cabeça que não dá conta e descobre que dá*”. O que irrompe é a tentativa de ser capaz, potente, e não deficiente. É olho que vê, mas não é uma visão solitária porque nasce da multiplicidade que constitui a realidade, afinal, não é apenas um painel, é produção de vida com suas superfícies simultâneas, o formatado dizendo que não há “nenhuma” chance de dirigir, o fluxo correndo e convocando para inventar o motorista, a tentativa de se consumir o desejo pelo painel voltando como algo fora de possibilidade, inexistente, portanto, pronto para ser inventado (afinal disseram que não existia nenhuma chance!). Para Costa (2009) a realidade não possui uma unidade em si mesmo, sendo uma pluralidade ordena nos encontros, dependendo das forças que dão direção aos objetos parciais que preenchem a vida. Logo, é preciso ser capaz de se conectar com esses fragmentos como se fossem ingredientes necessários para dar vida a uma receita, inventar a partir das condições adversas tragadas pela palavra “nenhuma”.

A “*coisa muito grande*” é para além das funções laborativas rigidamente pensadas para o *Motorista*. Se o território trabalho, ao encontrar com o território deficiência, se sustenta em linhas que justificam um labor mecânico e desprovido de significados, as forças que circulam ultrapassam a percepção do painel do ônibus enquanto forma, revestindo-o da potência que convoca para a sensação de assumir a direção ônibus/vida. Talvez por isso, não atribua importância para o acidente que teria provocado ao manobrar o ônibus. O assombro para o *Motorista* não é o acidente, e sim o painel e todas as possibilidades que aí pulsam. É emergência da

---

<sup>16</sup> **Hemiplegia** é uma paralisia de toda uma metade do corpo. Em geral é causada por doenças cerebrais focais, em especial por uma hemorragia cerebral em caso de apoplexia.

força que acena para a uma nova configuração da existência, de si, do mundo e das relações que os envolve. Mas é também assombro força convocando “[...] a lutar para que essa configuração se afirme na existência e inscreva-se no mapa em vigor, sem o que a vida não vinga” (ROLNILK, 2002, p.02).

Mas para que o painel do ônibus deixasse de ser forma e ganhasse a dimensão de um dispositivo, de um intercessor que sustentasse a invenção, foi necessário o encontro com o coletivo que conhecesse não apenas as linhas duras definidoras do saber/não saber que encapsulou na deficiência intelectual o *Motorista*. Como no teatro, o painel é o cenário no qual o ator desenvolve sua arte, emprestando sentido para o imóvel. Em torno do painel existia o comum entre os atores, aqueles homens destinados a limpar, dentre os quais estava o *Motorista*, mas havia algo que não pertencia a ninguém, uma energia capaz de convocar todos para se aproximarem e produzirem um novo painel de ônibus, um que pudesse ser conhecido, dirigido. O comum entre essa minoria é uma faceta social que se mistura com a própria caracterização feita pela lei ao dizer do deficiente intelectual (o insucesso escolar, falha comunicacional, dentre outras marcas).

Aqui a deficiência intelectual revela sua face social, pois os colegas de trabalho possuem no corpo as marcas da lei enquanto emblemas que permitem identificar o deficiente intelectual, o seu não saber. Entretanto, essas marcas nascem não de uma deficiência intelectual, mas da desigualdade social que exclui uma grande parcela da população da educação formal, dos bancos das escolas.

Dessa forma, o território trabalho, ao forjar um modelo, produz o encontro do povo por vir que busca uma conexão capaz de produzir uma linha de fuga. Nessa busca o painel do ônibus é revestido de um novo sentido: mudar a vida, construir, provisoriamente, outro território. Conforme disse o supervisor, muitos motoristas começaram nos serviços gerais, contudo, não seria esse o caso do motorista deficiente intelectual.

No silêncio da noite a vida deixa a berlinda, o coletivo conspira pela invenção de novos territórios, ainda que nada tenha sido dito da deficiência intelectual do *Motorista*, e, talvez, por isso mesmo, a vida pôde se libertar das amarras. Os lavadores, os limpadores, o inscrito no Decreto n. 3.298 (BRASIL, 1999) procuram no campo coletivo, esse entre desconhecido que permite que as forças circulem convocando a potência do painel do ônibus. Durante a noite os motoristas ensinam a dirigir, é o painel deixando a forma para ganhar a sensação de algo que pode fazer

vazar os contornos da deficiência produzida socialmente. O imprevisível do trabalho, aquele lado que não estava no *script*. O definido e esperado era limpar, num tempo e espaço determinados, pura mesmice! Mas é preciso resistir a esse estado de submissão como alerta Foucault (2004) ao nos convocar para lutar contra o empobrecimento do tecido relacional. Pele protetora de órgãos/sistemas procurando fazer com que toda a engrenagem funcione com a precisão necessária para conter a ruptura. Resistir é fazer um rasgo na pele, abrir-se para as forças de fora, deixar vaziar seu interior, suas definições que tentam diminuir o espaço de manobras dos homens e mulheres. Resistir é como produzir atrito entre peles até aparecer o furo, é entornar o que está preso e uma vez liberto não há como apagar a marca deixada, e tampouco não fazer outra composição. Mesmo suturado o furo pela consumação fica a marca: o ponto em que a intensidade fez fuga. Como nas noites reveladoras dos limpadores de ônibus. O que a noite nessa garage nos desvela é a conexão capaz de enriquecer o mundo relacional, rompendo com as limitações impostas pela sociedade e pela instituição, tornando desse modo complicado administrar as vidas.

Resistir a esse empobrecimento do relacional é romper com o medo, fazer com ele mude de lado, deixe a minoria e vá ao encontro da maioria. Nesse sentido, quando pergunto ao *Motorista* sobre o medo de dirigir, recebo um efusivo: “*Eu não!*”, o medo pertence aos supervisores que guardam a territorialidade que pode empobrecer as relações. Por isso ao perguntar ao *Motorista* sobre esse medo escuto o sonoro: “*Eu não! A gente tem que aprender*”. Acostumado a sentir no corpo as práticas discursivas do saber/não saber, o *Motorista* aprende a se conectar com as linhas flexíveis da sua subjetividade que permitem montar estratégias para o encontro consigo mesmo, rastreando as linhas duras e flexíveis que foram sendo fornecidas para circunscrever seu território existencial. Ao aprender, pois “*a gente tem que aprender*”, o assombro com o painel do ônibus é a descoberta de que ao converter o poder, esse se dobra constituindo um dentro, um fora “[...] relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si” (DELEUZE, 1998, p.108). O encontro com o painel do ônibus é também o encontro com os saberes e poderes usados para “domar o processo de subjetivação” do *Motorista*, mas a intensidade da vida se choca com o poder tentando escapar dessa armadilha, por isso, aprender foi rápido: “*cinco dias, nem dirigia bem, o básico*”.

A intensidade da vida é explicitada na irregularidade, na desestabilização, não como o senso comum a entende, mas como algo positivo, o deixar vaziar, a

invenção. Nesse sentido, a regularidade discursiva sobre o trabalho aparece na fala do *Motorista* como a obedecer ao *script*. A carteira assinada, o limpar os ônibus, a garagem. Essa dimensão do trabalho que é, na sociedade capitalista, essencialmente a inserção no processo de produção-consumo (LANCILLOTTI, 2003). O trabalho é então um veículo para recompensas socialmente sonhadas, tais como dinheiro, prestígio, reconhecimento, sendo produtor também de auto-estima, auto-realização. Não produzimos apenas para o consumo do outro, produzimos para ter acesso ao próprio consumo. Não se trata aqui de ignorar a importância da inserção no sistema produtivo, mas questionar o pouco espaço dado nessa discussão sobre inclusão do deficiente no mundo do trabalho ao aspecto que Lancillotti (2003) entende como prazer/trabalho no qual emerge, não apenas a possibilidade produtiva material, a autonomia financeira, mas também o prazer de produzir e o sentimento de pertencimento. Pertencer a um locus exige discutir os efeitos das diferenças usadas como critérios para definir o lugar do deficiente no trabalho. Que tipo de relação no campo do trabalho posso estabelecer com uma pessoa que tem uma parada no desenvolvimento que acarreta limitações no campo educacional, comunicacional, dentre outras? Minha experiência sinaliza para uma relação que tende a ser funcional ou profissional cindida do social. Insisto que incluir no trabalho é muito importante, mas se inclui em compartimentos? Essa vida emerge para o trabalho como dissociada do contexto social maior? Talvez uma marca importante na história do *Motorista* seja o fato de vários de seus colegas não “saberem” que um discurso sobre ele, deficiente, foi produzido. Porque quando se sabe o “doidinho” entra em cena e com ele se tece as amarras.

O trabalho acenou para o jovem com carteira assinada e com os colegas que ensinaram a limpar os ônibus. Mas esse locus não se viu imune ao endurecimento, à padronização que insiste em buscar sinais que identificam o outro a partir de atributos reconhecidos como negativos. Assim, ao ser perguntado como era o tratamento dos colegas, o *Motorista* recorre a uma economia de palavras “*Bem!*”. Entretanto, sua mãe, ao passar pela sala, oferece palavras e lembranças “*não é bem assim, você vivia reclamando que eles colocavam apelido de especial, doidinho, que doido não sabe fazer nada mesmo*”. A dureza das palavras não encontra ressonância no jovem que retoma o sonho de dirigir, afinal é preciso empreender a tal fuga de Deleuze (1992) ou pelo menos apostar no devir. Mas é antes, um gesto de contrariar e fazer vibrar as linhas segmentárias desenhadas pela

macropolítica. Como lembram Deleuze e Parnet (1998) uma linha de fuga permite produzir o real, criar a vida, encontrar uma arma.

Para encontrar as armas é preciso abandonar o “sentir-se em casa”, essa sensação de territorialidade já descrita no primeiro capítulo, para buscar o inverso. Quando os adjetivos agridem é hora de fugir deles. No cotidiano da Escola Estadual “Pestalozzi” não são poucos os alunos que recusam a usar o uniforme, não querem ser identificados como “doidinhos”. Mudamos a cor do uniforme, retiramos o nome da instituição que foi substituído por um simpático bonequinho e pelas letras iniciais da escola. Mesmo assim, paira entre os adolescentes a suspeita de que podem ser identificados. Escapar da dureza das palavras quando se entende o seu significado, não apenas gramatical, mas fundamentalmente, sua função como determinante de um lugar, ou melhor, de um aprisionamento.

Como fugir quando os contornos parecem impermeáveis? No coletivo! Porque nele habita o que não nos pertence, onde não há o “doidinho” e o “não doidinho”, apenas o devir. Esse é o caminho do *Motorista*, encontrar o coletivo, não com aqueles que buscam a marca de uma diferença que aprisione o “*doidinho*”, mas com o coletivo que permite viver o sonho de Fuganti (1990, p.69) ao falar das vidas ativas:

Elas se movem no seio da metamorfose eterna enquanto artistas sem identidade. O indivíduo deixa de ser substância; o eu pessoal é demolido; o nome próprio emerge para designar intensidades nômades. Eu não sou eu, sou nós, sou de natureza múltipla, sou uma pluralidade de forças, uma composição de afetos diversos que tecem o corpo. Nessas condições dissolvem-se a identidade do eu e a semelhança ao tu. Não somos iguais perante qualquer lei nem tampouco semelhantes uns aos outros.

A desterritorialização produzida nesse encontro deficiência /trabalho revela que estamos sempre passando de um território para o outro, mas não destruimos totalmente o território anterior. Desse modo, o *Motorista* começa a recuperar na memória um antigo emprego onde havia um caminhão que não podia ser dirigido: “*Na fábrica de tecido tinha caminhão, mas muito chefe, não tentei dirigir*”. Mesmo não dirigindo o caminhão, ele ficou na memória como uma possibilidade de se exercer o poder de dirigi-lo. Mas “*muitos chefes*” revelam que vigiar é mais eficaz que punir, assim, o poder atinge os corpos, invade seus gestos, suas atitudes, seus discursos e aprendizagem. O filósofo Michel Foucault já havia nos alertado sobre esse perigo, ao analisar as relações de poder que emergem indissociadas do saber.

Com a modernidade e ascensão da ciência afloram discursos científicos tidos como verdadeiros imbricados na produção da subjetividade, tendo como função última a monitoração e a ordenação do que escapa à norma, do que é diferente. Aliás, nesse raciocínio a subjetividade é constituída através de práticas e as relações de poder são processos que incidem sobre os sujeitos e os corpos. O que nos faz pensar nos discursos produzidos acerca da deficiência e nesse caso, também na forma de gestão na empresa – “*muitos chefes*”.

Contudo, se o poder visa gerir a vida e controlar as relações para produzir o dócil e o adestrado, ele também permite o “[...] acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p. 171). Nesse ponto, o autor me convoca a pensar as táticas atuais do *Motorista* para escapar do controle dos “*muitos chefes*” sendo produzidas no trabalho anterior. Desse modo, o poder não tem objeto, não está em, mas circula como força, quando não aprisionado em discurso pré-estabelecidos, que ao se chocar com outras forças produz a possibilidade de transformação dos territórios.

As palavras do *Motorista* expressam a mobilidade das vidas e sua história denúncia que se precisamos de lei para determinar a inclusão é porque ainda não somos inclusivos, não aceitamos a diversidade. A ruptura com um *script*, que nada mais é do esperar que o *Motorista* não seja motorista, apenas limpe o que precisa ser higienizado, encontra como resposta o banimento, aqui o punir é mais eficaz que vigiar, pois a punição é o banimento desse sujeito das relações laborativas, ou a volta a suposta normalidade do ambiente. No entanto, é na narrativa que o *Motorista* explicita que as mudanças produzidas no encontro com o trabalho permanecem.

É hora de encerrar o encontro e pergunto se gostaria de acrescentar alguma coisa “*ninguém ligou, veio aqui. O plano de saúde foi retirado porque não ta dando lucro pra empresa*”. Que vibrações produzem em mim essas últimas palavras? Inicialmente, a tentação de recebê-las como um lamento a dizer que o encontro com o trabalho fracassou ao som do capitalismo que visa lucro/consumo de vida e corpos. Mas isso seria negar a história que escapou e produziu um encontro do *Motorista* consigo mesmo. Ouvir um lamento seria confirmar a subjetividade cindida da realidade que Rolnik (2002) denuncia no capitalismo e que faz com que a resistência e a criação se dissociem. Nesse movimento estou transferindo o mal-

estar contra o outro que se torna o mal e nos o bem. Para Rolnik (2002) esse movimento de nos beatificar e maldizer o outro é a vitória do conservadorismo. E o conservadorismo acena para um mundo consensual, sem alteridade, sem resistência. Então, não preciso ouvir um lamento, mas uma advertência: “ninguém me ligou!”. É o *Motorista* dizendo que a relação com o trabalho não se restringi ao funcional e ao profissional, é também o espaço social.

### **3.2.2 A fala da vida e a vida da fala**

O *Falante* foi enviado para o trabalho em novembro de 2008 em uma empresa de transporte de Belo Horizonte, normalmente pelo porte físico musculoso seria contratado para ficar na oficina da empresa limpando peças dos ônibus ou como auxiliar de serviços gerais lavando os coletivos e a garagem. Entretanto, foi enviado para o refeitório da empresa. Em dezembro do mesmo ano sou procurado pelo jovem que narra, de forma pouco compreensiva, que teria uma entrevista em supermercado porque queria um novo emprego. Embora apresente uma deficiência na articulação motora da fala, geralmente consigo entender o que diz, exceto nesse dia. Parece confuso, afirma estar gostando do emprego para o qual havia sido enviado no mês anterior, mas, insiste na precisão de mudar para o supermercado. Durante nossa conversa sou chamado ao telefone porque a psicóloga responsável pelo RH da empresa em que o jovem estaria trabalhando gostaria de falar comigo. A conversa é curta, mas permite compreender o que se passa com o *Falante*. Segundo a psicóloga o jovem havia agarrado uma funcionária, sendo desligado da empresa. Contudo, continuava indo no local de trabalho dizendo que havia mudado de idéia e que queria continuar trabalhando lá.

O episódio parece ter sido considerado grave na empresa, afinal, o telefonema, diferentes de outros que costumamos receber deles, visava não “salvar” o emprego do *Falante*, mas impedir que ele voltasse a freqüentar o local. Nesse sentido, apenas esclareci a ele o teor do recado. Normalmente o processo de inserção dos alunos nessa empresa segue um ritual. Primeiro o Departamento de Recursos Humanos nos comunica que precisa de um funcionário com um perfil determinado para executar uma atividade, devendo ser encaminhado relatório do

setor de psicologia que aponte para a presença da deficiência intelectual. Como estamos numa era tecnológica, os contatos são geralmente feitos por e-mail. Portanto, poucas são às vezes em que nos encontramos pessoalmente com os psicólogos das empresas. A formalidade dos contatos, quando rompida em encontros presenciais revela que a psicologia continua compartimentada, não apenas em teorias, mas em práticas. De um lado, os psicólogos das empresas focando os aspectos da organização do trabalho, traçando perfis ocupacionais, mas conhecendo muito pouco do deficiente que escapole dos livros. Por outro lado, nos psicólogos que estamos envolvidos na inserção desses jovens no trabalho estamos procurando saídas que permitam atender a demanda das empresas, mas sem desconsiderar a singularidade desses deficientes. Em suma, todos nos estamos aprendendo. É com a sensação de aprendiz que inicio e termino meu encontro com o *Falante*.

Em janeiro de 2009, voltamos a conversar sobre aquela experiência no trabalho. Era férias na instituição e ele gentilmente aceitou meu convite para comparecer na Escola Estadual. O silêncio e o cuidado com as palavras por parte dele deixavam o ambiente tenso, desse modo, começa a falar do breve cotidiano laborativo: “*descascar legumes, batata, tudo, tomate*”. Essas palavras retornariam várias vezes durante nosso encontro, levando-me a pensar que aquilo parecia um mantra <sup>17</sup> ou um ritornelo esse ritmo que marca o movimento de descascar, ora gerando intensidade para produzir um território existencial em que o *Falante* deixa o lugar de incapaz para produzir novas formas nas verduras e legumes. Em outros, cristaliza no ato de só descascar enquanto repetição. Assim, o *Falante* vai produzindo um ritornelo sonoro, de ritmos diversos, intensos, lentos, explosivos. Se num primeiro momento achei a minha comparação esdrúxula, depois descobri que existem mantras para vibrar canais energéticos a fim de desobstruí-los. A idéia de mantra me parece agora como uma metáfora, uma tentativa de confirmar as mudanças produzidas pelo ato de descascar. De um lado o observador que vê o movimento de desnudar os legumes, de outro, o jovem que sente no movimento a presença do vivo, algo que ultrapassa o contorno da batata, do tomate, dos legumes em suas mãos. Portanto, não se trata de um simples ato de descascar, é sensação de produção, não apenas de alimentos, mas de vidas produtivas. Se a experiência

---

<sup>17</sup> Os mantras são entoados como orações, repetidas como as do cristianismo. Contudo, não constituem propriamente um diálogo com Deus.

foi interrompida em menos de um mês de permanência no trabalho, é preciso deixar vivo o que se libertou nesse período, desobstruir as rachaduras que permitem visitar outros territórios.

A primeira experiência profissional é sintetizada em “*bom*”, contudo, parece haver no bojo desse labor bom algo de ruim: “*Foi bom, eles colocaram apelido em mim*”. O apelido é de um personagem de um programa humorístico da televisão (não consigo entender o nome). O apelido escancara a codificação que já existia naquele espaço e que já mencionei no capítulo 2 ao falar do sistema de classificação descrito por Goldwasser (1974) em que certos atributos são reconhecidos como negativos<sup>18</sup>. O próprio *Falante* no encontro comigo indica a fala como seu problema, ou melhor, o “*problema da fala*”, essa deficiência torna risível ao outro a sua comunicação porque contrária a compilação sistemática das normas e regulamentos que vigoram enquanto se descascam batatas. O Decreto n. 3.298 abre as portas das empresas para o deficiente entrar, e acredito ser esse um instrumento para furar territórios bem contornados e seguros, na medida em que o novo se apresenta para abalar as tênues fronteiras entre o normal e o patológico (BRASIL, 1999). O risível é a nossa surpresa com esse novo capaz de “*descascar legumes, batatas, tudo, tomate*”, o que metaforicamente denominei como mantra. Realmente é no inesperado que a vida revela sua potência! O decreto não ensina a ver o deficiente “*descascar*”, todavia, aproxima territórios que se julgam tão diferentes hierarquicamente e abre caminho para confrontar as linhas duras que insistem em comparar, julgar, tentando trazer o trabalho para o discurso binário do bom ou ruim. Mais uma vez devemos fugir a tentação de vislumbrar um cenário em que dançam vítima e algoz, e nos espectadores e torcedores de um dos lados. O risível produz uma tensão que convoca a ruptura, não do encontro, mas do que o torna passível de risos: as linhas duras representadas por códigos de uma estética massificada enquanto ideal, mas inacessíveis para nossos corpos. O belo encontra morada fora dos nossos corpos, nas clínicas de cirurgias plásticas, nas passarelas de moda com suas mulheres esqueléticas, no *outdoor*, vida se transformando em *fotoshop*. Esse o risível transferido para o corpo do outro, aquilo que não habita o nosso próprio corpo.

Se não vamos apostar no balé dos opostos, do bem e do mal, podemos insistir na dança de corpos que se esbarram e ao fazê-lo produzem a energia própria

---

<sup>18</sup> A esse respeito consultar capítulo 2 página 16.

do atrito. Na física nuclear alguns átomos possuem núcleos instáveis em constante processo de desintegração nuclear, como estão sempre em instabilidade, qualquer partícula adicionada a esse núcleo pode provocar a sua desintegração. Já no nosso balé, todos os territórios são instáveis e o atrito produzido no encontro é uma ameaça para a desintegração, não total, mas parcial. Ritmo convidando para desintegração do território existencial. Esse é o risível amarelo, as fronteiras podem ser rompidas. Dito de outro modo, a descodificação produzida pelo ritmo de nossa dança transforma o código, produz diferença que faz diferença, ou ao contrário, endurece na diferença como algo que aprisiona.

O atrito convoca a descodificação, pedido para que o código seja transformado. A intensidade vai sendo elevada na medida em que as fronteiras e seus contornos vão ganhando forma e ao mesmo tempo a dança do encontro subverte os movimentos das linhas existentes, criando novos territórios. O *Falante*, ao sinal do primeiro atrito: “*o pessoal do restaurante mexia comigo*” afirma que: “*Nada! (o que fazia?) eu falava pro coordenador que falava pára, pára, pára*”. Falar com o coordenador, no plano do visível, é “*Nada!*” por que o apelido continuaria a circular no encontro. No plano invisível é um ato de resistir ao risível, é se posicionar, mesmo quando não escutam, que sejam portadores de uma surdez social (esses portam, carregam um conceito naturalizado). Se não escutam, não ouvem o ritmo desejante embalando o balé, não sentem que o *Falante* não deseja apenas que pare o apelido, deseja um conjunto de coisas: descascar legumes, trabalhar, inventar.

A mistura dos corpos permanece intensa no balé do trabalho, o risível olhado por quem está de fora, deve ser dirigido agora para aquele que não sente o ritmo da dança, o portador da surdez social, a maioria que não dá passagem a minoria. O *Falante* prescinde da fala para essa dança, assim, não se escuta que: “*pegava mal pra mim*” (o apelido); “*não gostava. Ah! Pior*” (sentimentos despertados). O atrito começa a produzir novos passos de dança em que o trabalho é percebido como prazer, autonomia, mas os parceiros de dança insistem em convocar para o embate: “*não gostava que coloca apelido, mas gostava de descascar tomate, abacaxi, tudo direitinho, tudo*”. O que faz um artista? Retira os excessos que encobrem a escultura, povoa o branco da tela, captura com palavras, sem tirar o movimento, a vida. “*Descascar*” é tirar o excesso do tomate, do abacaxi, trazer outra forma, torná-los palatáveis, tudo direitinho. Esse parece ser o incomodo: “*tudo direitinho*”. É

preciso provocá-lo, afinal, como sustentar o binário saber/não saber diante do “*tudo direitinho*”.

A surdez social presente é fruto de uma história marcada por porta-vozes. As pessoas deficientes foram historicamente representadas por especialistas. Saídos dos porões das casas para a boca da ciência ávida por devorar e produzir saber, fonte de poder, os deficientes foram sendo ditos, formatados, encapsulados em discursos nosológicos sem espaço no entre palavras. Assim, nos, os especialistas, aprendemos a dizer deles, a propor por eles, a indicar o certo e o errado, o bom e o ruim. Essa é nossa dança ritmada pela certeza de que devemos falar por eles.

Assim, passamos a dizer por eles (FONSECA, 2002). Desse modo, não se escuta como o trabalho afetou a vida: “*Mudou para melhor... separar tomate, tudo consegui fazer, recolher as coisas*”. Não se escuta que um novo território está a caminho, mesmo trazendo marcas passadas, mas também subvertendo as linhas duras para um propósito flexível. É o ponto máximo de atrito, de convite para romper e fazer vaziar.

Convido o *Falante* para explicar o motivo de sua demissão e o que produz o risível, sua fala pouco compreensível, é convertida em ferramenta de evitamento. Pouco consigo entender seu discurso: “*ganho pouco, procuro um emprego melhor*”; “*cheguei atrasado todo dia*”. Agora parece ser ele rindo ao repetir nossos artifícios cotidianos para driblar a vigilância de nossos chefes, ao despistamos nosso pouco trabalho pelos parcos rendimentos, estamos atrasados porque o trânsito engarrafou, e assim, estamos do mesmo lado da fronteira.

Estando do mesmo lado da fronteira, o sorriso aparece e o último ato da dança é anunciado de modo risível: “*agarrei a mulher!*”. Não pretendo entrar numa discussão sobre sexualidade e deficiência, apenas alertar para dois mitos que circulam no senso comum. Primeiro, no meio familiar, é comum negar a sexualidade dos filhos deficientes. Segundo, não raro escutamos pessoas desavisadas acreditarem que o deficiente intelectual tem um “furo sexual”. Falta informação aos desavisados. Figuras infantilizadas, eles, os deficientes, são geralmente tratados como crianças presas em corpos adultos, ainda na atualidade encontramos na boca de especialistas frases como: “tem idade mental de cinco anos”. Imaginar um corpo cronológico com idade de dezenove anos e o mental de cinco anos faz tudo parecer uma aberração. Escutar um “mental” de cinco anos falando de desejo sexual é uma aberração pedófila. Então, um silêncio vem e encobre a sexualidade. Mas os corpos

estão lá com seus hormônios. E o silêncio libera não o furor sexual, mas a possibilidade de sentir prazer. Contudo, advirto, me antecipando ao *Falante*, esse não é o caso do incidente dele, o desejo é de outra ordem, como veremos.

O que produz o *Falante* nesse momento? Surpreende o meio familiar com a descoberta de um possível exercício da sexualidade, por outro, desperta o temor da “*agarrada*” diante de um sujeito que não controla seus impulsos sexuais. Essa é uma leitura possível diante da preocupação que tomou conta da família e da empresa diante do ocorrido. Mas o incomodo produzido não foi suficiente para superar a surdez social e fazer com que o jovem fosse convidado a explicar seu ato. Se o fosse, a descrição da funcionária ganharia contornos que em nada lembram o padrão estético defendido pelos meios de comunicação: “*feia, cabelo branco, velha, não gostava dela*”. Então por que agarra-la? “*Ela colocou apelido, foi ela que colocou*”. Acredito que no balé do *Falante*, e por ser dança, não houve ato, mas simulação de um ato. Como se estivesse (des) construindo o que parece ter nascido pronto, naturalizado. O máximo de atrito liberando a energia: “*Esperei ela embalar sacola, ela foi ajudar... beijei o rosto dela, ela gritou, pedi desculpa, mas ela não aceitou e eu deixei pra lá*”. Mais que a fala, seu movimento agora tem sentido para ele, mas também para os outros. Punir volta ser melhor que vigiar, assim, ele é demitido:

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999).

A nossa reduzida capacidade de integridade social faz tremer os mecanismos de vigilância, o apelido não afasta, aproxima e foge ao controle. No mesmo decreto a perda ou anormalidade que ameaça o padrão considerado normal para o ser humano é deficiência (BRASIL, 1999). O jovem entende nossa armadilha, o que foge ao padrão normal para o ser humano é a fala pouco compreensível: “*Se não fosse assim, eu não tinha problema*”.

Para o *Falante*, a fala agora também o torna alvo da discriminação. Então, nos podemos ser tentados a pensar essa fala como algo negativo. Ao contrário, é ela que se torna foco de resistência, fronteira do normal/patológico. O que aprisiona pode também libertar, sendo preciso desnaturalizar as coisas. Sentir mais que

sofrimento do e no corpo, ou como lembra Pelbart (2004, p. 124) deixar: “[...] entrever no corpo a centralidade de uma força de resistência face ao sofrimento”. “*Se não fosse assim, eu não tinha problema*” era igual a todo mundo, descararia batatas com a intensidade do banal. Mas é no que foge ao padrão normal para o ser humano que o banal se reveste de significado. Onde se mostra frágil e potencialmente fonte de sofrimento é que a resistência se faz. É o jejuador de Kafka (1998, p.10) que com seu corpo esquelético e diante da morte eminente responde aos surdos sociais: “porque não consegui encontrar comida a meu gosto [...] se tivesse encontrado, creia que não teria feito nada disto e me empanturraria como o senhor ou qualquer outro”<sup>19</sup>. É na fraqueza do corpo do jejuador que Pelbart (2004) nos convida para sentir a força da resistência que ainda habita esse corpo. O último gesto de resistência, no caso do *Falante*, veio quando o convidado para ouvir a gravação de sua entrevista. Durante quase uma hora, vejo o seu êxtase ao ouvir a própria voz em meio ao silêncio do cenário de nosso encontro, sendo visível sua emoção de ouvir, pela primeira vez, o que ele acusa de ser o denunciador da deficiência.

Desse modo se produz a resistência esse movimento de sair de nos mesmos para ir ao encontro do que ainda não foi falado, que não é reconhecido por nenhum dos falantes. Resistir é aceitar que as forças atravessem o território existencial, assim, se produz o novo, se produz o que já foi produzido, resistindo pode-se impedir a reprodução como única forma de pensar o que se apresenta.

---

<sup>19</sup> Em “Um artista da fome” Kafka conta a história de um jejuador esquecido em uma jaula circense quando esse tipo de espetáculo perde popularidade. Os visitantes passam e não o vê na jaula, ninguém o vê.

#### 4 TRABALHANDO E INVENTANDO UMA VIDA PARA ALÉM DA DEFICIÊNCIA.

*“Os atônitos objetos que não sabem mais o que são no terror deliciosos da transfiguração!”*

*Mario Quintana*

Por que viajamos? Talvez para chegarmos a algum lugar, ver paisagens nunca vistas, mesmo sabendo que ao encontrá-las algo nos escapa. É como a beleza de uma fotografia que aprisiona um instante e a torna imune ao tempo, mas é também o falseamento, a beleza retocada. Em outras palavras, a cartografia que realizo é como uma viagem na qual reencontro com essas paisagens produzidas historicamente, convido para olhá-las como contemporâneas e parceiras do nosso tempo, e assim tentar romper com o falseamento do retoque de normalidade com a qual sou/somos tentados a revesti-las no exercício profissional. É ver a beleza do movimento sem retocá-lo ou aproximá-lo daquilo que aprendemos a dizer como normal. É também pensar nossas vidas com diversos cheiros e sabores, tentativa de aproximar sabor e odor para sentir a presença do vivo. Degustar com os olhos, comer com os olhos e viver com os sentidos. Aqui a viagem é o encontro com outros dois universos rastreados nos espaços laborativos, um sonhando e o outro descobrindo nas paisagens que circulam nos discursos e nas empresas, a vida circulando. Portanto, é preciso lembrar que não se trata de um campo materializado em paisagens estáticas, segmentadas. É como o vivo ganhando um outro sabor e assim é preciso pensar na proposta cartográfica desse estudo e os movimentos que se produzem no “entre” do fazer pesquisador, nessa outra dimensão que se instaura quando relacionamos, nos deparamos com a alteridade.

Viagem em que se tenta superar a história maior grafada nos livros, e em contrapartida se procura produzir o dizer de uma história menor. Entendendo essa história menor como aquela em que somos produções sociais e qualquer corpo pode vir a ocupar tais posições criadas no vai e vem da história. É, portanto, tentar superar o medo que: “[...] está a nossa volta, nos espreita a cada esquina, ameaça entrar por cada porta. Já não sabemos mais quem é o sujeito do temor, agora todos tememos e fazemos temer” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2004, p. 21).

Encontrar com esses sujeitos menores é buscar usar a palavra militância como um neologismo que comporte uma defesa da vida, qualquer vida, a pulsante, a excitante, a hesitante<sup>20</sup>. Militância enquanto convicção de que essas pessoas podem e estão traçando linhas de fuga e desterritorializando, transformando o cotidiano e toda a história. E superar o medo é usar o questionário com sabor menor e fazer emergir os intercessores para pensar nas questões fabricadas e que correm o risco de não deixar o outro dizer a que veio. Mas também perguntas e respostas que permitam que algo aconteça no “entre”, contribuindo para outra forma de se aproximar da relação deficiência-trabalho, e atuar. Como nos lembra o filósofo Gilles Deleuze, “O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra” (Deleuze, 1992, p. 156).

Por este viés, nesse último capítulo proponho pensar as histórias de outros dois personagens como ruptura com o pensamento binário que povoam nossos discursos. É tentar ir além do que Larrosa e Skliar (2001) denunciam ao falarem de algumas palavras contemporâneas (inclusão, diversidade, pluralidade, reconhecimento, respeito, dentre outras) fracionadas em verdade e manipulação, transformadas em clichês, marcas de consumo, mercadorias que amenizam nossa consciência quando expostas na vitrine da vida:

[...] Palavras que mascaram a obsessiva afirmação das leis e da excessiva ignorância dos sentidos; palavras que permitem ocultar-nos atrás de nós mesmos e, ao mesmo tempo, representar uma mímica da alteridade que nos livra da presença inquietante de tudo aquilo que deve ter um nome e um lugar para ser incluído, excluído, comunicado e, de novo, ignorado [...]. (LARROSA e SKLIAR, 2001, p. 11).

Palavras que corporificam uma condição, assim, a terminologia é transformada para facilitar a identificação daqueles a quem o decreto deve abarcar (BRASIL, 1999). Palavras/adjetivos dizendo de corpos capturados pela ciência e reproduzidos nos discursos cotidianos. Diagnóstico/rótulo fragmentando uma existência e traçando um rumo determinado, trazendo um pretense ordenamento. Cumprir a lei é deter obsessivamente o diagnóstico ou pelo menos o rótulo por ele fornecido. Cotidianamente somos interrogados pelas empresas, pois esses jovens não parecem com o “louco”. É a palavra confundindo “deficiente mental” e

---

<sup>20</sup> Neologismo é um fenômeno lingüístico que consiste na criação de uma palavra ou expressão nova, ou na atribuição de um novo sentido a uma palavra já existente.

“sofrimento mental”. Mas também aproximando essas entidades nosológicas de uma prática histórica de marcar o sujeito com sofrimento mental e com deficiência mental com o “não saber”, com a imputabilidade penal, a impossibilidade de gerir suas vidas. Para confirmar a lei é preciso nomear e diferenciar. Não por acaso o adjetivo “mental” foi substituído por “intelectual” no nosso discurso de especialistas. Desse modo, separamos o “louco” do “não louco” para identificar o deficiente intelectual, esse “não louco” que “não sabe”, que “não pode”. Portanto, o rótulo o identifica dentro de um espectro ainda excludente. É a diversidade povoando a exclusão com novos nomes que atendem a lei e produzem uma ordem aparente que permita administrar todas as diferenças devidamente catalogadas. Uma das razões para o uso do adjetivo “intelectual” é a garantia de uma melhor distinção entre deficiência mental e doença mental, termos que têm gerado confusão há vários séculos (SASSAKI, 2003a). Na contemporaneidade deve-se evitar confusão, desordem. Cada excluído deve estar no seu grupo, sem tumultuar nossa prática inclusiva.

Nesse contexto, o *Falante* e o *Motorista*, o *Descobridor* e o *Sonhador* emprestam, sem autorização prévia, suas condições de “deficientes intelectuais” para que as palavras inclusão e diversidade ganhem contornos contemporâneos. Verdade prevista no Decreto 3.298 ao aproximá-los de lugares em que historicamente foram excluídos (BRASIL, 1999). Manipulação em que a idéia de negativo, como aquilo a ser superado para garantir a inserção do diferente, que está presente na produção do normal/anormal é encoberta pela pretensa homogeneidade dos corpos denunciados nas suas supostas limitações. Não estamos mais diante dos uniformes demarcando lugares, agora, é a uniformização das vidas. Recusa e esquiva das diferenças. O contemporâneo se apresenta como uma grande empreiteira da obra de uma territorialização onde as fronteiras devem ser definidas através de marcadores econômicos e da capacidade de consumo. Nesse cenário é importante refletir as considerações de Veiga-Neto (2001, p. 107): “[...] o critério de entrada não é mais o corpo (em sua morfologia e comportamento); o critério de entrada pode ser também o grupo social ao qual esse corpo é visto como indissolúvelmente ligado”, no caso do grupo das pessoas com deficiência, sou/somos compelido(s) a pensar no binário. Primeiro, a lei dizendo do corpo e seu comportamento, em seguida, convocando para pertencer a outro grupo. Essa “normalidade” massiva que consome e segue normas. Assim, é possível negar a

diferença pela massificação e trazer para o discurso uma pretensa inclusão, não da vida em suas diferenças, mas de um modelo de vida previamente pensado. Esse movimento denuncia o controle das forças disciplinares atuantes sobre os corpos docilizados, através de conhecimento científicos específicos, permitindo o seu controle minucioso. Dessa maneira, a submissão é obtida através de modelos, aos quais devem se ajustar as distintas materialidades que têm a seu cargo. Todo um arsenal técnico, cada vez mais especializado, é gerado, e destina-se a corrigir os rebeldes que não se ajustam ao esperado, a igualar o que é diferente, como nos alerta Foucault (2004).

Todo esse arsenal “docilizante” invade nossas instituições tornando-as lugares para viver a produção de comportamentos institucionalizados. Antes de meus personagens entrarem no trabalho, há a escola, a oficina profissionalizante preparando esses corpos. Antes da escola, ou a partir da escola, há o Decreto 3.298 limitando ações para garantir a introdução desses deficientes em instituições prontas para oferecerem um modelo positivo de ação (BRASIL, 1999). É a palavra sendo esvaziada pela metade. Metade verdade em que esses personagens escapolem dos livros e outra metade, falseada, em que oferecemos normas como passaporte para um novo mundo pretensamente puro. Em Bauman (1998) a pureza é entendida como um ideal, uma condição que precisa ser criada ou protegida contra as disparidades genuínas ou imaginadas. O referido autor alerta para duas categorias de impuros: o que estaria fora do lugar e o impuro para o qual não haveria um lugar, restando sua eliminação. Logo, palavras como inclusão e diversidade indicam que o contemporâneo já não elimina o que ameaça sua pretensa ordem e pureza, mas os inclui, pois já não precisamos mais das naus dos insensatos, afinal, nosso aparato tecnológico e discursivo ganha formas em instituições que ajustam os desajustados, movimento no qual a sociedade é essencialmente positiva e engenhosa. O tratamento dado ao diferente/negativo ganha critérios políticos e a lei é aplicada diretamente nos corpos. Em outras palavras, se há lei para aplicar sobre os corpos, significa que temos como indicar seus lugares na grande engrenagem social.

Na grande vitrine da vida basta encontrar o lugar adequado. O *script* retorna para simplificar a inclusão em que um número certo de “deficientes” deve ser

incorporado ao grupo, tentativa de fagia das diferenças<sup>21</sup>. Macropolítica querendo produzir um ser unicelular, corpo social indivisível. A lei tentando uniformizar, igualar.

O corpo social pretensamente ordeiro/cordeiro pede, diante da impossibilidade do contemporâneo exterminar o impuro, que tudo seja tragado: exclusão/inclusão; diferença/semelhança; unidade/multiplicidade; todos os opostos produzidos devem ser incorporados e assim, a verdade e as manipulações pretendem apresentar um território unificado. Fatalismo? Não! As linhas que sustentam essa engrenagem não possuem o monopólio das vidas, e podem ser inundadas pela multiplicidade discursiva e com a gagueira que todos produzem em algum momento. Se por um lado usamos um discurso seguro e que impressiona pela precisão dos termos científicos aprendidos na academia, por outro, esse discurso sofre com a gagueira quando nos faltam palavras para explicar o não previsto. É retornar a garagem do terceiro capítulo e encontrar com o gerente e sua falta de resposta diante do deficiente querendo saber da “não promoção”. Todos gaguejam pela falta do que dizer. Essa gagueira também deixa espaço para que outros dizeres se aproximem e produzam a multiplicidade discursiva, não como clichê, mas como diferença fazendo a diferença ao nos convocar, gerentes e especialistas, para refazermos nossos discursos até então seguros.

Desse modo, as histórias dos personagens apresentadas nessa dissertação se inscrevem no devir, ou seja, naquilo que não é imitação e não obedece a um modelo previamente pensado, talvez sejam como a banana que ao exalar seu odor, rouba a ilusão do seu sabor. Nesse ponto as duas histórias se encontram com aquelas apresentadas no capítulo 3, ao ajudarem a produzir um novo “sabor” para a pesquisa ao romper com a centralidade da queixa das empresas em relação aos jovens como fornecedoras de respostas para o rompimento das normas, mas apontar os escapes que a vida comporta na medida em os aprisionamentos deixam brechas para que esses sujeitos vejam além do previsto. O encontro, ao produzir sentido, faz romper as linhas duras que podem contornar essas vidas e confirmar que o deficiente intelectual “é assim mesmo”. Ao contrário, as vozes ao circularem configuram novos contornos, um sabor diferente a uma velha e conhecida receita de pensar o deficiente. Talvez por isso o sabor de dirigir ônibus, ao invés de limpá-lo,

---

<sup>21</sup> Do grego *phageín*, comer.

não se compare com odor que desperta os sentidos de ver o painel. Para o *Motorista* é ver a vida mesmo, sentir que algo pode ser dirigido. O sabor de descascar batatas não se compara ao odor de tocar o que nos incomoda e assim transformar sabor em odor, como fez o *Falante*.

O sabor de mandar alguém para “aquele lugar” pode não se aproximar do odor que exala dos sentidos que percebem as diversas linhas de fuga que podem e estão sendo traçadas na mistura dos corpos, nas dobras do “entre”, como pretendo apresentar na história do *Descobridor*. Enfim, é como “bater” a banana no liquidificador e torná-la outra coisa, espuma que eleva e isso é o acontecimento de misturar a banana, fazer dobra, “[...] eles se elevam por um instante, e é este o momento que é importante, é a oportunidade que é preciso para agarrar” (DELEUZE, 1992, p. 232), roubar oportunidades de fazer uma vida diferente em meio a cenários que parecem definidos, fugindo de uma vida plagiada em que há pouco de novo a ser inventado. A idéia de acontecimento é trabalhada pelo referido autor como um convite a inventar, atualizando linhas de fuga, localizando-se “entre” as conexões estabelecidas e propiciando o emergir do inédito. O acontecimento compõe-se em agenciamentos que por sua vez produzem alianças e passagens entre as linhas duras de um território e o devir, entre estratos e fluxos. Mais uma vez é preciso rastrear esses espaços para dar passagem ao *Sonhador* e ao *Descobridor*...

#### **4.1 Silêncio! Isso é quase um centro de compras**

Belo Horizonte, abril de 2009, um supermercado “*plus*” que seleciona clientes que podem consumir de modo diferenciado, pagando mais caro, em contraponto com o consumo generalizado no qual não distinguimos mais se o *Nike* é pirata ou “legítimo”, afinal todos têm que consumir marcas, produtos que nos tornam especiais. E um hospital “*life*” no qual a vida se consome ou onde se tenta conter o consumo da vida que adocece. Novos cenários que solicitam a presença do deficiente visando cumprir a legislação e seu número de cotas de inclusão necessário para o porte dessas empresas (BRASIL, 1999). O supermercado “*plus*”

recebeu o jovem que chamarei de *Sonhador*, adjetivo expressando seus sonhos de empresariar a própria vida. Entre gôndolas repletas de produtos consumíveis, boa parte deles supérfluos, o *Sonhador* se aproxima do trabalho embalando mercadorias que serão consumidas. O hospital “*life*” recebeu o outro jovem, o *Descobridor*, adjetivo traduzindo seu encontro com a deficiência que pode ser produzida no cotidiano através do inesperado que faz com que algo nos escape. Diferente da garagem visitada no terceiro capítulo na qual foi possível entrevistar o supervisor e conhecer o espaço laborativo, nesses novos cenários a descrição é fruto de minha memória como usuário e anterior a essa pesquisa. No caso do supermercado foi solicitada por mim uma entrevista com o responsável em acompanhar o *Sonhador* para conhecer a impressão que a instituição tinha sobre o jovem, mas a empresa entendeu que não seria viável interromper o trabalho dos funcionários para o encontro. A própria entrevista foi feita no dia da folga do rapaz. Já o hospital, por não ser um parceiro da instituição na qual trabalho, os atravessamentos para entrar em contato com os responsáveis em acompanhar o *Descobridor* seriam maiores. Entretanto, já estive nesses dois espaços, não como entrevistador, mas como usuário/visitante, situação que me permite descreve-los e sentir a íntima relação deles com o contemporâneo e a centralidade dada ao corpo numa sociedade em que o espetáculo é uma relação social mediatizada pelas imagens (DEBORD, 1997). São as gôndolas e suas multimasas aderindo aos corpos para dizer quem somos e nos moldar de determinada maneira. Produção de uma disciplinarização com novas formas de inserção dos corpos na ordem social em que as marcas dão visibilidade ao poder associado a *grifes*. Pele *Louis Vuitton* em que o poder não precisa da masmorra real, mas enlaça a subjetividade que passa a querer ser/ter aquele estilo. O poder de vestir as multimasas é o poder de consumir. Os jovens deficientes também são atravessados por essa nova forma do poder contemporâneo, desejam consumir, moldar seus corpos com essas marcas. Esse espetáculo de consumo também é presente no outro locus de trabalho, o hospital, e nos corpos em que o poder se converte em tecnologia prolongando a vida, produzindo metamorfoses corpóreas para além do envelhecimento, horror do contemporâneo. Misturas em que essas vidas, do *Sonhador* e do *Descobridor*, estiveram mergulhadas por intermédio da legislação (BRASIL, 1999).

O supermercado/hospital ou o hospital/supermercado atendendo a máxima da sociedade do espetáculo:

O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência. (DEBORD, 1997, p.07).

É a aparência que faz dobra, estando no corpo e no fora do corpo, nas gôndolas, nos consultórios médicos ávidos por penetrar no dentro da estética espetacular. É a aparência monopolizando vidas insatisfeitas e ganhando forma nos hospitais “*life*”. Espaços para forjar sentir-se em casa, criar uma territorialidade que não nos pertence e traduzida pela insatisfação do que temos e o desejo do que nos falta consumir. Vendaval visual tragando o *Sonhador* e o *Descobridor*, o primeiro embalando os produtos consumidos cotidianamente e o outro limpando os corredores onde a vida circula.

O *Sonhador* trabalha em uma conhecida rede de supermercados da cidade de Belo Horizonte e que hierarquicamente se divide ao acrescentar o “*plus*” ao seu nome, ou seja, existem algumas lojas destinadas a um segmento específico de consumidores e o termo “*plus*” designa algo mais, sinal de adição *fashion*, matemática retornando como no caso da jovem e sua vida sem reserva. Aqui a vida consumível tem na reserva aritmética a condição para se ter acesso aos bens, sinalizando para efêmeros contornar territoriais em que cada pessoa vale pelo que consome. Cena do espetáculo de Debord (1997) no qual gôndolas anunciam uma relação social mediatizada por imagens *slogans* que ilusoriamente fecham territórios para o consumo. Afinal, passear pelos corredores dos “*plus*” “é gostoso e faz bem”, “pura energia que dá gosto”, consumir no “*plus*” é superar o desejo, pois “imagem não é nada. Sede é tudo. Obedeça sua sede”. Corredores que massificam e não suportam singularidades, tragando a individualidade e devolvendo contornos prontos e ilusórios, afinal, “alguma coisa a gente tem em comum”: “somos todos mamíferos”<sup>22</sup>.

As marcas e seus *slogans* convocam para formar um território pouco inventivo e massificado direcionado para o consumo, mas, essa mesma realidade opera em favor do *Sonhador*, pois uma das dificuldades colocadas pelas empresas para contratar deficientes intelectuais é, muitas vezes, a ausência de leitura e escrita.

<sup>22</sup> Apenas para refrescar a memória, os *slogans* entre aspas representam respectivamente propagandas veiculadas pela mídia, sobretudo televisiva, nos últimos tempos, das seguintes empresas: Kibon; Nestlé, Sprite, Free e Parmalat.

Contudo, as imagens e *slogans* também afetam a subjetividade dos deficientes, não apenas no desejo de consumir, mas na possibilidade de identificar e classificar os produtos consumidos. Em outras palavras, eles identificam através dos rótulos a utilidade dos produtos, e assim, conseguem empacotá-los por categorias. Por isso, a função é uma das mais utilizadas para incluir nossos alunos no trabalho.

Já o hospital “*life*” ocupa uma moderna construção em área nobre de Belo Horizonte. Para os desatentos, pode passar por um hotel onde manobristas estacionam carros, camareiras com suas vestes novelescas arrumam os quartos e sorrisos artificiais recebem na recepção a todos, até mesmo os doentes. Em nada, quase nada, essa imagem espetacular lembra um hospital, exceto pelos corpos doentes que conduzem alguns a esse lugar. Espaços a serem contemplados e menos vividos como pontos de encontro, modelos em que a territorialidade é convidada para assumir um estereótipo de felicidade própria para o consumo de uma realidade convertida em imagens que se confundem com a própria vida. A felicidade entendida como algo que vem de fora, um poder que atravessa os corpos e anunciam os medicamentos, essas pílulas de uma felicidade fabricada e não inventada singularmente no fazer cotidiano. O não reconhecimento do tempo passado, camuflado pelas plásticas, anunciando uma idéia forjada de felicidade. Lugar de negação do tempo e produção da ilusão de uma imortalidade que nasce da recusa de laço com a temporalidade em que tudo é presente, mas não menos efêmero. Cenário espetacular em que o hospital se disfarça em hotel. Afinal, lembrar do hospital é ter a certeza da mortalidade, da passagem do tempo, do envelhecer, da finitude. Lembrança das quais hoje em dia fugimos incessantemente.

Logo, para habitar esses espaços deve-se obedecer a *scripts* previamente traçados, contudo, as linhas que configuram os contornos das vidas nesses lugares podem ser corrompidas pelo desejo de ser diferente, mesmo quando o visível sinaliza para a repetição dos papéis já traçados. É o *Sonhador*, que entre gôndolas e imagens, discursa sobre ser empresário ou decorador. É o *Descobridor* tendo um encontro com a deficiência fora do próprio corpo, imagem do outro, produção do imprevisto. Tudo isso é desejo, imanência que ganha visibilidade no inusitado que contraria o *script* cuidadosamente desenhado e incapaz de entender as forças que circulam pelos corredores do hospital/comércio ou do comércio/hospital. *Script* que é como a celebração do território estabelecido, uma tentativa de recomeçá-lo e

reafirmá-lo em cada um dos corpos que penetram nestes espaços, tentando repetir o irrecomeçável (DELEUZE, 2006).

É o *Descobridor* tendo um encontro com a deficiência fora do próprio corpo, imagem do outro, produção do imprevisto. Tudo isso é desejo, imanência que ganha visibilidade no inusitado que contraria o *script* cuidadosamente desenhado e incapaz de entender as forças que circulam pelos corredores do hospital/comércio ou do comércio/hospital. *Script* que é como a celebração do território estabelecido, uma tentativa de recomeçá-lo e reafirmá-lo em cada um dos corpos que penetram nestes espaços, tentando repetir o irrecomeçável (DELEUZE, 2006). Para mim, o irrecomeçável é a experiência científica que fabrica uma ordem para os eventos a partir de um “rigor” produtor de um território fechado e que no caso dessa dissertação, seria um estudo sobre a deficiência intelectual. Assim, espera-se que busquemos em cada corpo rotulado pela deficiência o que o faz deficiente. Porém, o irrecomeçável é também a vida em movimento e que não retrocede para confirmar o rigor que produziu o dizer sobre ela, afinal:

Devemos perguntar, porém, em que condições a experimentação assegura uma repetição. Os fenômenos da natureza produzem-se ao ar livre, toda inferência sendo possível em vastos ciclos de semelhança: é neste sentido que tudo reage sobre tudo e que tudo se assemelha a tudo (semelhança do diverso consigo mesmo). Mas a experimentação constitui meios relativamente fechados, em que definimos um fenômeno em função de um pequeno número de fatores selecionados (DELEUZE, 2006, p. 13).

Assim, o hospital/comércio tenta manter o *script*, evitando que a diferença, essa emergência pensada negativa ao ser proposta pela ciência, na busca da homogeneização, ganhe forma nos seus corredores. O dócil dos corpos tendo que obedecer a regras claras: conversa-se, cumprimenta-se cordialmente, mas sempre evitando contato. É o grande corpo social unicelular onde todos devem se converter em figuras artificiais. No entanto, essas linhas duras que definem o comportamento de bons vendedores não existem sozinhas, as linhas flexíveis que anunciam o mundo dos territórios também estão presentes e convidam para que se busque um outro olhar sobre o mundo, chamado para desfrutar prazeres do mundo aquém/além de um consumo convertido em relação de poder através da visibilidade dos detalhes que procuramos acrescentar ao corpo através das multímarcas, sejam elas roupas ou diagnósticos de patologias.

O poder, não sendo uma entidade e sim uma relação, pode convocar para ser empresário, não o empresário que produz crises nas bolsas globalizadas. Mas o empresário da vida, gerente que decora sua existência com cores que aprendemos a entender como desconexas, matizes que diferentes daquelas aprendidas nas oficinas profissionalizantes da Escola Estadual “Pestalozzi” não seguem as combinações propostas. Mundano revelando a tragédia nossa de cada dia e que os livros não explicam, pois o saber científico é previamente avaliado nos laboratórios menores que o laboratório vivo, por isso, o *Descobridor* anuncia que o “rei está nu”, afinal a deficiência naturalizada não é produzida apenas nas práticas discursivas, ela, deficiência, pode surgir sem pedir licença (ANDERSEN, 2001)<sup>23</sup>. É o espetáculo de Debord (1997) ganhando tom de dramaticidade, territórios seguros sendo abalados pelo estranhamento de já não se reconhecer a casa que pensávamos habitar. Atores que não reconhecem os *scripts*, assim, é preciso entender que o espetáculo da vida é ao vivo, não é gravado, então é preciso inventar de improviso um papel para atuar...

#### **4.1.1 O gerente da vida e a vida do gerente**

Ele, aos 27 anos de idade é anotador de produtos com prazo de validade vencida e sonha em ser empresário ou decorador, insiste em comparecer em diversas empresas para apresentar seu projeto de “kartodromo” feito em uma cartolina quase branca. Em todas as entrevistas verbaliza não querer um trabalho e sim um sócio. Em 2006, o *Sonhador* diante das dificuldades financeiras e da dependência de terceiros aceitou o emprego de embalador em um supermercado de Belo Horizonte e se comprometeu a não revelar seus planos empresariais. É a palavra inclusão sendo preenchida com metade verdade e metade manipulação. O Decreto 3.298 expressa um suposto “desejo” de inclusão das diferenças, mas é preciso fantasiar a diferença com uma pretensa normalidade, processo de

---

<sup>23</sup> Neste conto, o rei anda nu pela cidade, após ser iludido de estar vestido com uma roupa feita com o mais belo tecido e que só é visto por pessoas inteligentes. A multidão, extasiada com a beleza da roupa, assiste a passagem do rei. No alto de uma árvore estava um menino a quem não haviam explicado as propriedades mágicas da roupa do rei. Ele olhou, não viu roupa nenhuma e não se conteve. Deu um grito que a multidão inteira ouviu: “O rei está pelado!”.

mascamamento da intolerância ao diferente (BRASIL, 1999). Desse modo a intolerância é “[...] encoberta e recalçada sob o véu da aceitação e da possível convivência” (VEIGA-NETO, 2001, p. 112). O *Sonhador* precisa omitir os critérios que permitem nomeá-lo como deficiente, não deve revelar que deseja algo além de nossa generosa oferta. O território trabalho ao não comportar uma maneira diferente de existir que pode colocar em risco os contornos já formatados, produz um paradoxo em que o deficiente presente sinaliza para o sujeito ausente. Para Duschatzky e Skliar (2001) é a ausência da diferença ao pensar a cultura; a delimitação e limitação de suas perturbações, ou seja, quando ele se parece com o que entendemos como normal, escondemos a cultura que produz a diferença como algo nocivo e ao mesmo tempo impedimos que sua história menor, cotidiana, possa emergir para problematizar nosso discurso inclusivo. Nesse sentido, confirmamos uma suposta homogeneidade social e uma cultura modernizada pela aceitação da diversidade. Nessa perspectiva o termo inclusão é o clichê tentando incluir o mesmo, o que está para ser incluído enquanto supostamente quase normal. Abandona-se assim a busca por sinais negativos que possam delimitar o território deficiência, pois os contornos estão delimitados nos saberes científicos e livrescos, nas práticas discursivas dos especialistas. Agora a deficiência, outrora delimitada, deve ser convertida em uma pretensa quase normalidade. O jovem e o trabalho, o homem contemporâneo e o empacotar.

Fica decretado no artigo 1º que “A política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1999). Se o *Sonhador* “porta” um sonho é preciso que passe a portar um discurso conhecido e que nos acalme. É a busca da norma, da normalização que Canguilhem (1990) já havia denunciado no fazer da modernidade científica. Refinamos a técnica de dominação através das orientações normativas que tentam apagar as diferenças. Para assegurar os direitos individuais e sociais da pessoa deficiente é necessário que elas deixem de sinalizar para aquilo que entendemos como marcadores da deficiência. Para entrar no “*plus*” é preciso vestir um território que se opõe ao “sentir-se em casa”, é o estrangeirismo atravessando fronteiras para convocar o *Sonhador* ao silêncio, ausência de palavras, criação de falseamento, um estereótipo fabricado. Convite para se ausentar, ser como tudo mundo.

Retorno à indagação que inicia esse capítulo: “por que viajamos?”. Que paisagens nos oferecem as normas? Num primeiro momento, como no caso do *Sonhador*, as normas oferecem uma territorialidade fechada que aparenta ser tranqüila na medida em que convida para repetir o conhecido, o bucólico da mesmice. Mas também viajamos impelidos pelas forças que conclamam pelo novo, pelo nômade. Fantasiado, o *Sonhador/viajante* parece “como todo mundo” e desse modo fazemos cumprir o decretado. Contudo, meses depois sou procurado por ele porque estava tendo um problema na conta bancária, já que na Copa 2006 na Alemanha ele resolveu investir em cornetas e bandeiras do Brasil para comercializar, fazendo um empréstimo. Antes que começasse as vendas, o Brasil foi eliminado e as cornetas e bandeiras perderam o sentido, produzindo um prejuízo financeiro a ser negociado com o banco. É a fantasia sendo rasgada pelo devir, o sonho retornando, se é que havia partido. O nômade buscando novas paisagens, ainda que bloqueado pelo mundo financeiro. Contudo, esse bloqueio pede uma saída. Por isso, em outro momento, veio saber se já era a hora de pedir para ser promovido como decorador de gôndola:

As pessoas pensam sempre em um futuro majoritário (quando eu for grande, quando tiver poder...). Quando o problema é o de um devir-minoritário: não fingir, não fazer como ou imitar a criança, o louco, a mulher, o animal, o gago ou o estrangeiro, mas tornar-se tudo isso, para inventar novas forças ou novas armas. (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 13).

Decorador de gôndola, empresário, futuro majoritário produzindo o embate entre o “quando eu for” e o devir minoritário. Ser como todo mundo, não se parecendo com todo mundo. Desse modo, quando tento torná-lo nativo (igual a todo mundo) é produzida a gagueira na própria linguagem e como todo mundo ele evita a sensação de estrangeiro. A fantasia, essa veste que ofereço, já começa a não caber no jovem. Esse é um dos atravessamentos na pesquisa que tinha estabelecido o propósito de discutir a temática a partir de queixas das empresas. São meus microfascismos retornando, procurando o lado de lá da fronteira com suas explicações possivelmente coerentes em face do anormal que transgride ou resiste. Porém, no encontro proporcionado pela entrevista para a pesquisa sou afetado pelas queixas do jovem em relação ao mundo formatado. Assim, busco reencontrá-lo para rastrear como o trabalho havia interferido na sua subjetividade. Duas

dimensões circulam nesse locus: a reserva de cotas para deficientes conduzindo ao trabalho e o ambiente laborativo ainda muito formatado e incapacitante. A lei, como lembra Deleuze (2006), determina a semelhança dos sujeitos a ela submetidos, condenando-os a mudar. Diante do cotidiano formatado e incapacitante, mudar é repetir, abrir mão do devir, ser como todo mundo, corpos homogeneizados e dóceis. É ser diferente sem ser diferente, ou nas palavras de Deleuze (2006) seria como: “[...] o relâmpago [...] distingue-se do céu negro, mas deve acompanhá-lo, como se ele se distinguisse daquilo que não se distingue” (p.36). Fantasiado de normalidade, o *Sonhador* penetra no território trabalho e a fantasia que não é sua, mas é cuidadosamente selecionada pelo lado de cá (pretensamente normais) opera como mecanismo para retirar do visível o supostamente bizarro e configurar o inteligível e familiar (VEIGA-NETO, 2001).

Como familiar, sem perturbar o ambiente, ele pode descrever suas funções laborativas, como nos fala na entrevista: “*Há pouco tempo eu tive capacidade de ir mais pra frente, fui trabalhando direitinho, respeitando as ordens, e estou trabalhando como conferente de mercadoria, eu confiro produtos que estão vencidos, furados, eu confiro e anoto num caderno*”. Começou trabalhando como empacotador e foi promovido a conferencista, ou seja, o território trabalho permite ao *Sonhador* se descolar de uma simples letra (D)eficiente e iniciar sua viagem: “[...] *tive capacidade de ir mais pra frente*”. Ir para frente é começar a ver paisagens nunca vistas! É sentir a sensação do vento trazendo odores conhecidos e odores novos que precisam ser nomeados pelo estrangeiro. Se por um lado, sua entrada nessa viagem se faz pela inclusão na fabricação de uma suposta normalidade, por outro, o não sentir-se em casa produz um constante e ir e vir, ruptura de fronteiras, retorno e criação. Desse modo, é respeitando ordens que ele descobre algo para além delas, há o sonho, o devir capaz de romper com um ambiente incapacitante e a percepção de que há outros espaços para sonhar e tentar transformar o sonho em parte da realidade.

O sonho é o relâmpago no céu negro da territorialidade pronta, ou seja, ora é o fluxo, força que se desprende da forma, ora é a repetição dos discursos prontos, fôrma. É quando sou igual que me prendo/desprendo do espaço forjado pelo clichê da inclusão. É preciso ser o negro do céu para estar como parte dele, mas exatamente ao estar nessa massa que se pode ser um devir de raio rasgando o céu negro, em um processo de coexistência. Em outras palavras, é no processo de

produção da homogeneidade que emerge imanentemente o seu estrangeirismo: “[...] *eu estou tendo um pouquinho de dificuldade em anotar os códigos e a moça que trabalha comigo está falando que tem dificuldade em anotar os meus números. Ontem deu um problema lá, ela não entende os códigos que eu anoto. Eu estou bastante preocupado, ela falou que eu faço os números de uma maneira bastante diferente, essa maneira diferente pode estar prejudicando o meu lado e o lado dela. Falou que eu estou escrevendo os números tudo errado*”. A diferença como algo negativo, como algo que desqualifica, retorna para colocar em risco, não apenas seu emprego, mas a estabilidade do mercado “*plus*”. Aqui a diferença é ausência da escrita começando a romper com a ausência daquele que a lei denomina de deficiente (BRASIL, 1999). O *Sonhador* não domina a escrita, um dos marcadores de sua deficiência. Assim, como omitimos seus sonhos, ele omite ao “*plus*” essa ausência alfabética. Para o escrevinhador muitas vezes escapa a dimensão dessa ausência para aqueles que convivem com ela, nos falta memória do período em que fomos não escritores, e assim, naturalizamos a condição de escritor. Segundo Cagliari (1990) a escrita é uma das manifestações mais antigas da humanidade e sua primeira função foi a de controlar quantidades de fenômenos da natureza e confirmar se o rebanho continuava com o mesmo número. Dessa maneira foi sendo produzida uma hierarquização entre os escritores e os não escritores. Se a escrita serve para mediar escritor e leitor, aqui temos um furo produzido pela falta do escritor gerando um estranhamento naquela que não se pode fazer leitora, pois não entende os registros do *Sonhador*. Mais uma vez constato que o Decreto 3.298 não consegue prever os efeitos no trabalho do deficiente, nesse caso, do não escritor (BRASIL, 1999). Todavia, é possível sentir a desnaturalização do deficiente, ou seja, enquanto não precisou da escrita o sonhador transitou no lado de cá, no primeiro termo do binarismo normal/anormal. Nesse ponto é importante lembrar que a genealogia proposta pelo filósofo Michel Foucault propõe a desnaturalização em cima do que é aceito como verdade, como norma. Em contrapartida, a naturalização emerge como construção e sustentação de verdades imutáveis embasadas no saber, que totalizam e homogeneízam, camuflam as relações de poder, da produção histórica e social (FOUCAULT, 2004).

O não escritor, quase pré-sentindo as linhas duras que estão a espreita para mandá-lo de volta para o lado de lá do binarismo normal/anormal, faz uma bela descrição do seu labor: “*Meu lugar de trabalho é impróprio, de produtos vencidos,*

*eu sou responsável por cada setor ali do impróprio, eu tenho que manter o impróprio limpo. Sempre manter meu lugar limpo, lavado.*”. No plano visível da vida, o impróprio é uma referência a produtos que não poderão ser consumidos pelos clientes “*plus*”. Mas no plano invisível no qual circula a vida, é um convite a reflexão sobre os espaços que foram sendo configurados nessa sociedade do espetáculo em que somos divididos em normais e anormais, em que o impróprio é o visível, aquele que não está na moda. O impróprio pode ser entendido como o não atender a uma relação social mediatizada por imagens (DEBORD, 1997). Imagem do escritor que falta, que não atende o esperado, ameaçando o espetáculo do ávido leitor de códigos de barra.

O impróprio é também confirmar um espetáculo enquanto aparência. Mundo de representações binárias em que o “próprio” precisa do “impróprio” para se estabelecer. Não foi isso que fiz ao convidar o *Sonhador* a se fantasiar de não-sonhador? Assim, ao anunciar o impróprio meu personagem denuncia “[...] a crítica que atinge a verdade do espetáculo descobre-o como negação visível da vida; uma negação da que se tornou visível” (DEBORD, 1997, p. 11). O não escritor, talvez por isso mesmo, pode retomar ao anterior da escrita: “[...] *eu vou contar uma história aqui, eu estava rodando o supermercado e uma senhora estava querendo comprar um filtro e estava tendo dificuldade com medo de comprar o filtro e chegar a São Paulo não caber no local do escritório da filha dela. Eu passei perto e perguntei posso ajudar? Ela pediu uma trena, a gente mediu lá como é que ia caber no local. Ai ela chamou o gerente e falou que esse aqui é nota dez, esse aqui passou me identificou, deu bom dia, e foi quando eu entrei em contato com o público*”. O anterior à escrita é a fala, não aquela ensaiada para atender no “*plus/life*”, mas a fala que aproxima territórios existenciais para consumir encontro e não mercadorias. Por isso, quando escutei seu relato a primeira impressão foi a de estar diante do banal da vida, era só um bom dia. Mas ali, naquele relato o que me parece banal é a superficialidade da vida, o gesto de se dirigir ao outro, coisa cotidiana, impossível não se dirigir ao outro. Para o *Sonhador* é a mistura, o encontro com uma nova paisagem, com o vibrátil dos corpos. Trabalho produzindo encontros que podem romper com o “não ter o que dizer” que encapsulou a deficiência intelectual. É como uma cápsula (linhas duras) se convertendo em casulo (linhas flexíveis). Linhas duras e flexíveis justapostas, respectivamente se movendo e fazendo emergir outra coisa que precisa ser nomeada (*Sonhador*). Mas, como na natureza, o casulo não se

rompe sem que forças atuem sobre ele, essa dobra em que as forças do “dentro” e do “fora” se embatem. Para converter essa cápsula que aprisiona é preciso vencer, não apenas os microfascismos do outro, mas aquele introjetados em nós mesmos, como assinala o *Sonhador*: “[...] *Graças a Deus eu tô satisfeito, só que tem a única dificuldade que atrapalha é o estudo, dificuldade muito grande. Só que o espaço que me deu... eu dou muito valor, só que é o estudo mesmo*”. É o estudo, isso tudo, que atua como força tentando impedir que algo vaze do território deficiência intelectual, é um impedimento visível na realidade, não apenas dos deficientes, mas de todos aqueles que não dominam a escrita, que não passaram pela escola “para ser gente”, muitas vezes escuto esse discurso de pais insistindo que a instituição escola vai transformar o filho em “gente”. Por isso, o não escritor retorna como um grupo social marcado por linhas duras em que a diferença entendida como algo negativo aprisiona, e assim, é preciso tentar superar essa diferença. No cotidiano da Escola Estadual “Pestalozzi” esse embate ganha visibilidade na insistência dos jovens e de algumas famílias que “cobram” cadernos, exercícios, uma permanente e crônica tentativa de alfabetização. Muitas vezes sou procurado por esses jovens que querem mudar de sala, pois a professora não está alfabetizando, nesses momentos sou convocado a refletir com eles sobre a amplitude que a vida pode tomar para além da escola, sobre as estratégias que eles produziram e produzem para transitar nesse mundo formatado. Mas paradoxalmente, durante anos tenta-se alfabetizar esses sujeitos e gera-se um discurso não verbalizado no qual ler e escrever é a coisa mais importante da vida. Por isso, é preciso insistir no encontro com essa coisa. Dominar a escrita para o não escritor parece representar o passaporte de uma viagem fora da exclusão. Nessa captura, a escrita vai se revestindo de um tom fantástico e inacessível.

O *Sonhador* é o não escritor, portanto, sente a ameaça que sua situação pode produzir nessa viagem pelo território trabalho: “[...] *no momento ainda eles não tem um pouquinho de conhecimento não*”. O mercado “plus” desconhece o não escritor, mas o não escritor suspeita do movimento da maioria: “[...] *bem dizer eu fui especial daqui para lá, só que às vezes eles vê a capacidade da gente, mas por outro lado não vê a dificuldade do estudo, dificuldade de desenvolver igual uma pessoa que ta ali, as vezes a pessoa desenvolve mais do que você e eles acaba colocando a pessoa no lugar da gente. é o problema da menina lá, ela não entendeu a minha dificuldade, não podia sentar comigo e conversar, perguntar o que foi o que eu*

*posso ajudar você que tá tendo dificuldade, não falou nada. Só que ela pediu para fazer de uma forma que não podia fazer e isso acaba me prejudicando*". Ah! Os homens e seus decretos normalizando, tentando (re) produzir o comum das vidas. Veiga-Neto (2001) alerta para o fato de a inclusão poder ser convertida no primeiro passo numa operação de normalização na qual nos aproximamos do outro para identificar uma diferença negativa, produtora de estranhamento capaz de denunciá-lo como o estranho. Assim, a melhor parte é daquele que domina o clichê inclusão, pois é dado a ele o "poder" de incluir. Por isso, não se vê a "[...] *dificuldade de desenvolver igual a uma pessoa que ta ali*". Antes do não escritor havia o empacotador e seu ato de repetição que sinaliza para o poder que está na origem de empacotar, ou seja, um deficiente intelectual que não sabe, portanto, tem que repetir o determinado para não ameaçar a tranqüilidade dos corredores do "plus". Agora, é o conferencista do impróprio denunciando que o Decreto 3.298 massificou, roubou sua condição diferente, impôs uma visão heterogênea que impede a diferença emergir como algo capaz de fazer diferença na medida em que produz a multiplicidade de existências (BRASIL, 1999).

Mascarada a realidade, podemos entender que o melhor, o que tem valor, está do lado da normalidade, então haja normalmente: "[...] *no primeiro dia do meu emprego eu fui bater o cartão e tinha um encarregado de linha de frente, quando eu bati o cartão, não esqueço isso nunca mais na minha vida, ele chegou, viu o cartão e falou assim: a próxima vez que você bater o cartão errado eu vou mandar você embora para sua casa. Eu olhei e pensei, no primeiro dia de trabalho acontecer uma situação dessa não me conheceu direito, nem me conheceu, deu bom dia, eu fiquei magoado por dentro, não sabia como que eu ia bater o cartão, não tinha nenhuma pessoa para orientar.*" Essa situação é muito freqüente na inclusão do deficiente no mercado de trabalho, como pontuam Moreira, Araújo e Romagnoli (2006) ao mostrar que muitas das vezes a contratação do deficiente se dá somente para cumprir a cota, e muitas das vezes esse trabalhador não recebe nenhum treinamento ou capacitação. Nesse sentido, prevalece a norma e não a abertura para a alteridade. São as linhas duras alertando para o cumprimento das normas, nesse momento o território forjado para introduzir o jovem no trabalho é questionado por ele ao entender que há um falseamento, afinal, "[...] *nem me conheceu*".

A rudeza presente na aproximação do *Sonhador* com o trabalho pode operar como resistência, exigindo que ele deixe sua cápsula para iniciar o processo de

construção do casulo enquanto promessa de que algo vai surgir, lugar capaz de fazer vaziar os contornos territoriais: *“Graças a Deus ele foi embora, porque aconteceu com ele de novo, eu tenho o costume de limpar as coisas sem as pessoas pedir, eu comecei a limpar doze prateleiras e tinha um monte de funcionário sem fazer nada, ele chegou perto de mim e falou “você está até agora limpando isso aí?” Eu falei com ele em vez de você olhar quem está errado você olha quem está certo! Se eu estou demorando muito pede para os funcionários que estão sem fazer nada me ajudar. Sabe? Tem certas pessoas que parece querer o mal né? Tem um encarregado lá que tenho um trauma de medo de eu fazer alguma coisa mal, errada, e ele ferrar eu. Tudo que eu faço parece que está errado, ele grita comigo, fala alto que estou errado, só que eu levanto a cabeça e falo que não é desse jeito que você está falando, agora se eu tiver errado eu abaixo a cabeça. Existe a sala para conversar e ele fica gritando no meio de todo mundo, tem uns colegas que ficam rindo, debochando quando ele faz isso, mas tem outros que fala para não ligar, eu tento fazer tudo certo”.*

Nessas circunstâncias de enfrentamento, o trabalho abre-se em campo de embate do devir minoritário, passaporte para romper com o “não consumidor”, uma das armadilhas contemporâneas para excluir: *“[...] mudou muito a minha vida, meu bom humor, eu comecei a acreditar que o futuro estava começando ao meu caminho, tanto mudou a minha vida na profissional quanto pessoal, reformei minha casa, tenho minhas coisas, tenho um passeio mais elegante, que dá para eu desenvolver melhor, sorrir, alegre, hoje tenho um bom humor com todo mundo, todo mundo tem respeito, aonde eu vou tem espaço, as pessoas vê a minha capacidade, eu desenvolvi, mesmo que a gente tenha dificuldade de um lado, a gente desenvolve do outro lado”.* O *Sonhador* anuncia com alegria que o encontro com universos dinâmicos afeta sua subjetividade, essas sensações mobilizando o desejo “elegante”. Rolnik (1999) lembra que a cada novo universo incorporado experimentamos novas sensações e um novo mapa de relações se estabelece, alertando a autora que isso não significa necessariamente que a figura através da qual a subjetividade se reconhece também tenha mudado. Assim, o *Sonhador* reconhece também a ruptura produzida ao entrar no consumo, apesar de toda a captura dos fluxos da vida no capital que isso possibilita. O passeio elegante, o respeito, esses componentes para fazer parte do espetáculo contemporâneo.

Cápsula se convertendo em casulo, mas para romper os contornos dessa nova forma é preciso superar os microfascismos que insistem em nos povoar: “[...] *eu ainda tenho que buscar mais a dificuldade que estou tendo, para abrir mais espaço, eu tenho que está estudando, trabalhando muito para está buscando essa área de empresário, arrumar um espaço disponível para não atrapalhar no meu serviço*”. Sim, é preciso empreender uma fuga que não o distancie da realidade organizada, sem, contudo romper com o sonho quase possível “[...] *ser decorador de gôndola, no momento eu não procurei, eu pensei assim, a gente tem um ansioso pras coisas, vontade de ser aquilo, não é por ai, a gente tem que voltar tudo para trás e começar direitinho, do começo até o fim, correr atrás das oportunidades, eu cheguei lá sem mais nem menos, eu não estava preparado, eu estava tendo muita dificuldade para apresentar meu projeto, você tem que conhecer o que o cliente está querendo ter, o cliente vai saber se você tem capacidade para aquilo*”.

Como o turista que chega a sua viagem, é preciso registrar as paisagens conhecidas, misturar o formal e o sensível dos lugares. Conhecer o limiar de suportabilidade que convoca para mudar diante do desconhecido. Descobrir que não existe apenas um lugar para viver uma vida possível e desse modo sentir o vazamento como uma outra coisa, uma outra consistência existencial, uma nova realidade sensível (ROLNIK, 1999). O sensível convidando o *Sonhador* para se incluir, deixar ter visibilidade e resistir ao discurso apresentado como passaporte para a normalidade, ou seja, estudar, grafar as letras, as palavras. Acredito que através do trabalho feito “direitinho” o jovem percebe um outro falseamento como uma chave do encarceramento no qual ele deve ser o guardião ao repetir para si mesmo a falta do escritor. O trabalho permite que linhas flexíveis coloquem em xeque o encarceramento: “*Na minha profissão eu preciso manter o lugar limpo, ajudar o colega, eu sempre procuro alguma coisa para desenvolver. Então não é só estudo, tem coisa que dá para gente desenvolver sem o estudo*”. Estudar e sonhar deixam de ser mistura e uma nova territorialidade se abre, mas como não abandonamos o território totalmente, tampouco nossas linhas duras, levamos parte do que nos contorna para produzir um território mesclado, onde formas e forças se misturam: “*Eu tenho um sonho, um talento para desenvolver, eu tenho uma profissão, igual lá eu queria a profissão de decorador não podia ter porque não tenho meu segundo grau, e eu imagino várias coisas de mudança. Decorador eu sou, só que está faltando organização na minha vida, preciso estudar mais*”.

Despido da fantasia do quase normal, daquele que não sonha, é possível ao *Sonhador* vislumbrar a “*maioria por cento*” esses sem rostos, essa estatística que zomba: “[...] *eu me sinto envergonhado, eles ficam rindo da cara da gente, então a gente tem um pouco de vergonha de falar, porque é perigoso a pessoa estar rindo e debochando*”. É sempre perigoso para os territórios formatados o encontro com o que pode desestabilizá-los, colocando em movimento as fronteiras outrora pensadas como fixas e que permitem dizer “[...] quem somos nós e quem são os outros” (VEIGA-NETO, 2001, p. 111). Nesse contexto, a vergonha é o refinamento da exclusão, o banimento deve ser dirigido e infringido pelo excluído, assim, nossas almas contemporâneas se aquietam por não ter que adotar a ação da exclusão, basta o riso como sinal para que não se atravesse a fronteira normal/anormal. Meus personagens temem o riso, o escárnio do outro, temem que suas vidas tomem o tom de comicidade. Então não custa entender o que pode abrigar de perigoso a comicidade, quando usada como sarcasmo. Para Bergson (2007) essa comicidade sarcástica delata nossas exigências para conosco e às vezes tornam nossas vidas inviáveis. Mas também provoca a reflexão sobre as formas como nos relacionamos, sentimos, pensamos e vivemos. Ainda, a comicidade sarcástica, expressa nossa insatisfação, nossas angústias, nosso sofrimento. O que é visto com sarcasmo cômico no supermercado “*plus*”? Os relacionamentos artificiais, a angústia como anti-produção da vida diante do não consumível. Mas é também nossa dificuldade em produzir bons encontros com aqueles com os quais não sabemos dialogar, afinal, essas figuras pertencem ao campo dos especialistas. Então não é a alegria descrita em Noronha (2005) quando se reporta ao Gilles Deleuze, posto que para o referido pensador a alegria é um conceito de resistência e de vida, consistindo na conquista de uma potência enquanto algo capaz de afirmar a vida. Mas a alegria também esteve presente no movimento de reconstrução da existência de um *Sonhador* que, pelo trabalho, se torna protagonista de sua própria existência. Se o encontro do deficiente com o trabalho produz em alguns o cômico sarcástico, esse mesmo encontro permite a ele falar de duas diferenças, aquela resultante dos múltiplos arranjos históricos e a diferença que emerge da diversidade, e desse modo desenhar um caminho para encontrar a alegria de descobrir novos odores e saberes em sua existência: “[...] *sou! Um pouquinho diferente, eles acham que eu sou o melhor para fazer tudo, por outro lado, não conversam comigo, não explicam, já mandam fazer as coisas e eu acho uma diferença, eles são melhor que a gente.*”

*Tem um desrespeito com a gente, não entendem o problema que a gente tem*". O cômico usado de forma pejorativa é ser diferente, como se todos fossem o unicelular, uma mesma coisa, uma sala de espelhos refletindo infinitamente a mesma imagem. Mas o cômico é também a quebra do espelho, a emergência do chamado para "promover a crítica radical e a insurreição constante" (VEIGA-NETO, 2001, p.111). A alegria de descobrir que somos um efeito estável provisório, que é rompido no movimento de composição de forças – corporais, fazendo emergir a singularidade. Então, a alegria pode ser uma das armas para promover a crítica radical e a insurreição cotidiana, mas não a única.

A insurreição constante deve ser vivida no cotidiano, no enfrentamento dos microfascismos que todos nos produzimos e que o *Sonhador* identifica nas fronteiras dos territórios vizinhos e que acabam atravessando seu próprio espaço existencial: "[...] *a gente tem um pouquinho de preconceito na família, alguns acham que você uma pessoa assim normal outras acham que não é normal, agente sente a dificuldade da fala, do conhecimento nos lugares que a gente vai. Na imagem as pessoas não vêem o problema, mas por dentro, no fundo a gente tem o problema e não tem um acompanhamento de ajuda, o que você tem? O que você quer desenvolver? Se hoje eu não tivesse uma deficiência eu estava tendo o que eu queria para minha vida. Eu ser um empresário, ter meu carro, minha empresa. No meu outro emprego as pessoas pareciam mais preocupadas com as coisas do que com os empregados*".

O trabalho produz no território existencial do *Sonhador* uma reflexão de sua condição enquanto não escritor, permite acesso ao consumo, ao mesmo tempo que ao passeio elegante, ao respeito. Mas também dá visibilidade ao poder de normalização que tenta capturar os deficientes para forjar uma pretensa normalidade. Entretanto, o que pode nos ensinar esse jovem? Que o devir escapa ao controle dos modos de produção e consumo capitalista, pois: "o sonho das pessoas é sempre um sonho devorador, que ameaça nos engolir. Que os outros sonhem é algo perigoso. O sonho é uma terrível vontade de potência". (DELEUZE, 1999, p.08). Potência rasgando a fantasia que tenta esconder a diferença, é vida pulsando e procurando saídas possíveis: "*Esquecer os problemas que está para trás para poder colocar meus projetos em prática. Eu não vou desistir desse sonho, vou até o fim, eu acredito que vai dar certo e vai. Eu tive uma oportunidade*". Desse modo, as linhas que formam o território trabalho atravessam a existência do

*Sonhador*. Primeiro, dizendo para empacotar em silêncio, com cuidado para escapar do cômico que seu jeito provoca ao ameaçar a organização e ordenamento que constituem os corredores do “*plus*”. Mas esse mesmo silêncio faz nascer a vontade de falar, questionar o lugar imposto, duvidar da normalidade dos eficientes. É no trabalho que ele questiona outro silêncio, não o dele, mas do contemporâneo, esse “*tantos por cento*”, que não pergunta “*o que tenho?*”, afinal o que ele tem foi sendo forjado e guardado nos livros, repetido nos discursos produzidos desde então... Assim, o trabalho se revela como um campo aberto para produzir revoltas diárias, questionamentos permanentes, mas fundamentalmente esse território fornece ao *Sonhador* o encontro com linhas flexíveis sinalizando para sua capacidade de inserção como gerente, não do “*plus*”, mas da vida mesmo. Em suma, o trabalho é uma oportunidade para construir novas fronteiras, em outros territórios.

#### **4.1.2 A vida produzida e a produção da vida**

O *Descobridor*, um jovem de 22 anos, foi contratado para trabalhar como auxiliar de serviços gerais em um hospital de Belo Horizonte. Após um ano e sete meses, estava ele limpando a sala de descanso quando um funcionário entrou e aumentou o volume da televisão, saindo em seguida. A encarregada entrou e chamou sua atenção. A recusa em assumir a autoria do ato acabou numa discussão em que as palavras valem pela autoria, assim, mandou a encarregada “[...] *tomar naquele lugar*”. O jovem, durante nossa entrevista, recusa nomear o tal lugar, limita-se a dizer: “[...] *mandei ela tomar naquele lugar, você sabe né?*”. Que mitos e fantasias foram produzidas em torno desse lugar que o torna impróprio? Seria o lugar em torno do qual poderia haver uma revolução, na medida em que ao ser anunciado rompe com o previsto, com os códigos de conduta? Não pretendo responder essas questões, entretanto, não posso deixar de nomear o tal lugar. Afinal o mundo é formatado e o lugar também traduz quem é você. Posso ao indicar o lugar ser insubordinado, poeta, educado, deselegante, dependendo das conexões estabelecidas. O poeta devia saber disto quando fez o que meu personagem não fez, nomear o tal lugar, e assim há o poeta e o não poeta:

“Junto a latrina, o caixote de panos de limpar cu de menino. Sá Maria é quem limpa o cu e lava o pano. Cresce o menino. Assume a responsabilidade de limpar o próprio cu com pedaços de jornal. Sá Maria é chamada a outros deveres” (ANDRADE, 1979, p. 87)

E agora? O silêncio do hospital “*life*” é quebrado pela sugestão/desacato do *Descobridor*. O invisível emerge através do próprio ato de torná-lo opaco, ou seja, o dizer rompe com o que havia sido previamente ensaiado para que a diferença do jovem fosse travestida de uma normalidade aparente, esse “ser como todos”. A inclusão clichê sendo confrontada com a alteridade que escapa da fronteira normal/anormal em que o deficiente não tem o que dizer. E ao dizer, não apenas revela sua voz, mas denuncia as ambigüidades e os paradoxos de nossas políticas de inclusão. O opaco, ao sair da penumbra produzida por nossos discursos, revela o rosto desse sujeito, sua voz e seus olhos como espelhos refletindo o nosso olhar sobre eles. Esse estranhamento diante da diferença, e que faz abalar a sensação de sentirmos em casa, isso porque como lembram Larrosa e Skliar (2001), citando Núria Pérez:

Estamos invadidos de saberes e discursos que patologizam, culpabilizam e capturam o outro [...] só nos resultaria possível perceber, escutar e adivinhar o outro, abrindo nossos sentidos e fazendo pensar o nosso próprio coração, sobre a perturbação que em nós produz sua possível presença. Isto é, refletindo sobre o fato de que se olhamos para fora, onde o outro não está porque está em mim, nunca o conheceremos...” (LARROSA e SKLIAR, 2001, p.15).

Ver esse rosto é pensar numa história marcada por porta-vozes e que precisa de um decreto para estar presente no hospital “*life*”, para ser respeitado necessita que palavras registrem no papel o que não é constante no cotidiano:

III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos (BRASIL, 1999, art. 5º, III).

Igualdade, essa palavra cara a modernidade no seu processo de massificação, de recusa das diferenças. Assim como a palavra inclusão, a igualdade pode omitir o espaço do diferente. Mas não se advinha o presente, vive-se o presente, mesmo com as marcas do passado. Desse modo, a presença do *Descobridor* revela a perturbação de ver confrontado os saberes e discursos da

patologia. Logo, a culpa precisa de um endereço para fixar residência, um local que não abale o cotidiano. Por isso, a pergunta feita já traz acoplada a resposta e sua certeza. Se o silêncio do “*life*” foi quebrado o responsável é aquele que possui certos atributos seletivamente definidos pela maioria como negativos, ruins (GOLDWASSER, 1974). Desse modo, não há o que escutar. Perguntas e afirmações se misturam para dizer do ato que não pertence ao *Descobridor*. Fica decretado que ele cometeu o ato, afinal, é o portador de um “não saber”.

O “tomar naquele lugar” ecoa não apenas no “*life*”, mas também convoca meus microfascismos para tentar, no processo de produção da cartografia, capturar essa “transgressão ou resistência”. Ao encontrá-lo para a entrevista procuro entender seu ato como uma centralidade capaz de fornecer uma resposta para então aprisioná-los, ele e seu ato, num conceito capaz de impedir minha gagueira diante dessa falta de resposta. Ao tentar ser outra coisa, pesquisador, sou impelido a ir atrás do irrecomeçável da ciência tradicional que limita a vida. Entretanto, a cada pergunta formatada que lhe dirijo, vem uma advertência: “[...] *eu vi uma coisa lá no hospital*”. Como a funcionária que não escuta, eu também não! E assim a entrevista transcorre de forma telegráfica. Como não o escuto, ele restringe o dizer. Nesse momento, meu território é atravessado por linhas duras que conclamam o controle da pesquisa, evitamento da energia daquilo que pode escapar do projeto pensado, linhas sendo alimentadas pela formação acadêmica que captura essas vidas de modo a produzir fronteiras pretensamente impenetráveis. Mas o encontro também toca linhas flexíveis que convidam o outro a dizer a que veio. Ao perguntar se gostaria de acrescentar algo, a coisa vista chega e muda a perspectiva do encontro ampliando o nosso limiar de suportabilidade (ROLNIK, 1989). Em outras palavras, é experimentar no encontro o desencantamento de ver ruir as máscaras que nos constituem, é descentrar o ato de mandar “tomar naquele lugar”, é suportar a desilusão de sentir que meus microfascismos operam para tentar não dar voz aquele que propus, nessa dissertação, dar voz. Mas também o desencantamento permitindo que os afetos que surgem no encontro se dirijam para produzir novos sentidos. Em suma, sentir o quanto, eu e o jovem, suportamos de desterritorialização, o quanto temos coragem ou não.

A desterritorialização que o *Descobridor* suporta é diferente do espetáculo descrito em Debord (1997), pois as imagens vistas pelo jovem no hospital “*life*” não indicam a superficialidade da vida, mas sua fragilidade capaz de colocar em xeque

as certezas que foram contornando seu corpo enquanto “deficiente”. É voz ganhando espaço para anunciar que “[...] *tinha gente perdendo perna, braço*”. Máscaras caindo nos corredores do “*life*” e desmanchado linhas duras que o fizeram acreditar ser alguém que “porta” uma identidade deficiente, abalo liberando afeto para dar novo sentido para sua vida. “*Eu vi uma coisa*” que ainda não tem nome, é uma perda para outro. O que os olhos anunciam é uma desnaturalização da deficiência, pois nem sempre foi assim. Território do outro tendo suas fronteiras fraturadas e assim abalando outros territórios, como um grande rizoma, uma cadeia de conexões neuronais distribuindo tensões que desembocam num espaço a ser criado. A vida convocando aquele que perdeu a perna para inventar uma existência sem perna e os outros que assistem esse êxodo do “sentir-se em casa” também convocados a abandonar o lugar reservado para eles: “[...] *ficava com aquilo na cabeça. Eu sou deficiente e eles vão ser também. Se nascesse era diferente, a pessoa normal fica deficiente. Fica difícil né? Você não sabe a hora quando pode ficar. Eu não, todo mundo já falou que eu sou deficiente, então não tem importância*”.

A deficiência diferente do que “[...] *tudo mundo já falou*” não é o natural que demarca o deficiente/não deficiente como entidades distintas e inconciliáveis. Durante sua existência o *Descobridor* acreditou que ser deficiente é uma marca exclusiva dele e de seu grupo homogeneizado no termo “deficiência”. Mas no hospital “*life*” encontra com o tênue das fronteiras que contornam nossas existências. Isso fica na cabeça, afinal o outro também vai ser deficiente. Mundo laborativo que não segura o silêncio do *Descobridor*, mas faz gerar nele novas palavras que não saem da cabeça, inquietação e impulso de querer usá-las, essa coisa vista, por ser coisa, pode ser recheada com uma palavra, qualquer palavra. Discurso ganhando a visibilidade como arma pela qual e com a qual se luta. Imagem do poder que se deseja assenhorear (FOUCAULT, 1971). Desejo que parece ser o de romper com uma individualidade padronizada que produz o empobrecimento das relações sociais, poder força chamando para se aproximar de outros territórios e conhecê-los, não sem antes, fazer um encontro de si para consigo, esvaziar o que todo mundo já falou, deixar perder as máscaras e os ditos que as configuram. Percebo que esse é o movimento da desterritorialização sinalizadora do assenhorear-se da própria vida.

Vida produzindo a possibilidade de romper com o binário na medida em que nenhum dos lados pode se colocar no centro da sua interioridade para projetar no

exterior a ansiedade em relação ao outro, pois se ele refletia aquilo que é familiar, ou seja, nossas limitações, agora, o ex-normal está diante de uma ruptura visível (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001). Deixar a centralidade que permite construir o normal exige construir um novo território, não sem antes, superar o membro fantasma que povoa essa nova realidade. É o normal e o anormal se encontrando diante da impossibilidade como marca de uma exclusão que não pertence mais a um território em especial, estando agora além de suas fronteiras, dando mobilidade para o que até então havia sido pensado como imutável. Nessa nova dimensão o negativo emerge para deslocar a aparente normalidade (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001). Em outras palavras, o negativo enquanto algo que falta e se desloca para o entre, se descola do *Descobridor* e fica a espera do outro que dorme...

Rompidas as fronteiras, produzido o encontro desses territórios o emergente é o reconhecimento do “novo deficiente” através daquilo que nos igual, o sentir: “[...] *fico curioso, que tinha gente cortando perna, tipo, pessoas sofrendo, pessoa dormia e ia acordar e não sentir a perna. Senti o que eles senti, tristeza*”. É como o artista com sua sensibilidade que suporta a instabilidade do que toca em sua pele narrado em Rolnik (1997). Segundo a autora, os artistas tendem a suportar a vertigem da desestabilização provocada pela relação de forças vitais inusitadas, estranhas. O *Descobridor* suporta romper com as imagens espetaculares do contemporâneo e mergulha no inusitado que parece sinalizar para algo fora do lugar, desassossego que desterritorializa e pede um novo território existencial capaz de abrigar essa sensação que o outro senti. Se o artista grafa na sua arte suas sensações, o *Descobridor* grafa na sua história uma aproximação com o outro, assim, sente o que o outro sente.

O *Descobridor* tem sua pele tocada pelo dentro/fora, esse movimento indissociável e inconciliável. O normal/deficiente e deficiente/normal. É a dobra emergindo da confluência da subjetividade e da cultura. Um corpo que adormece com um contorno e amanhece com uma nova configuração. Como meu intercessor, o *Descobridor* tenta explicar que um corpo não se define pela forma, pelos órgãos e funções que possui. Um corpo se define pelos seus elementos materiais que estão em movimento e repouso, velocidade e lentidão, pelos afetos intensivos de que é capaz a partir da potência e dos afetamentos e movimentos que o envolvem.

O trabalho possibilita nesse momento traduzir pela linguagem o estrangeirismo que é produzido ao se falar dessa entidade “deficiência”. Aquilo que

deu invisibilidade, a diferença pensada como negativa retorna como não pertencendo a um grupo, mas ameaçando a maioria que aprendeu a falar do deficiente. Desse modo, o invisível é a realidade que não queremos ver. Aquilo que entrevemos através de normas e discursos. Para as pessoas que dormem com perna e acordam sem elas, fica decretada a incapacidade:

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999, art. 3º).

O “ex-normal” ganhando invisibilidade pela suposta redução efetiva e acentuada de sua capacidade de integração social. Redução que exige uma aproximação da norma que foi naturalizada para tratar do *Descobridor* e agora é deslocada para um outro território. A tristeza que o desterritorializado sente é compartilhada com meu personagem, conhecedor desse processo de aprisionamento na deficiência. Creio que o encontro com a deficiência produzida pelo inesperado permite ao jovem se aproximar do outro e compartilhar a emoção para além da tristeza, quase que um sentimento de aproximação com o estrangeiro: “[...] *molhar o jardim que era grande, limpar o corredor, mas tinha de ser direito por que todas as pessoas passavam nele*”. A repetição imposta pelas atividades mecânicas ganha sentido ao perceber que pessoas transitam nesses espaços. Apenas pessoas, diferente do espetáculo proporcionado pelo hospital “*life*” ou do mercado “*plus*”, apenas territórios existenciais circulam, não são consumidores. É o retorno do olho que olha e mesmo não sendo visto é capaz de ver a vida circulando. Aqui, acredito que o trabalho, mesmo repetitivo, fornece a possibilidade de observar um mundo mais vasto, rico em cores, sabores, odores que se misturam para fazer emergir caminhos que as leis e normas são incapazes de controlar. O trabalho abre possibilidades.

Se no espetáculo de Debord (1997, p.08) “[...] as imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não mais pode ser restabelecida”. No ato de limpar, as imagens da vida funcionam como o leito de um rio e suas ramificações. Limpando, o *Descobridor* encontra a eficiência e ganha visibilidade no discurso do outro: “[...] *eu era o melhor*

*na limpeza, limpava o jardim sozinho, tinha um outro lá, mas ele fazia corpo mole, meu chefe até me elogiou*". Descobrir-se capaz é converter o clichê inclusão em arma para lutar. É descobrir para além da deficiência produzida, agarrar o espaço que tenta normalizar e se incluir enquanto parte dos corredores do "life". Reconhecer-se como um falante, um gerente da vida, um motorista que conduz seu território existencial para outro ponto. Usar as armas que foram disponibilizadas: "[...] *passei a comprar minhas coisas, não ficar precisando da minha avó e do meu pai*". Caminhar rumo ao incerto, ao imprevisível. Tomar a palavra e se preciso mandar a maioria para aquele lugar, sabe né? Ou fazer uma pequena irregularidade: "[...] *eu não podia atender ao telefone porque mexia com faxina, ai um dia o telefone estava tocando e não tinha ninguém para atender e eu atendi. Muito bom, atender ao telefone e dar informação*". O território trabalho possibilita ao *Descobridor* "[...] *dar informação*". Anunciar que a deficiência produzida historicamente e naturalizada é um falseamento da fronteira normal/anormal, pois o normal pode atravessar a fronteira. Descobrir-se capaz de produzir e ver a atividade mecânica atravessada pelas vidas e aquilo que não as consome: o sentir, como outro sente.

No início desse capítulo descrevi dois locais que capturam vidas pela aparência, pelo consumo e *status* que o ato de consumir produz. Entretanto, esses jovens não fizeram nenhuma menção às imagens fora dos corpos, esse cenário efêmero e narcisista. Falam de corpos, dos próprios corpos, do risível que nos consome diante daquilo que nos ameaça. O território trabalho fazendo confrontar o instituído, produzindo irregularidades, resistência. Assim como o *descobridor*, os demais jovens produziram suas histórias, não se prendendo aos cenários visuais para compor seus personagens. Conviveram e convivem com os microfascismos que povoam nossos encontros, mas não se deixaram capturar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“E se me achar esquisita, respeite também. Até eu fui obrigada a me respeitar...”.*

Clarice Lispector

Em nosso estudo pretendemos traçar as linhas e os territórios que emergem na relação entre o deficiente e o mundo do trabalho através da inclusão desses sujeitos em empresas de Belo Horizonte. Ao rastrear os endurecimentos e os agenciamentos que estão presentes nesse território “trabalho” foi possível dar voz, não apenas a quatro jovens deficientes intelectuais, mas dar visibilidade a nossa pouca capacidade de lidar com as diferenças, quase sempre desqualificadas, pensadas como negativas e vivenciadas como ameaçadoras da pretensa estabilidade dos espaços sociais. Vale lembrar que tal ameaça não se restringe ao trabalho, mas torna-se presente na maior parte dos nossos encontros com o que não é igual. Quando se escuta o crescente discurso em defesa da inclusão social das diferenças, observo que o encontro com esses universos rastreados na dissertação indica que sabemos muito pouco de como nos aproximar dessas vidas na realidade, no embate cotidiano, locus em que as diferenças, de fato, se fazem presentes.

Não se abandona completamente a história produzida, registrada. Por isso, é preciso inventar também uma nova história em que o passado permita refletir sobre os caminhos que queremos traçar rumo à incorporação de todas as diferenças nas práticas sociais. História efetiva, não linear e singular que revelam forças descontínuas. Assim, a primeira indagação que perpassa esse texto é tentar dizer “o que é isso”? Essas pessoas que para a maioria, não apenas a deleuziana, aquela que não se mede em números, como vimos no capítulo 2, mas também para a maioria matemática, essa grande legião de outras pessoas, deficientes, são apenas diferenças aprisionadas nos livros e sobre quem cabe aos especialistas falarem. Desse modo, tem se falado da inclusão nas academias, nos relatórios, nos discursos sem gagueira dos diversos profissionais da área de saúde e educação. Ao serem falados, esses entes se tornaram etiologias, figuras sobre as quais recaem modelos

de educação e de inserção laborativa, isto para os que leram e estudaram sobre essas subjetividades, pois muitos ficam presos a esses discursos, não só em alguns momentos. Para os outros, a maioria, imersa no imaginário social acerca da deficiência, predomina uma dó que quase sempre despotencializa a capacidade inventiva dos deficientes.

Como romper ou pelo menos tentar avançar rumo a uma outra história? Nessa dissertação foi feita uma aposta na vida pensada como imanência, enquanto um devir, uma possibilidade coletiva, um espaço em branco pedindo para ser preenchido por algo que emerge do encontro, não qualquer encontro, mas de um encontro em que a alteridade dos participantes se faz presente. A aproximação do deficiente com o trabalho foi sendo construída historicamente, portanto, a história também produz avanços e o Decreto 3.298 ao abrir espaço para os deficientes no mercado de trabalho através do sistema de cotas nas empresas representa uma porta de entrada em territórios até então fechados (BRASIL, 1999). Mas abrir uma porta é se deparar com o desconhecido pedindo, implorando para ser conhecido. Nesse ponto, ao narrar minha trajetória procuro dar visibilidade ao medo, essa impressão tão contemporânea que pode nos paralisar e em algumas circunstâncias, também nos convocar a avançar. Essa é a segunda reflexão que se pretende nessa dissertação. Deixar que esse outro entre pela porta, nos afete e mude nossa rotina, nossas crenças, mesmo que em alguns momentos os microfascismos apareçam sem pedir licença, mas se alteridade circula, esse outro faz resistência e nos ensina a olhá-lo como parceiro contemporâneo. A viagem ao meu passado profissional sinaliza que quando esses universos que aprendemos a distanciar pelos discursos científicos tradicionais invadem nossa realidade, isso acaba por nos tornar multiplicidade. Nesse sentido, tento evidenciar em minha pesquisa como cada menino dispositivo foi sendo aderido a minha pele e assim, a realidade e a academia, justapostas, passaram a povoar meu discurso, sinalizando ora para flexibilidade, ora para o endurecimento. É encontro produzindo abalos que podem mudar a história cotidiana e burlar a nossa macropolítica e nossos microfascismos.

Ao cartografar a trajetória desses quatro jovens, levei para nosso encontro todas as marcas, as dentadas produzidas, não apenas na minha formação, também aquelas que a antecederam transformadas nos livros que me foram ensinados. Portanto, o que encontrei, ou penso ter encontrado, é um convite para refletir mais uma vez, perguntando “o que é isso”? Isso que às vezes é pensado no rigor da

ciência, outras, lembrado na suavidade da literatura e que deseja participar do coletivo, não para ser entendido como pretendemos. Assim, nesse misto de ciência e literatura procurei encontrar com os territórios existenciais do *Falante*, do *Motorista*, do *Sonhador* e do *Descobridor*. Ciência me emprestando embasamento, literatura fazendo vibrar meus sentidos. Dessa intercessão procurei trazer para o papel, histórias mergulhadas numa realidade existente experimentada por mim.

O que existe é o *Motorista* questionando as atividades mecânicas reservadas para os deficientes intelectuais, descobrindo no trabalho que é preciso dirigir a vida num movimento de alteridade conquistada. Personagem que nos convoca a entender que a inclusão não é compartimentada, ela, essa palavra tão usada atualmente, conchama para participar do labor, do funcional, mas também do social. A imanência se metaforizando na expressão: “[...] *você põe na cabeça que não da conta e descobre que dá*”.

O *Falante* denunciando nossos microfascismos que zombam do que não conhecemos com o intuito de diminuí-lo, e ao fazê-lo, acreditamos poder agarrar e dominar o que nos ameaça. São as linhas duras portando o silêncio diante do pedido “*pára, pára*”. Mas a imanência estava lá, a espreita, transformando-se numa expressão: “*Descascar tudo, batata, tomate, tudo direitinho*”. O trabalho traçando uma linha de fuga do “não saber”, trabalho que também se converte em campo de luta, de resistência e de enfrentamento desses microfascismos.

O *Sonhador* produzindo no impróprio, rompendo com o significado que essa palavra tem no nosso vocabulário. Sabendo das armas que usamos para classificar sua diferença, responde com o “não dizer” da ausência do escritor, assim, inverte o jogo, o deficiente que “não sabe” “sabe que não deve mostrar o que buscamos para classificá-lo como deficiente”. Se as linhas duras ganham contornos em prováveis erros de anotação do impróprio, a imanência vem e se expressa: “[...] *Eu não vou desistir desse sonho, vou até o fim, eu acredito que vai dar certo e vai*”.

O *Descobridor*, por sua vez, encontrando no trabalho as tênues fronteiras que os livros omitem, a deficiência pode ser produzida no inusitado da vida, mas deve não restringe a capacidade inventiva e produtiva, não pode dividir os homens e mulheres em eficientes e deficientes. Posso dormir com perna e acordar sem ela. Assim, esse território sinaliza para uma aproximação em que o sentir é compartilhado na diferença, sentindo a tristeza do outro. Aqui a imanência brinca

com as palavras. Se não entendem que as diferenças sinalizam para modos distintos de existência, então, “[...] *vai tomar naquele lugar*”.

Em suma, acredito que o que esses territórios existenciais nos convidam, de fato, é para deixar a porta aberta para a entrada das diferenças como capazes de fazer a diferença nesse mundo tão pretensamente formatado, homogeneizado. Mas esse, com certeza, não é um convite fácil de aceitar, pois implica em colocar em xeque nosso discurso, nossas práticas e assim convivermos com a gagueira até que novas palavras surjam para entender o que é isso. Não que devamos explicar o que é isso, talvez devamos apenas sentir a presença desse vivo que está a tanto tempo sendo capturado pela fala dos especialistas.

É necessário lembrar que esse estudo não pretendeu esgotar o tema deficiência intelectual/trabalho, mas lançar questões que ao não serem respondidas nos remetem a uma busca por caminhos rizomáticos em que os personagens dessa dissertação e tantos milhares de outros com os quais esbarramos nas esquinas do cotidiano, possam dirigir suas existências, sonhando, descobrindo e falando através de suas próprias vozes<sup>24</sup>:

“Eu não vou desistir desse sonho, vou até o fim, eu acredito que vai dar certo e vai. Você põe na cabeça que não da conta e descobre que dá. Tudo direitinho. Todo mundo já falou”. (SONHADOR, MOTORISTA, FALANTE, DESCOBRIDOR, 2010).

---

<sup>24</sup> Essa citação é a mistura de fragmentos da fala do Sonhador, do Motorista, do Falante e do Descobrir. Fragmentos que traduzem o devir presente na narrativa desses jovens a quem aprendemos designar como deficientes intelectuais.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. No castelo da história só há processos e metamorfoses, sem veredicto final. In. PASSETTI, Edson (org.). **Kafka – Foucault sem medos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004, p. 13 - 32.
- ANDERSEN, Hans Christian. **A roupa nova do imperador**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia Completa**, Rio Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2007.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Esquecer para lembrar** (Boitempo III). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1979.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- BARROS, Vanessa Andrade de e SILVA, Lílian Rocha da Silva. A pesquisa em história de vida. In. GOULART, Íris Barbosa (org.). **Psicologia organizacional e do trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 133 – 146.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota e MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Atendimento educacional especializado em deficiência mental. In: GOMES, Adriana Limaverde *et al.* **Deficiência Mental**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, p.13-39.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar ed, 1998.
- BERGSON, Henri. **O riso**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BLANCHOT, Maurice. **Conversa infinita**: a palavra plural. São Paulo: Escuta, 2001.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal 8.069/90. Rio de Janeiro: 2000. (Legislação brasileira)
- BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 21 de dez. de 1999.
- BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 dez. 1996.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A evolução da escrita. In: SCOZ, Beatriz Judith Lima. **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinaridade na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 165 – 185.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. **Estud. av.** [online]. 2003, v. 17, n. 49, pp. 209-231. ISSN 0103-4014. doi:10.1590/S0103-40142003000300013. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acessado em 21 de março de 2009.

CAMPOS, Adriana Pezzini e ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **Os encontros entre os agentes comunitários de saúde e as famílias dos portadores de transtorno. Mental.** [online]. nov. 2007, vol.5, no.9 [citado 23 Julho 2009], p.79-99. Disponível em: <[http://pepsic.bvpspsi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272007000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvpspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272007000200006&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1679-4427. Acessado em: 23 jul. 2009.

CANGUILHEM, George. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CHINELLI, Filipina. Acusação e desvio em uma minoria. In – VELHO, Gilberto (org.) **Desvios e divergências**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 125-144.

CORRÊA, Guilherme. Do livro de receitas: como produzir um homem. In. PASSETTI, Edson (org.). **Kafka – Foucault sem medos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

COSTA, Márcio José de Araújo. Como orientar-se no pensamento? – A Esquizoanálise como filosofia da diferença e do pensamento nômade. **Revista Exagium**. Volume V – maio de 2009. Disponível em: <http://www.revistaexagium.com/>. Acessado em: 27 jul. 2009.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo**. Lisboa, 1996. Disponível em <[www.prppg.ufes.br](http://www.prppg.ufes.br)>. Acessado em 12 fev. 2010.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DELEUZE, Gilles. O ato de criação. São Paulo: Edição Brasileira, **Folha de São Paulo**, 27/06/1999. Disponível em: <[www.4shared.com](http://www.4shared.com)> Acessado em: 12 jun. 2009.

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, v. 1, cap. 1, p. 11-37.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 1837 – Acerca do ritornelo. In: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997, v. 4, cap. 11, p. 115-170.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Tratado de nomandologia: a máquina de guerra. In: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, v. 5.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.

DUSCHATZKY, Silvia. SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 119 – 138.

ESCOSSIA, Liliana da; MANGUEIRA, Maurício. Para uma psicologia clínico-institucional a partir da desnaturalização do sujeito. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, Niterói, v. 17, n. 1, jun. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-80232005000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232005000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 07 fev. 2010.

ESCOSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, ago. 2005. Disponível [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722005000200017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200017&lng=pt&nrm=iso). Acessado em 07 fev. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p. 167-177.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: M. B. Motta. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, 2004.

FOUCAULT, Michel. Foucault. In: M. B. Motta (Ed.), **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 234-239.

FOUCAULT, Michel. **L' Ordre du discours**, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1971, Éditions Gallimard, Paris, 1971. Disponível em: [www.4shared.com](http://www.4shared.com). Acessado em: 23 abr. 2010.

FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Org.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 91-101.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **A inserção do deficiente no mercado de trabalho. Síntese trabalhista** – ST 149, São Paulo, p. 31-32 nov./2002.

FUGANTI, Luiz Antonio. Saúde, desejo e pensamento. **Saudeloucura**. São Paulo: Hucitec, no. 2, p. 19-82, ago. 1990.

GAUTHIER, Jacques. O que é pesquisar – Entre Deleuze-Guattari e o candomblé, pensando mito, ciência, arte e culturas de resistência. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 69, dez. 1999. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301999000400002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000400002&lng=pt&nrm=iso). Acessado: 23 jul. 2009.

GIACOMEL, Angélica Elisa *et al.* O trabalho e contemporaneidade: o trabalho tornado vida. In: FONSECA, Tânia Mara Galli e KIRST, Patrícia Gomes (orgs). **Cartografia e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. p. 137 – 147.

GOLDWASSER, Maria Julia. cria fama e deita na cama: um estudo de estigmatização numa instituição total. In – VELHO, Gilberto (org.) **Desvios e divergências**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 29-51.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Mini-Dicionário**. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KAFKA, Franz. **Um artista da fome e a construção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KASTRUP, Virginia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, 2007, p. 15-22. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.pbh?script=sci\\_arttext&pid=S010271822007000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.pbh?script=sci_arttext&pid=S010271822007000100003&lng=pt&nrm=iso). Acessado em: 16 março 2009.

**KASTRUP, Virgínia. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção** In: CASTRO, Lucia Rabello de & BESSET, Vera Lopes (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 465-489.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal**. Campinas – SP: Autores Associados, 2003.

LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos. Babilônios somos. A modo de apresentação. In: LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 07 - 30.

LÉVY, André. **Ciências clínicas e organizações sociais**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

LISPECTOR, Clarice. **Perto do coração selvagem**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo GH**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: FONSECA, Tânia Mara Galli e KIRST, Patrícia Gomes (orgs). **Cartografia e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. p. 259 – 273.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ARAÚJO, José Newton Garcia de; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado do trabalho. **Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line**. São Paulo, v 3, n. 1, p. 77-89, mai. 2006. Disponível em: <http://www.fundamentalpsychopathology.org/journal/mai6/6.pdf> Acesso em 22 de jun. de 2009.

NORONHA, Patrícia Ayer de **Micropolíticas da alegria na clínica coletiva da saúde mental pública** In: I CONGRESSO LATINO-AMERICANO DA PSICOLOGIA. Anais... [recurso eletrônico] São Paulo: ULAPSI, 2005, s/p --- Dados eletrônicos. (NO PRELO).

OLIVEIRA, Andréia Machado e FONSECA, Tânia Mara Galli. Contribuições de Deleuze: o acontecimentalizar no social e as sinuosas linhas da trama institucional. **Psico**, v. 38, n. 2, p. 133 – 138, maio / ago. 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **La igualdad en el trabajo: afrontar los retos que plantean**. Informe del general. Ginebra, Suiza: 96, reunión, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **CID 10** Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

PELBART, Peter Pál. O corpo, a vida, a morte. In. PASSETTI, Edson (org.). **Kafka – Foucault sem medos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004, p. 139 – 156.

PELBART, Peter Pál. **Da clausura do fora ao fora da clausura**: loucura e desrazão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAÍN, Sara. **A função da ignorância**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. **Reservados e invisíveis**: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PINHEIRO, Humberto Lippo. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. In: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (Orgs). **Políticas Públicas**: Educação, tecnologias e pessoas com deficiências. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003. cap. 5, p. 101 – 123.

RIBEIRO, Carlos Alberto. **Relatório para empresa**. Belo Horizonte: Escola Estadual Pestalozzi, 2007.

RÍOS, Guilherme. A captura da diferença nos espaços escolares: um olhar deleuziano. Porto Alegre: **Educação e realidade**, 2002, v. 27, n. 2, jul – dez, p. 111 – 122.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Sobre um parágrafo de Michel Foucault: resposta a muitas questões?. **Psicologia clínica.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2008 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652008000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 ago. 2009.

ROLNIK, Suely. **O mal estar na diferença**. 1995. Disponível em: [www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf](http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf). Acessado em: 12 fev. 2010.

ROLNIK, Suely. Guerra dos Gêneros e Guerra aos Gêneros. In: ROLNIK, Suely. **Estudos Feministas**, no. 1, ano 4, São Paulo, 1996.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**, transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

ROLNIK, Suely. Novas figuras do caos: mutações na subjetividade contemporânea. In: SANTAELLA, Lúcia & VIEIRA, Jorge Albuquerque (Orgs). **Caos e Ordem na Filosofia e nas Ciências**. São Paulo: FACE/ FAPESP, 1999, p. 206-221.

ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade, fronteiras com a ética e a cultura. In: Daniel Lins. (Org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas, 1997, p. 25-34.

ROLNIK, Suely. **O ocaso da vítima**: a criação se livra do cafetão e se junta com a resistência. Conferência proferida em São Paulo, novembro de 2002. Disponível em: [www.pucsp.br](http://www.pucsp.br). Acessado em: 08 mar. 2010.

ROLNIK, Suely. A vida na berlinda. In – COCCO, Giuseppe (org.). **O trabalho da multidão**: império e resistência. Rio de Janeiro: Editora Griphus, 2002, p. 109-120.

ROLNIK, Suely. **Geopolítica da cafetinagem**. 2006. Disponível em: [www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf](http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf). Acessado em: 12 fev. 2010.

ROMAGNOLI, Roberta C. Os encontros e a relação familiar: uma leitura deleuziana. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, dez. 2003. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/abp/> Acesso em 23 jul. 2009.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Famílias na rede de Saúde Mental: um breve estudo esquizoanalítico. **Psicologia em Estudo**, v. 11 n. 2, p. 305-314, mai/ago 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722006000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200009&lng=pt&nrm=iso). Acessado em: 03 fev. 2010.

ROSA, Marcele Pereira e SILVA, Rosane Neves da. Vida em cena política: contribuições à psicologia social. **Revista de Psicologia Política**, 2007 n. 14. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=46&lauout>. Acessado em: 21 de março de 2009.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é Pós-moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente**: histórias, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. O censo de pessoas com deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano VI, n. 31, mar./abr. 2003a.

SCHNEIDER, Dorith. Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In – VELHO, Gilberto (org.) **Desvios e divergências**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 52-81.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS - SEEMG. Orientação nº 01/2005. Orienta o atendimento de alunos com necessidades especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas. **Diário Oficial de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 9 de abr. de 2005.

VEIGA – NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 105 – 138.

VELHO, Gilberto. **Desvios e divergências**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 11-28.

VIÉGAS, Conceição de Maria Corrêa. **Educação profissional**: indicações para a ação: a interface educação profissional / educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURAS FEITAS COM OS JOVENS DEFICIENTES INTELECTUAIS

Cabeçalho

Nome:

Idade:

Tempo na empresa:

Função exercida:

- 1) Fale como é o seu trabalho.
- 2) O que você faz na empresa?
- 3) Você está satisfeito com o seu trabalho?
- 4) O que mudou na sua vida com o trabalho?
- 5) Nesse tempo em que você trabalha aconteceu algo que motivou sua chefia chamar sua atenção? O que aconteceu? Como você reagiu?
- 6) Descreva o tratamento no ambiente de trabalho em relação a você e compare com o tratamento dado aos outros funcionários. Você sente alguma diferença?
- 7) Quais as dificuldades que você encontra no seu trabalho? Como você procura resolver tais dificuldades?
- 8) Existe alguma que você não está autorizado a desempenhar e que gostaria de desempenhar? O que tem impedido?
- 9) O que é deficiência para você?
- 10) Tem algo que gostaria de acrescentar?

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)